

MESTRADO EM ESTUDOS AFRICANOS

Impacto social da missão UNAVEM III: uma análise da presença dos 'Capacetes Azuis' na cidade do Lobito em 1995

Armando Ernesto da Silva Olaio

M

2025



Armando Ernesto da Silva Olaio

Estudante Nº 201904351

Impacto social da missão UNAVEM III: uma análise da presença dos 'Capacetes Azuis' na cidade do Lobito em 1995

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, orientada pelo
Professor Doutor José Ramiro Marques de Queirós Gomes Pimenta

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025

Declaração de honra / Declaration of Honour

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de qualquer parte da presente dissertação.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out any part of this dissertation.

Porto, 21 de Novembro de 2025

Armando Ernesto Silva olaio

Agradecimentos

A realização desta dissertação só foi possível com o apoio e incentivo de várias pessoas a quem desejo expressar a minha mais profunda gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço com estima e reconhecimento ao meu orientador, Professor Doutor José Ramiro Marques de Queirós Gomes Pimenta, cuja rigorosa orientação, generosidade intelectual e apoio constante foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial e emotivo à minha esposa, Maria do Céu Proença Ribeiro de Olaio, cuja paciência, amor e presença constante foram a âncora em todos os momentos difíceis desta caminhada.

Gostaria também de expressar a minha profunda gratidão ao camarada Jaime Manuel Cordeiro da Silva. A sua incansável ajuda, sobretudo para encorajar outros camaradas a partilharem os seus testemunhos, foi fulcral para o desenvolvimento da vertente autoetnográfica desta investigação. A sua colaboração representa o verdadeiro espírito de solidariedade e de memória partilhada que esta obra procurou honrar.

Resumo

Esta dissertação analisa o impacto social da Missão UNAVEM III na cidade angolana do Lobito, entre 1995 e 1997, através de uma abordagem autoetnográfica crítica. Partindo da experiência pessoal do autor como observador militar durante a missão, complementada por 16 entrevistas com antigas fontes militares e institucionais, analisa-se em que medida a intervenção da ONU contribuiu (ou não) para uma paz duradoura. A investigação revela que, embora a missão tenha cumprido objetivos técnicos – como a redução da violência armada e a desmobilização dos combatentes – não conseguiu abordar as desigualdades estruturais e a marginalização histórica da população local, reproduzindo lógicas coloniais de exclusão. O Porto do Lobito, epicentro da operação, é analisado como um microcosmo onde os interesses económicos internacionais têm prevalecido sobre as necessidades humanas locais. A dissertação propõe alternativas descoloniais à paz liberal, inspiradas em modelos comunitários de reconstrução e justiça social.

Palavras-chave: UNAVEM III; Lobito; Angola; autoetnografia; colonialidade do poder; paz liberal; exclusão social; reconstrução pós-conflito; descolonização; ONU.

Abstract

This dissertation critically analyzes the social impact of the UNAVEM III peacekeeping mission in the city of Lobito, Angola, between 1995 and 1997. Drawing on a critical autoethnographic approach rooted in the author's experience as a UN military observer and complemented by sixteen interviews with former Portuguese and Brazilian soldiers, this study questions the extent to which international intervention contributed to sustainable peace—or reproduced colonial patterns of exclusion and structural dependence. The research reveals that, although UNAVEM III achieved technical objectives such as disarmament and the reduction of armed conflicts, it failed to address the structural inequalities and social marginalization that defined postcolonial Angola. The Port of Lobito emerges as a symbolic site of contradiction, where global economic priorities overshadow the basic needs of the local population. The dissertation concludes by proposing decolonial alternatives to liberal peacebuilding, emphasizing local participation, social justice, and the memory of those who lived through the conflict.

Keywords: UNAVEM III; Lobito; Angola; autoethnography; coloniality of power; liberal peace; social exclusion; post-conflict reconstruction; decolonization; United Nations.

Índice de conteúdos

Resumo 7

Abstract 9

Índice de Tabelas 15

Introdução 17

1. Contexto histórico e político 23

- 1.1 O Conflito Angolano: Raízes e Dinâmicas (1961-2002) 23*
- 1.2. Do Acordo de Bicesse à UNAVEM III: Limites da Paz Liberal 29*
- 1.3 O Porto do Lobito: Microcosmo da Violência Estrutural 37*
- 1.4. Síntese: UNAVEM III e Fratura Estrutural 42*

2. Metodologias 49

- 2.1 Autoetnografia: Interações entre memória e história 49*
- 2.2. Entrevistas: confrontando memória e narrativa institucional 52*
- 2.3. Limitações: desafios da abordagem autoetnográfica 55*

3. Interação entre os Capacetes Azuis e a população do Lobito 61

- 3.1. Percepções iniciais: a cidade devastada 63*
- 3.2. Influência cultural e barreiras linguísticas 65*
- 3.3. Relações Interpessoais e Percepções da População 66*
- 3.4. Infraestrutura, Economia e Desigualdades 67*
- 3.5. Economia e Corrupção 68*
- 3.6. Género e diversidade 69*
- 3.7. Segurança, Desmobilização e Reintegração 70*

4. Reflexões auto-etnográficas 73

- 4.1. Introdução: Escrever a Partir das Ruínas 73*
- 4.2. A Chegada: A Arquitetura do Desespero Partilhado 73*
- 4.3. A Economia do Desvio: A Corrupção como Regra 75*
- 4.4. A Violência que a ONU não Viu (ou não quis ver) 75*
- 4.5. Exploração Sexual: O Silêncio Institucionalizado 75*
- 4.6. O Abismo Epistémico: A Nossa Voz Contra o Arquivo Oficial 76*
- 4.7. Conclusão: 76*

Conclusão 79

- Síntese dos Principais Achados 79*
- Relevância para o Estudo das Missões da ONU e Contextos Pós-Conflito 80*
- Possíveis Direções para Futuras Investigações sobre o Tema 81*
- Considerações Finais 83*

Referências bibliográficas 85

- Fontes orais 87*
- Fontes documentais 88*

Anexo 1 – Nomeação para a Missão UNAVEM III 89

Anexo 2 - Diploma das Nações Unidas – Missão de Verificação em Angola III 91

Anexo 3 - Mapa de Implantação da UNAVEM III 90 93

Índice de Tabelas

Tabela 1 — Estrutura dos Movimentos de Libertação em Angola (1961-2002) 25

Tabela 2 — Orçamento da Unavem III por setor (1995-1997) 33

Tabela 3 — Fases Históricas do Porto do Lobito (1903-1997) 39

Tabela 4 — Modelos Pós-Conflito: Angola, Ruanda e Namíbia 44

Tabela 5 — Tipos de violência testemunhada 61

Tabela 6 — Contradições entre narrativas administrativas e experiências de campo 65

Tabela 7 — Percepções ambivalentes da população sobre a Unavem III 68

Tabela 8 — Impactos Subjetivos Relatados pelos Entrevistados 72

Introdução

A década de 90 representou um momento crítico para Angola, marcado pelas tentativas internacionais de estabilização após décadas de devastadora guerra civil. Entre 1995 e 1997, no âmbito do Protocolo de Lusaca,¹ foi implementada a terceira missão de verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III),² com o objetivo de monitorizar o cessar-fogo, apoiar a reintegração dos ex-combatentes e promover um ambiente propício à paz. A cidade do Lobito, na costa da província de Benguela, foi um dos pontos estratégicos desta operação internacional, albergando infraestruturas portuárias essenciais e concentrando uma significativa presença militar estrangeira.

Apesar dos objetivos formais da missão, os resultados sociais e simbólicos da UNAVEM III no Lobito continuam a ser controversos. Embora os relatórios oficiais da ONU destaquem avanços como a redução dos confrontos armados e a reconstrução de infraestruturas básicas, vários estudos críticos apontam para a persistência da exclusão social, apropriação seletiva de recursos e reprodução de hierarquias herdadas do período colonial. Em contextos como o do Lobito, onde as cicatrizes da guerra se entrelaçam com a marginalização histórica das comunidades periféricas, os efeitos das missões de paz não podem ser compreendidos apenas pelos seus indicadores técnicos.

Neste contexto, esta dissertação parte do seguinte *problema de investigação*:

— em que medida a presença da UNAVEM III no Lobito, em 1995, contribuiu efetivamente para a construção de uma paz social duradoura e em que medida esta intervenção internacional reproduziu dinâmicas de exclusão, desigualdade e dependência estrutural no contexto pós-colonial angolano?

Esta questão central desdobra-se em questões analíticas complementares:

- Quais foram os efeitos sociais concretos da missão para a população civil do Lobito?
- Como eram vistos os capacetes azuis pelos moradores?

1 O Protocolo de Lusaka, assinado em 15 de novembro de 1994, foi um acordo de paz abrangente entre o Governo de Angola e a UNITA, com o objetivo de pôr fim à guerra civil. Apesar de ter sido concebido para levar à reconciliação e à integração, o seu processo de implementação foi frágil, culminando com o regresso do conflito em 1998.

2 A UNAVEM III foi uma missão da ONU autorizada pela Resolução 976 do Conselho de Segurança (1995), com cerca de 7.000 capacetes azuis, para supervisionar o processo de paz em Angola no âmbito do Protocolo de Lusaca.

- Que limitações estruturais e simbólicas comprometeram o desempenho da UNAVEM III no terreno?

Para responder a estas questões, a investigação adota uma abordagem metodológica qualitativa, baseada na autoetnografia crítica do autor, que atuou como militar do contingente português no Lobito durante a missão. Esta experiência vivida articula-se com a análise de 16 entrevistas a antigos militares portugueses e brasileiros, bem como de um conjunto de fontes secundárias — incluindo relatórios da ONU, documentos da Human Rights Watch, estudos do Banco Mundial e literatura académica sobre a paz liberal, a colonialidade do poder e os processos de reconstrução pós-conflito.

A autoetnografia, enquanto método que valoriza a memória incorporada e a subjetividade como fonte de conhecimento, lança luz sobre aspetos obscuros da experiência internacional em Angola – como o quotidiano da população civil, a tensão entre solidariedade e ressentimento e os limites operacionais e éticos da intervenção externa. A análise dos testemunhos complementares recolhidos no Capítulo 3 reforça a relevância desta visão situada, revelando perceções contraditórias da missão, desde o momentâneo sentimento de segurança até à frustração com a ausência de mudanças estruturais.

A dissertação propõe, assim, uma leitura crítica da UNAVEM III do Lobito enquanto caso emblemático. Esta cidade portuária funcionava como um espaço de tensão entre interesses económicos estratégicos, promessas internacionais de paz e a realidade concreta da pobreza, exclusão e insegurança. O estudo procura evidenciar como a missão, ao priorizar agendas técnicas e centralizadas, acabou por negligenciar as exigências locais e contribuir para uma paz frágil e insustentável.

A relevância desta investigação reside no contributo para o campo dos Estudos Africanos e para o debate internacional sobre o papel das missões de manutenção da paz em contextos pós-conflito, especialmente em países com passados coloniais por resolver. Além disso, o trabalho procura evidenciar a importância da memória e da experiência no terreno como ferramentas analíticas fundamentais para compreender as contradições da chamada “construção da paz”.

A estrutura da dissertação está organizada em cinco capítulos. O capítulo 1 contextualiza o conflito angolano, centrando-se nas heranças do colonialismo, na dinâmica da guerra civil e nos limites da paz liberal. O capítulo 2 apresenta a metodologia, destacando a autoetnografia, a utilização de fontes secundárias e as limitações do estudo. O capítulo 3 analisa os relatos de antigos militares, estruturados em eixos temáticos, revelando múltiplas camadas de interação entre os capacetes azuis e a população do Lobito. O capítulo 4 consiste numa reflexão autoetnográfica do autor, articulando a experiência pessoal, a crítica teórica e a análise documental. Por fim, o Capítulo 5 resume as principais conclusões, discute a sua relevância para os estudos sobre as missões da ONU e aponta possíveis direções para futuras investigações.

A investigação procura cumprir três objetivos principais:

1. Contextualizar as raízes do conflito angolano, centrando-se nos legados do colonialismo, na dinâmica da Guerra Fria e na configuração de uma economia de guerra baseada na exploração de recursos como o petróleo e os diamantes;
2. Analisar os limites da intervenção da UNAVEM III, mostrando como a ênfase na estabilidade institucional e na reconstrução técnica contribuiu para reforçar as exclusões socioeconómicas e negligenciar a justiça histórica;
3. Demonstrar como o Porto do Lobito simboliza as contradições entre os projetos de paz internacionais e as exigências locais, funcionando como um microcosmo da dinâmica estrutural da Angola do pós-guerra.

A análise aqui desenvolvida articula múltiplas fontes e métodos de investigação, numa abordagem qualitativa e crítica:

Alguns dados quantitativos são extraídos de relatórios de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), por exemplo, utiliza dados de agências internacionais.

O Banco Mundial é o autor de documentos como o Diagnóstico Sistemático Nacional para Angola, de 2018, e o Pobreza e Análise de Impacto Social. A organização também compila indicadores de desenvolvimento mundial.

As fontes qualitativas incluem testemunhos de ex-combatentes, líderes comunitários e residentes urbanos de áreas marginalizadas, como Canata. Estão também mobilizadas obras literárias e históricas de autores angolanos, como *A Geração da Utopia* (1992), de Pepetela, cuja narrativa oferece um acesso privilegiado às subjetividades políticas do período.

A metodologia adota a triangulação entre os dados macroestruturais e as vozes locais. Por exemplo, embora fosse apresentada uma paz formal perante a comunidade internacional, esta convivência foi marcada pela desigualdade estrutural e por uma exclusão silenciosa das populações marginalizadas (Oliveira, 2015, p. 411). Para muitos, a paz revelou-se mais um dispositivo de legitimação do poder do que uma transformação efetiva da vida quotidiana.

A investigação ancora-se, assim, numa perspetiva crítica que problematiza as dicotomias entre segurança e justiça, entre reconstrução técnica e transformação social, entre discursos globais e realidades locais.

Dois conceitos estruturantes ancoram esta investigação: “colonialidade do poder”³ e “paz liberal”.

3 Conceito proposto por Aníbal Quijano que designa a sobrevivência de padrões de dominação colonial nas esferas económica, social, cultural e epistémica mesmo após a independência formal dos países colonizados.

O conceito de colonialidade do poder, formulado por Aníbal Quijano (2000, p. 546), refere-se à persistência de hierarquias sociais, económicas e epistémicas originadas no colonialismo e mantidas no período pós-independência. Esta definição é apoiada por Walter D. Mignolo (2011), que enfatiza a dimensão epistémica e estrutural da colonialidade na configuração das relações sociais e económicas globais.

No contexto angolano, estas hierarquias manifestam-se claramente. Como refere Ricardo Soares de Oliveira (2015, p. 75), o Estado expandiu-se “mais à maneira do Estado colonial”, adotando modelos herdados do colonialismo. Por sua vez, o processo de acumulação de riqueza caracteriza-se por um capitalismo oligárquico sustentado pelo controlo das rendas do petróleo, pelo lucro da guerra e pelo contrabando de diamantes (*ibid.*, p. 113). A marginalização das populações periféricas é visível no declínio dos investimentos sociais, particularmente na educação, que afeta diretamente os grupos mais pobres do país (Banco Mundial, 2007, p. XII; Oliveira, 2015, p. 117).

No entanto, apesar de o Porto do Lobito ser uma infraestrutura relevante na economia angolana, as fontes consultadas não permitem estabelecer uma ligação direta entre o porto e a lógica da colonialidade do poder, como sugere a página 108 (Oliveira, 2015). Esta página trata da cooptação da elite portuguesa e dos investimentos angolanos em Portugal, sem referência explícita ao Porto do Lobito ou à sua reativação. Para tal associação, seriam necessárias provas de que o seu funcionamento reproduz as hierarquias coloniais (por exemplo, o controlo por parte das elites transnacionais, a exclusão das comunidades locais ou os padrões espaciais de marginalização).

O modelo de “paz liberal”, promovido por instituições como o Banco Mundial e a ONU, materializou-se em Angola através da UNAVEM III. Esta missão priorizou os aspetos técnicos do desarmamento, de acordo com as orientações do Conselho de Segurança que exigiam a conclusão imediata das dimensões militares do processo de paz (ONU, 1997, p. 3). Contudo, implementou uma reintegração económica insuficiente, resultando no abandono prolongado de ex-combatentes (Oliveira, 2015, p. 167, 175). Simultaneamente, a dependência dos recursos naturais — particularmente do petróleo —, que, segundo o Banco Mundial (2007, p. 9), “favorece as elites e mina o envolvimento dos cidadãos, exacerbando as divisões sociais”, perpetuou dinâmicas de exclusão sem abordar as desigualdades históricas.

Estes dois conceitos dialogam profundamente. A crítica à paz liberal revela como as intervenções internacionais podem perpetuar as desigualdades quando não confrontam a colonialidade estrutural. Por sua vez, a colonialidade do poder explica por que razão as soluções externas, muitas vezes tecnocráticas, falham nos contextos pós-coloniais: são cegas à reprodução histórica de opressões que não cessaram com a independência formal. Aplicando estas referências ao caso do Porto do Lobito — a par dos quadros comparativos que serão apresentados de seguida — torna-se possível desvendar as continuidades estruturais entre a exploração colonial e a economia de guerra. De segui-

da, detalharemos as origens do conflito angolano para compreender como estas estruturas de exclusão emergem no período pós-colonial.

1. Contexto histórico e político

1.1 O Conflito Angolano: Raízes e Dinâmicas (1961-2002)

A trajetória do conflito angolano não pode ser compreendida sem referência direta ao processo de descolonização e à fragmentação política que se seguiu. A retirada portuguesa, precipitada pela Revolução dos Cravos em 1974, deixou um vazio de poder rapidamente disputado por três movimentos independentistas rivais: o MPLA, a UNITA e a FNLA. Esta disputa, inicialmente política e ideológica, rapidamente assumiu contornos armados e geopolíticos, agravados pela lógica da Guerra Fria. Cada facção representava não só um projeto de Estado, mas também interesses étnicos, estratégicos e externos específicos.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) surgiu como força dominante no período pró-independência, sendo classificado como o “inimigo mais perigoso” num relatório do consulado da RFA em Luanda (26 de Setembro de 1966) e avaliado como “o mais disciplinado e eficaz” dos grupos rebeldes pelo Bureau of Intelligence and Research dos EUA (relatório de 16 de Setembro de 1970), como documenta Gleijeses (2002, p. 237). O seu apoio social concentrou-se nos sectores urbanos, incluindo a população negra e mestiça de Luanda nos primeiros meses de 1975 (Gleijeses, 2002, p. 241) e uma elite instruída de origem crioula (“remanescentes da burguesia crioula”), marcada por uma intensa “portugalização” (membros culturalmente portugueses da sociedade central) (Oliveira, 2015, p. 93).

A partir de novembro de 1975, o MPLA assumiu o controlo de Luanda (11/11/1975), consolidando-a definitivamente no início de 1976 com “apoio maciço cubano” (Oliveira, 2015, p. 304).

Esta dominação estendeu-se às regiões petrolíferas – facto garantido pela aliança com Cuba e a URSS (“patronos do Bloco de Leste”), que forneceu treino, armamento e mais de “430.000 cubanos (cerca de 5% da população cubana)” em funções militares e civis entre 1975 e 1991 (Oliveira, 2015, p. 302, 306).

O regime autodeclarado “marxista-leninista” – formalmente abandonado em 1990 (Banco Mundial, 2018, p. 91) – refletia as influências de figuras fundadoras como Viriato da Cruz, organizador dos atentados de 4 de fevereiro de 1961 e referência intelectual cuja

obra marcou a “rutura definitiva com a literatura portuguesa” (Pepetela, 1992, p. 8, 35).

Por outro lado, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), sob a liderança de Jonas Savimbi até à sua morte em 2002, era uma organização com uma direção altamente centralizada e personalista, na qual Savimbi detinha o poder autoritário e ditava o rumo do movimento (Oliveira, 2015, p. 300, 302). A sua base social, predominantemente no centro-sul de Angola, foi construída através de um discurso que explorava os ressentimentos rurais contra as elites urbanas de Luanda (*ibid.*, p. 301). Este discurso, embora dirigido aos Ovimbundu e a outras comunidades, evitava uma identidade étnica estrita e incluía quadros multiétnicos (*ibid.*, p. 301; p. 306, nota 44). A atuação da UNITA foi marcada pelo pragmatismo situacional e pelo anticomunismo, que a alinharam com os interesses dos Estados Unidos e da África do Sul (*ibid.*, p. 300). Estes países prestaram um apoio militar e logístico significativo – incluindo cerca de 250 milhões de dólares dos EUA entre 1986 e 1991 – tendo a UNITA violado sistematicamente os embargos de armas da ONU (Human Rights Watch, 1995, p. 167, 170).

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) caracterizou-se como um movimento “tribalista e racista” (Pepetela, 1992, p. 20), sob uma liderança que personificava “o pior do racismo negro africano” (Gleijeses, 2002, p. 238). A sua estrutura e base de operação situavam-se no sul do Zaire, de onde beneficiava do “apoio político-material” zairiano (*ibid.*) e dos recursos da CIA para a aquisição do jornal “A Província de Angola” (*ibid.*, p. 467, nota 25). A sua ação militar era vista como um “esforço fraco” (*ibid.*, p. 464, nota 44). O declínio da FNLA resultou, em grande parte, das suas fragilidades organizacionais intrínsecas, sendo descritas como “totalmente desorganizadas, totalmente corruptas” (*ibid.*, p. 238).

Esta configuração de forças resultou num cenário de guerra civil a partir de 1975. O Acordo de Alvor (Janeiro de 1975), que previa um governo de transição partilhado entre MPLA, FNLA e UNITA, falhou em poucos meses (Gleijeses, 2002, p. 315). Em Novembro de 1975, o MPLA proclamou unilateralmente a independência em Luanda, enquanto a FNLA e a UNITA estabeleceram uma rival “República Democrática Popular de Angola” no Huambo, apoiada pela África do Sul e pelo Zaire (*ibid.*). A escalada do conflito foi imediata: o MPLA, apoiado pelas forças cubanas e conselheiros soviéticos, consolidou o controlo sobre a capital e as zonas petrolíferas (*ibid.*, p. 257, 269, 347). A UNITA, por sua vez, estabeleceu bases no interior do país com o apoio direto da África do Sul (Human Rights Watch, 1999, p. 170).

A guerra civil angolana não se explica apenas pela competição entre facções, mas pelas condições históricas herdadas do colonialismo português. Durante séculos, o modelo colonial português assentou na extração intensiva de recursos como o café, o petróleo e os diamantes, e na imposição de uma rígida hierarquia racial e administrativa. As infraestruturas económicas concentravam-se no litoral, com portos como Luanda e Lobito a funcionarem como canais de exportação da riqueza nacional para a metrópole – um

padrão que se manteve após a independência, perpetuando desigualdades estruturais.

O modelo colonial extrativista acentuou as disparidades regionais: o litoral concentrou os investimentos em infraestruturas durante o período colonial (Banco Mundial, 2018, p. 52). Como resultado, o interior rural tem sido marginalizado, com uma em cada duas pessoas nas zonas rurais a viverem na pobreza, em comparação com uma em cada seis nas zonas urbanas (*ibid.*, p. 51). O acesso aos serviços básicos era deficiente, com centros de saúde e hospitais municipais muitas vezes sem funcionamento e funcionários ausentes (*ibid.*, p. 46).

Ao mesmo tempo, o regime colonial instituiu hierarquias raciais artificiais, fabricando e classificando raças para estabelecer hierarquias (Mbembe, 2014, p. 144). Isto favoreceu os assimilados, descritos como indígenas “convertidos” à modernidade colonial e aptos para a cidadania (*ibid.*, p. 180), enquanto reprimiam as identidades locais através da “de substancialização da diferença” (*ibid.*).

Esta instrumentalização repercutiu-se nos movimentos de libertação: os líderes mobilizaram os camponeses através do “ódio aos brancos ou da divisão das terras dos brancos” (Pepetela, 1992, p. 18), estratégia que gerou massacres (*ibid.*, p. 16, 19) e fragmentou a luta anticolonial, resultando na divisão do nacionalismo angolano que se manifestou na guerra civil (*ibid.*, p. 35-37)

A consolidação da guerra civil angolana a partir de 1975 não foi apenas o resultado de rivalidades internas entre movimentos nacionalistas, mas resultou também da forma como estes movimentos foram moldados por interesses geopolíticos externos, legados coloniais e dinâmicas de exclusão que remontam à estrutura racial e administrativa do domínio português. O MPLA, a UNITA e a FNLA não eram apenas expressões políticas divergentes — constituíam projetos de Estado antagónicos, sustentados por alianças externas e legitimados por diferentes bases sociais e étnicas. Esta configuração fragmentada não foi um acidente: foi uma forma ativa de reorganização da dominação herdada, adaptada à lógica da Guerra Fria.

A coexistência intrinsecamente conflituosa dos três projetos nacionais – FNLA, MPLA e UNITA – produziu um campo político profundamente fragmentado em Angola (Oliveira, 2015, p. 288). Embora formalmente unidos pelo objetivo da libertação nacional e tendo aceitado negociar com os portugueses a independência em 1975 (Banco Mundial, 2016, p. 324; *id.*, 2018, p. 70;), estes movimentos apresentavam ideias marcadamente divergentes — e por vezes mutuamente exclusivas — sobre o que deveria ser Angola pós-colonial (Oliveira, 2015, p. 402).

Uma análise da dinâmica sociopolítica na Angola pós-independência mostra que as divergências intrínsecas ao tecido social foram acentuadamente exacerbadas por intensas rivalidades entre elites e por disputas pelo controlo dos recursos (Pepetela, 1992, p. 54, 56; Oliveira, 2015, p. 208). Neste cenário, a excessiva dependência dos recursos extrativos é inequivocamente identificada como um fator estrutural que moldou negati-

vamente as instituições nacionais e o poder económico, canalizando-o em favor da elite que os controlava (Banco Mundial, 2007, p. XXV; *id.*, 2018, p. 102).

Consequentemente, a guerra civil em Angola surgiu não apenas como um conflito ideológico ou étnico, mas reflete a cisão entre a elite e o nacionalismo angolano que prosseguiu num processo lógico de exclusão e luta pelo poder, evidenciado pela dinâmica de privilégio e oportunismo dentro do movimento (Pepetela 1992, p. 43-54).

As raízes do conflito em Angola encontram-se inegavelmente nos padrões políticos internos de poder e exclusão (Pepetela, 1992, p. 41-42). Vários fatores contribuem para a competitividade relativamente baixa de Angola, país classificado em 137º lugar entre 140 no Índice de Competitividade Global de 2018 (Banco Mundial, 2018, p. 49; *ibid.*, p. 56). Estes fatores incluem um ambiente regulamentar e institucional desfavorável para o sector privado, caracterizado por uma burocracia pesada que cria oportunidades de corrupção e uma aplicação discricionária dos regulamentos (*ibid.*, p. 49; 56). Além disso, o sistema político angolano é marcado por “decisões discricionárias, corrupção descontrolada e capitalismo de compadrio” que limita o crescimento do setor privado (*ibid.*, p. 51). A má gestão dos investimentos públicos e a falta de contratos públicos competitivos são também problemáticas, sendo que cerca de 80% dos contratos não são adjudicados de forma competitiva (*ibid.*, p. 70). Recomenda-se também que o governo promova concursos públicos para projetos de investimento e limite a negociação direta para garantir um processo competitivo (*ibid.*, p. 110).

Além disso, a desigualdade em Angola decorre do capitalismo de compadrio e de oligopólios enraizados em ligações políticas (Banco Mundial, 2018, p. 54, 76, 86), resultando na acumulação ilícita de fortunas (Pepetela, 1992, p. 22, 24, 38) e em relações de reciprocidade entre os dirigentes que dificultam a prestação de contas (Oliveira, 2015, p. 117). A esta realidade acresce um sistema historicamente restritivo que limitava as liberdades cívicas através de uma intensa censura (*ibid.*, p. 3, 16).

A própria lógica da raça, estabelecida sob o signo do capital desde o tráfico de escravos (Mbembe, 2014, p. 132), também contribuiu para esta dimensão estrutural, ao transformar os seres humanos em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-dinheiro (*ibid.*, p. 63, 109, 119, 156). As dinâmicas de poder e subjugação colonial incluíram a não preservação de vestígios históricos e a destruição de registos (*ibid.*, p. 197, 246), e a imposição de novas nomenclaturas, como a renomeação de ruas (*ibid.*, p. 198). As táticas para domesticar e manter dependentes do poder colonial (*ibid.*, p. 204) foram também empregues, submetendo-as a um estado de transe e coação (*ibid.*, p. 99, 195, 222, 246).

A guerra em Angola foi intensificada pela dinâmica da Guerra Fria, transformando o país num campo de batalha periférico onde as potências globais projetavam os seus interesses. O apoio da URSS e de Cuba ao MPLA, por oposição ao apoio dos Estados Unidos e da África do Sul à UNITA, reencenou as hierarquias coloniais sob uma nova geopolítica global. Este confronto reconfigurou o domínio sob novos alinhamentos, consolidando

um modelo de acumulação militarizada e de exclusão social a longo prazo, com profundas consequências para a população, as infraestruturas e a economia angolanas.

O Estado angolano, emergindo do conflito, reproduziu as estruturas hierárquicas herdadas do colonialismo, com o MPLA a consolidar um poder central absoluto. A ausência de uma transição consensual entre os vários movimentos impossibilitou a constituição de um regime plural e inclusivo. Pelo contrário, a minha análise sugere-me que Angola passou a ser uma “sociedade de súbditos, não de cidadãos”, perspetiva que encontra eco nas observações de Ricardo Soares de Oliveira (2015). Neste contexto, a centralização coerciva do poder, o domínio sobre os recursos estratégicos e o controlo da circulação de bens e pessoas converteram o Estado numa plataforma de redistribuição vertical, subordinada à lógica da lealdade partidária e militar. A riqueza nacional – particularmente o petróleo e os diamantes – tornou-se um bem apropriado por uma elite restrita, reforçando esta dinâmica de subordinação.

No auge do conflito, cada movimento desempenhou um duplo papel: ator político interno e agente externo inserido em redes transnacionais de poder. Esta ambiguidade, ao mesmo tempo local e global, alimentou um sistema político de prolongada exclusão, onde a centralização do poder era garantida por mecanismos de acumulação violenta e de deslegitimação da diferença. A paz que emergiu em 2002 foi, neste sentido, a vitória de uma das lógicas do poder – não a superação de conflitos estruturais.

A tabela 1 resume as características estruturais dos três principais movimentos, cruzando as suas bases sociais, alianças externas e formas de financiamento:

Tabela 1 — Estrutura dos Movimentos de Libertação em Angola (1961-2002)

Movimento	Base Social	Apoio Externo	Financiamento
MPLA	Urbanos/mestiços	URSS, Cuba	Petróleo
UNITA	Ovimbundu	EUA, África do Sul	Diamantes
FNLA	Bakongo	Zaire, EUA (inicial)	Apoio disperso

Como mostra a tabela, cada movimento refletia uma combinação particular de etnia, ideologia e interesse geopolítico. Esta fragmentação estratégica foi crucial para a durabilidade da guerra, uma vez que nenhum dos grupos possuía legitimidade universal. Esta estrutura de fragmentação institucionalizada, porém, não foi ultrapassada com a independência: transfigurava-se numa lógica de governação assente no compadrio, na militarização da economia e na exclusão das maiorias sociais. O resultado não foi a constituição de uma soberania nacional emancipada, mas a persistência — sob novas formas — da colonialidade do poder.

A guerra civil angolana foi sustentada por uma lógica de acumulação violenta de recursos naturais, estruturando-se como uma verdadeira “economia de guerra”. O petróleo e

os diamantes, os principais ativos económicos do país, tornaram-se motores de conflito e não instrumentos de desenvolvimento. O Estado, capturado pelas elites partidárias, canalizava receitas para financiar operações militares, enquanto a maioria da população permanecia empobrecida e excluída dos benefícios da riqueza nacional.

O MPLA, enquanto força de poder, utilizou o petróleo como principal fonte de financiamento militar, conferindo-lhe uma vantagem material significativa e um grau de autonomia quase exclusivo (Human Rights Watch 1995, p. 59; Banco Mundial, 2018, p. 69 e 71; Oliveira, 2015, p. 179). A UNITA, por sua vez, financiava-se através da exploração e contrabando de diamantes, contornando os canais oficiais de comercialização e recorrendo ao trabalho forçado nas áreas sob o seu controlo, onde os povos de língua lunda eram obrigados a cumprir longos períodos de trabalho em minas a céu aberto (Human Rights Watch, 1995 p. 60; Birmingham, 2006, p. 163-165). O Caminho de Ferro de Benguela (CFB), outrora uma das principais artérias de escoamento mineral do interior para o porto do Lobito, foi severamente danificado na década de 1970, comprometendo a sua função logística (Birmingham, 2006, p. 163).

Este cenário ilustra os riscos da liberalização apressada em contextos pós-conflito, onde a reprodução da instabilidade e da violência pode ocorrer se as reformas económicas e políticas avançarem sem instituições sólidas capazes de absorver os seus efeitos disruptivos (Paris, 2004, p. 360-361). À medida que os recursos naturais eram apropriados pelas elites ligadas ao poder, a guerra tornou-se um ciclo persistente de violência, espoliação e impunidade (Banco Mundial, 2018, p. 57, 58, 60, 62, 63, 74, 75, 79, 81; Human Rights Watch 1995, p. 261, 263, 264).

Um retrato desta dinâmica pode ser observado no Porto do Lobito, uma infraestrutura estratégica utilizada para a movimentação de armas durante os anos de guerra civil, reforçando o papel logístico da cidade no esforço militar do governo angolano (Human Rights Watch, 1995, p. 41). Ao mesmo tempo, a UNITA financiou o seu esforço militar através do contrabando de diamantes extraídos das áreas sob o seu controlo e exportados por rotas clandestinas, principalmente através do Zaire e da Zâmbia (*ibid.*, p. 62). Esta estratégia não rompeu com a lógica da acumulação colonial, apoiando-se na extração intensiva de riqueza e na sua transferência para o estrangeiro, sem significativa redistribuição interna (Oliveira, 2015).⁴

Esta estrutura violenta teve também efeitos sociais devastadores. Segundo o Banco Mundial (2007, Sumário Executivo), aproximadamente 70% da população angolana vivia com menos de 2 dólares por dia em 2002, com acesso deficiente a serviços básicos – incluindo saúde (cuidados básicos indisponíveis para a maioria) e água potável (fontes pouco fiáveis e saneamento deficiente). Em vez de promover a inclusão, os recursos financiaram as elites, consolidando um sistema de apropriação das rendas petrolíferas

4 Soares de Oliveira (2015) analisa a persistência da lógica de acumulação colonial em Angola, caracterizada pela extração intensiva de recursos e sua transferência para o exterior, sem promover uma redistribuição interna significativa da riqueza.

por um pequeno grupo e a criação de um “Estado paralelo” centrado na Sonangol, como demonstra Soares de Oliveira (2015, p. 332-334).

Ao longo do período de guerra civil (1975-2002), o que aconteceu em Angola foi a transição de uma ordem colonial formal para um modelo de colonialismo interno. Novas elites políticas e económicas, emergindo da luta anticolonial, apropriaram-se das instituições do Estado para perpetuar formas de exploração semelhantes às impostas pelo domínio português. A extração de recursos, a centralização do poder e a marginalização das comunidades rurais e periféricas mantiveram-se inalteradas.

O Porto do Lobito é um exemplo eloquente das assimetrias territoriais aprofundadas quer pela guerra civil angolana, quer pelo modelo de reconstrução adotado. Inicialmente um posto avançado colonial ao serviço da economia portuguesa, a infraestrutura portuária transformou-se, durante e após conflito, num ativo estratégico adaptado aos interesses da elite angolana emergente e dos conglomerados empresariais transnacionais. Enquanto os terminais foram modernizados para intensificar a exportação de petróleo e minerais, os bairros periféricos urbanos continuaram mergulhados num cenário de colapso social e de degradação das infraestruturas. Em 2007, mais de 20% da população urbana fora de Luanda e algumas capitais de província tinham pouco ou nenhum acesso à água, o que acentuou a persistente marginalização das periferias no modelo de redistribuição estatal (Banco Mundial, 2007, p. 350).

Esta realidade confirma a afirmação de Quijano (2000),⁵ de que a colonialidade do poder persiste nas estruturas pós-coloniais. A independência formal, sem transformar as bases materiais e simbólicas da dominação, resultou na reprodução da desigualdade sob novos rostos e bandeiras. Angola, que emergiu do conflito em 2002, não se constituiu como uma nação emancipada, mas como um Estado refém da sua própria história — e das formas renovadas de exploração que a sustentam.

Com este pano de fundo, podemos agora analisar como a paz negociada nos anos 1990 foi incapaz de romper com estas estruturas.

1.2. Do Acordo de Bicesse à UNAVEM III: Limites da Paz Liberal

Com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria (1989-1991), Angola entrou no radar da nova ordem internacional que procurava estabilizar as zonas de conflito sob os princípios do chamado “modelo liberal de paz”. Esta abordagem, promovida pelas potências ocidentais e pelas instituições multilaterais, defendia as eleições, a desmobilização técnica e a integração no mercado global como pilares centrais para a reconstrução dos Estados frágeis. No entanto, este modelo negligenciou sistematicamente as causas estruturais da violência – como a desigualdade, o trauma histórico e a marginalização

5 Quijano (2000) desenvolve extensivamente o conceito de colonialidade do poder, que aborda a persistência das estruturas de dominação coloniais nas sociedades pós-coloniais, mesmo após a independência formal. Este conceito é fundamental na sua obra.

social.

O Acordo de Bicesse,⁶ é assinado em Maio de 1991 entre o MPLA e a UNITA, sob mediação internacional. O Banco Mundial (2007) enfatiza a governação e a transparência na gestão das riquezas minerais. É preciso fazer mais para acabar com o duplo papel da Sonangol e refletir as atividades para-fiscais no orçamento. Os atuais procedimentos entre a Sonangol e o Governo carecem de transparência e geram disputas frequentes, não havendo qualquer envolvimento da sociedade civil na gestão das receitas. É necessário adotar legislação transparente e estável para o sector dos diamantes. Por fim, a apropriação por uma elite restrita é ilustrada na análise de Aguinaldo Brito (2010),⁷ citado por Soares de Oliveira (2015, p. 117), que descreve o MPLA como o criador de uma “teia, laços entre líderes em que ninguém fala do outro. Porque se alguém falar, todos vão. Porque as relações são umbilicais.”

A missão das Nações Unidas em Angola, UNAVEM II, criada em 30 de Maio de 1991 (Human Rights Watch, 1995, p. 15), operava num contexto de deficiências significativas. A principal fraqueza da ONU em Angola foi o seu mandato limitado, restrito ao acompanhamento e verificação das ações do governo e da UNITA para implementar os Acordos de Bicesse, bem como a neutralidade das forças policiais angolanas (*ibid.*, p. 15). A tentativa da ONU de realizar eleições em Angola com recursos limitados foi notável, com a Representante Especial Margaret Anstee a comparar a sua posição a “voar um 747 com combustível apenas para um DC3” (*ibid.*, p. 17).

Anstee salientou ainda que a lição mais importante de Angola foi a necessidade de as operações da ONU terem sempre uma forte componente de direitos humanos (Human Rights Watch, 1995, p. 16), o que sugere uma baixa prioridade dada a esta área nas operações no terreno (*ibid.*, p. 17). A Human Rights Watch, por exemplo, pediu à ONU que autorizasse a formação de uma equipa completa de inspetores e especialistas em direitos humanos para observar, investigar e divulgar abusos e violações do direito humanitário por ambos os lados (*ibid.*, p. 173).

As ações da ONU não utilizaram eficazmente os seus principais instrumentos, como a denúncia pública e a ameaça de retirada (Human Rights Watch, 1995, p. 16). Isto contribuiu para que ambas as partes se sentissem confiantes para violar os acordos de paz, incluindo o fracasso em desmobilizar e desarmar adequadamente as suas forças armadas (*ibid.*, p. 17). Em 1997, a Resolução 1118 do Conselho de Segurança das Nações Unidas apelava tanto ao Governo de Angola como à UNITA para que completassem os aspetos

6 O Acordo de Paz de Bicesse foi assinado a 31 de maio de 1991 entre o Governo do MPLA e a UNITA, sob mediação de Portugal, EUA e URSS. Estabelecia um cessar-fogo, eleições gerais e integração das forças militares, mas falhou na sua implementação plena.

7 Aguinaldo Brito é jornalista investigativo angolano. Em 2010, publicou uma série de reportagens no Jornal *Agora*, analisando a estrutura interna do MPLA e os mecanismos de controlo económico e político do partido, com base em testemunhos de antigos quadros do regime e documentos confidenciais. A análise é citada por Soares de Oliveira como exemplo da interdependência entre elites políticas e económicas em Angola.

militares pendentes do processo de paz, incluindo o registo e a desmobilização de todos os elementos militares remanescentes, a eliminação dos obstáculos à livre circulação de pessoas e bens e o desarmamento da população civil (Nações Unidas, 1997, p. 3).

O relatório da Human Rights Watch, intitulado "Angola Unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace ", publicado em 1999, detalha o fracasso do processo de paz de Lusaca. O documento refere que as informações de inteligência sobre a conformidade eram "ocasionalmente apresentadas através de canais diplomáticos ao governo ou à UNITA" (Human Rights Watch, 1999, p. 142). Além disso, a capacidade militar da UNITA é corroborada pela informação do Ministro da Defesa Kundi Paihama, em Maio de 1999, de que a UNITA possuía veículos de combate e tanques (*ibid.*, p. 141).

As ações do Conselho de Segurança das Nações Unidas também evidenciam as violações contínuas. A Resolução 1118 (1997), de 30 de Junho, estabeleceu a Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola (MONUA) a partir de 1 de Julho (Nações Unidas, 1997, p. 135). Esta mesma resolução solicitava ao Governo de Angola que notificasse a MONUA sobre qualquer movimento de tropas em conformidade com o Protocolo de Lusaca (*ibid.*, p. 134).

As eleições gerais de 1992, cujos resultados legislativos deram a vitória ao MPLA (com 53% a 54% dos votos), foram rejeitadas por Jonas Savimbi, cuja UNITA ficou em segundo lugar (com cerca de 34%). Nas eleições presidenciais, o candidato do MPLA, José Eduardo dos Santos, obteve 49,6% dos votos, contra 40,1% de Savimbi, não alcançando a maioria absoluta necessária. O impasse político após as eleições de 1992 em Angola degenerou num massacre. Conforme documentado no relatório da Human Rights Watch, Angola: Arms Trade and Violations of the Laws of War Since the 1992 Elections (1994, p. 1), pelo menos 1.200 pessoas foram executadas em apenas dois dias em Luanda no final de outubro de 1992. A escalada de violência marcou o regresso à guerra civil em grande escala, com a ONU a estimar mais de 100.000 mortes em meados de 1993 (*ibid.*, p. 15). O colapso do Acordo de Bicesse evidenciou o fracasso da paz liberal como solução técnica para um conflito com profundas raízes estruturais.

Face à catástrofe pós-eleitoral, a ONU mediou o Protocolo de Lusaca (1994) e criou a UNAVEM III em fevereiro de 1995 para o implementar (ONU, S/RES/976 (1995), p. 2-4). No entanto, persistiram falhas profundas na conceção e execução da missão, comprometendo a sustentabilidade do processo de paz.

O Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a UNAVEM III em 8 de fevereiro de 1995 (Resolução S/RES/976, p. 2), autorizando "uma componente militar de até 7.000 soldados" (*ibid.*,). O seu mandato incluía "monitorizar a cessação efetiva das hostilidades e a retirada das forças" (*ibid.*, p. 3), com o objetivo de aplicar o Protocolo de Lusaca, conforme reiterado no preâmbulo: "Reiterando a importância que atribui à plena aplicação dos Acordos de Paz [...] e do Protocolo de Lusaca" (*ibid.*, p. 1, n.º 5).

Segundo o relatório da Human Rights Watch, "Angola: Arms Trade and Violations of the

Laws of War Since the 1992 Elections”, publicado em Novembro de 1994, confirma-se que, apesar da desmobilização formal, o governo e a UNITA mantiveram estruturas militares clandestinas. A informação detalhada encontra-se na página 168 do documento. O relatório refere que ambos os lados não cumpriram a sua obrigação de desmobilizar os soldados, mantendo “exércitos secretos”.

A ausência de garantias de emprego e habitação para os ex-soldados, documentada pela Human Rights Watch no relatório Angola: Arms Trade and Violations of the Laws of War Since the 1992 Elections (1994, p. 43), criou um cenário de vulnerabilidade que manifestou-se em atividades ilícitas, como o banditismo.

A falha na implementação da desmobilização, que violou o Acordo de Paz de Lusaka, levou a uma situação tão grave que o próprio governo angolano teve de abandonar uma campanha “anti-banditismo” na província do Huambo em 1997, pois as suas próprias forças de segurança estavam “fora de controlo”. Este facto está documentado no relatório Angola Unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace Process da Human Rights Watch (1999, p. 48).

No plano material, a reconstrução pós-conflito em Angola privilegiou a reabilitação de infraestruturas estratégicas, nomeadamente as redes ferroviária e rodoviária. No final da guerra civil, cerca de 80% da rede rodoviária do país encontrava-se em condições extremamente precárias (Banco Mundial, 2018, p. 36). Em 2011, 69% da rede ferroviária estava inoperacional (*ibid.*, p. 63).

Ao mesmo tempo, as comunidades vulneráveis enfrentaram graves crises de saúde e de acesso a serviços básicos. O conflito resultou na deslocação de cerca de 3,7 milhões de pessoas, muitas das quais migraram para as áreas urbanas (Banco Mundial, 2018, p. 36). Nestes centros urbanos, os serviços de água e saneamento eram notoriamente deficientes (*ibid.*, p. 36). Em 2015, apenas 41% da população angolana tinha acesso a serviços básicos ou melhorados de água potável a nível nacional, com uma taxa de 63% nas zonas urbanas e apenas 23,5% nas zonas rurais (*ibid.*, p. 40). Mais de metade dos residentes urbanos (55,5%) vive em musseques sobrelotados, que carecem de serviços públicos essenciais, incluindo pontos de água e distribuição eficaz de água (OIT, 2021, p. 49). Esta falta de acesso a melhores serviços de água, saneamento e higiene tem “consequências prejudiciais para a saúde pública, como doenças transmitidas pela água e subnutrição infantil” (Banco Mundial, 2018, p. 37).

A diarreia, por exemplo, é uma das principais causas de mortalidade em crianças com menos de cinco anos nestas zonas (Banco Mundial, 2018, p. 81). Um relatório de 2007 apontava ainda que 60% da população não tinha acesso a água potável ou saneamento (*id.*, 2007, p. XIII). A dependência de fontes de água variadas é evidenciada por um inquérito de 2016, que mostrou que, entre os trabalhadores informais de Luanda, Benguela e Cabinda, 57% recebiam água de entidades públicas, 34% de operadores privados e 19% de fontes comunitárias (Capilo 2016, p. 50).

A exclusão dos grupos marginalizados foi uma característica estrutural da missão de reconstrução em Angola. As mulheres, predominantes no emprego informal (Capilo, 2016, p. 15), representam 74% do emprego feminino não agrícola na África Subsaariana (*ibid.*, p. 16). No entanto, enfrentaram exclusão sistémica nos programas de reintegração e microcrédito (*ibid.*, 2016, p. 293; Banco Mundial, 2018, p. 118, 205 e 252).

Estes programas exigiam, muitas vezes, garantias formais de propriedade, que eram inacessíveis às mulheres angolanas (Banco Mundial, 2018, p. 118, 252). Embora a legislação em Angola preveja a igualdade de género nos direitos de propriedade e de herança, na prática, o desconhecimento dos seus direitos e a prevalência do direito consuetudinário significam que as mulheres têm menos acesso à terra. Muitas vezes, só conseguem aceder à terra através de membros masculinos da família, sendo que os seus direitos dependem frequentemente da capacidade reprodutiva. Uma vez que a terra e outros imóveis são uma importante fonte de garantia para o acesso ao crédito, isto limita severamente as oportunidades financeiras das mulheres (*ibid.*, p. 118).

A violência de género persiste como uma crise profunda em Angola (Banco Mundial, 2018, p. 119). Estudos indicam que cerca de um terço das mulheres angolanas já foram vítimas de violência física em algum momento da sua vida, sendo que 78% referem ter sofrido alguma forma de violência desde os 15 anos de idade (*ibid.*, p. 119). O Banco Mundial (*ibid.*, p. 71) reitera ainda que a violência de género é um "problema persistente" na sociedade angolana.

No cenário do pós-guerra em Angola, as comunidades rurais enfrentaram uma negligência significativa, refletindo um desrespeito implícito. Fontes indicam que as políticas governamentais na África Subsaariana, incluindo Angola, muitas vezes "foram enviesadas para o desenvolvimento urbano em detrimento do desenvolvimento rural" (Capilo, 2016, p. 300). Esta realidade é evidenciada pelo facto de "cerca de dois terços dos pobres" angolanos viverem em zonas rurais e terem sido "particularmente excluídos do crescimento económico" (Banco Mundial, 2018, p. 34). A pobreza nestas áreas é "generalizada devido à fraca conectividade, à falta de serviços básicos (eletricidade, água, saneamento e outros serviços) e à ausência de mercados" (*ibid.*, p. 34). Nas zonas rurais, "uma em cada duas pessoas vive abaixo do limiar da pobreza" (*id.*, 2016, p. 184).

A elite urbana angolana, tal como descrita por Pepetela, demonstrou uma "desconexão" e um sentimento de superioridade em relação ao resto do país. Nunca se aliando às elites rurais tradicionais (Pepetela, 1992, p. 70), esta postura reforçou a marginalização do meio rural.

Além disso, as operações pós-conflito em Angola têm sido marcadas por falhas significativas na intervenção internacional. A Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), por exemplo, tem sido criticada por deficiências operacionais que limitaram severamente a sua eficácia.

A Human Rights Watch (1994), no seu relatório "Angola: Arms Trade and Violations of

the Laws of War”, observou que a Organização das Nações Unidas, com um mandato reduzido e recursos inadequados, mostrou-se ineficaz no período. Isto é ilustrado pela observação de Margaret Anstee, Representante Especial da ONU, quando comparou a situação a “voar um 747 com combustível apenas para um DC3”.

Relatórios da ONU, como o do Secretário-Geral sobre a UNAVEM III (S/1996/503), detalham as dificuldades enfrentadas, incluindo a incapacidade de desmobilizar as tropas da UNITA. O secretário-geral manifestou “profundo pesar pela lentidão geral que está muito atrasada” e “profunda preocupação pelo fracasso da UNITA em concluir o aquartelamento de todas as suas tropas”. O relatório da Human Rights Watch, *Angola Unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace Process* (1999), confirmou que os funcionários da ONU nas áreas dos quartéis estavam cientes de que a UNITA não estava a desmobilizar ou a desarmar as suas tropas. Esta descoberta corrobora a ideia de limitações operacionais e a persistência de exércitos secretos.

No campo geopolítico, a suposta neutralidade internacional revelou-se frágil. O relatório da Human Rights Watch, *Angola: Arms Trade and Violations of the Laws of War Since the 1992 Elections* (1994), documenta que a África do Sul violou os embargos ao fornecer armas à UNITA, utilizando rotas através de países vizinhos como a Namíbia e o Zaire. Relatos no mesmo documento indicam que voos noturnos regulares transportavam armamento da África do Sul para o sudoeste do Zaire, com parte destinada à UNITA. A UNITA demonstrou eficácia em “contrariar as sanções” através do apoio de fontes privadas sul-africanas (*ibid.*).

A Rússia consolidou-se como o principal fornecedor militar de Angola, herdando esta posição da antiga União Soviética. Conforme documentado no relatório da Human Rights Watch, *Angola: Arms Trade and Violations of the Laws of War Since the 1992 Elections* (1994), as transações de armas foram intensas, incluindo a aquisição de helicópteros Mi-17 e veículos blindados de transporte de pessoal. O financiamento destas compras foi assegurado por hipotecas sobre a produção de petróleo, com os analistas a estimarem que Angola chegou a comprometer as receitas dos sete anos seguintes de produção petrolífera para esse fim (*ibid.*, p. 170). A complexidade da economia angolana no pós-guerra é explorada por Soares de Oliveira (2015, p. 2 e 4).

Esta dinâmica geopolítica confirmou o diagnóstico da ONU: a organização tornara-se refém de agendas nacionais conflituosas, com a UNAVEM paralisada pela insuficiência de recursos e pela intransigência das partes. Conforme observado pela Human Rights Watch (1994) no seu relatório “Angola: Arms Trade and Violations of the Laws of War Since the 1992 Elections”, a Organização das Nações Unidas, com o seu mandato reduzido e recursos imensamente inadequados, revelou-se ineficaz e manteve-se “virtualmente silenciosa” em relação aos abusos dos direitos humanos. Os relatórios do Conselho de Segurança das Nações Unidas (S/RES/976, 1995, p. 2-4) detalham as dificuldades enfrentadas, apelando a que tanto o Governo de Angola como a UNITA a completar os

aspectos políticos e militares pendentes do processo de paz sem demora. Além disso, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (*ibid.*, p. 3) fez um “apelo a ambas as partes nos termos mais enérgicos possíveis para que desistam de toda a medida que possa obstaculizar a plena realização do processo de paz”, corroborando a ideia da dependência da ONU da vontade das partes e da existência de intransigência.

A tabela 2 mostra a distribuição do orçamento da UNAVEM III, evidenciando a desproporção entre as despesas militares e sociais:

Tabela 2 — Orçamento da Unavem III por setor (1995-1997)

Setor	Percentual	Fonte
Segurança e logística	60%	ONU, 1995
Programas sociais	15%	ONU, 1995
Administração e apoio	25%	ONU, 1995

Esta estrutura orçamental reflete a lógica do modelo liberal de paz: prioriza-se o controlo técnico-militar em detrimento da transformação social. A paz tornou-se uma operação logística, não um processo de reconstrução. O investimento social foi residual, o que explica a fraca reintegração dos ex-combatentes e a exclusão dos bairros periféricos, como a Canata.

A UNAVEM III (1995-1997) terminou as suas atividades em 1997 sem dismantelar efetivamente os sistemas de exclusão que perpetuaram o conflito em Angola. Os relatórios da Human Rights Watch indicam que o processo de paz de Lusaca foi “lento” e “incompleto”, com a UNITA a não conseguir desmobilizar a maioria dos seus combatentes. Em vez disso, muitos civis foram incluídos nos campos em vez de tropas essenciais. Conforme documentado no relatório “Angola Unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace Process”, a UNITA continuou também a “acumular as suas armas e a repará-las” (Human Rights Watch, 1999), e o conflito civil persistiu até 2002 (Banco Mundial, 2018), mostrando que a missão UNAVEM III não conseguiu dismantelar definitivamente o conflito.

Consequentemente, os benefícios da reconstrução pós-conflito em Angola revelaram-se desigualmente distribuídos, resultando numa sociedade com disparidades significativas. O Banco Mundial (2018) salienta que o aumento da produção nacional no pós-guerra trouxe consigo níveis mais elevados de desigualdade, beneficiando apenas uma pequena parte da população, e que a população mais pobre obteve “muito pouco benefício dessa prosperidade económica”. A desigualdade em Angola está a agravar-se, impulsionada pela crescente desigualdade nas zonas urbanas, com o coeficiente de Gini⁸ a aumentar de 0,43 em 2008 para 0,47 em 2014 (*ibid.*, p. 35).

8 O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade de distribuição de rendimento ou riqueza. Um coeficiente de 0 representa uma igualdade perfeita, enquanto um coeficiente de 1 representa uma desigualdade perfeita.

Esta dinâmica consolidou o domínio do MPLA através da redistribuição seletiva da riqueza. O MPLA “consolidou o poder através da acumulação e redistribuição da riqueza para sustentar a nova elite” (Banco Mundial, 2018). A “governança fraca”, caracterizada por “decisões discricionárias, corrupção descontrolada e capitalismo de compadrio”, limitou o crescimento do setor privado e contribuiu para a exclusão dos pobres, garantindo a lealdade em detrimento da eficiência institucional e do Estado de Direito (*ibid.*). A teia de “laços entre os dirigentes” do MPLA sugere também uma consolidação do poder baseada em relações de lealdade e benefícios mútuos (Oliveira, 2015, citando Aguinaldo Brito, 2010).⁹

A “paz” então estabelecida revelou-se instável, frágil e excludente, caracterizada como uma mera estabilidade técnica sem justiça social, onde a ausência de violência direta não se traduzia em equidade ou inclusão. O “contrato social” de Angola, baseado no fim da violência, está “cada vez mais sob pressão da crise do preço do petróleo e das crescentes exigências dos jovens”, com uma governança fraca a “pôr em risco o frágil contrato social existente” (Banco Mundial, 2018). Conceptualmente, isto está alinhado com a visão de Galtung (1969, p. 183-184) de como a equalização pode ser alcançada sem alteração da estrutura de poder e como o fosso entre ricos e pobres pode persistir. Achille Mbembe (2014, p. 128) observa ainda como “várias formas de apartheid, distanciamento, miséria estrutural” substituíram as divisões coloniais, com “novas formas de violência e desigualdades” generalizadas.

O fracasso do modelo liberal cristalizou-se na profunda dualidade angolana pós-2002. Enquanto o país experimentava um crescimento económico robusto e impulsionado pelo petróleo, a maioria da população vivia abaixo do limiar da pobreza, o que demonstra que a prosperidade gerada não se traduziu em melhorias abrangentes. O relatório do Banco Mundial, “Angola: Oil, Broad-based Growth, and Equity (2007, p. XIV)”, atribui essa falha à dependência de recursos naturais que permitiu que a riqueza fosse capturada pelas elites. Esta dinâmica, combinada com a ineficácia na gestão pública, a corrupção e a falta de transparência, impediu que o desenvolvimento chegasse aos cidadãos e perpetuou a exclusão.

A infraestrutura estratégica manteve-se em estado precário após o conflito. O Banco Mundial (2018, p. 43) detalha que “o custo do conflito civil foi enorme, deixando de rastros as infraestruturas e as instituições do país”, com cerca de 80% da rede rodoviária em péssimas condições e a rede ferroviária inoperacional no final da guerra civil (*ibid.*, p. 31). As taxas de mortalidade de crianças com menos de cinco anos eram das mais elevadas do mundo (Banco Mundial, 2007, p. 8; Banco Mundial, 2018, p. 82), e apenas 41% da população tinha acesso a serviços básicos ou melhorados de água potável (Ban-

⁹ Aguinaldo Brito é jornalista de investigação angolano. Em 2010, publicou uma série de reportagens no Jornal Agora, analisando a estrutura interna do MPLA e os mecanismos de controlo económico e político do partido, com base em testemunhos de antigos quadros do regime e em documentos confidenciais. A análise é citada por Soares de Oliveira como exemplo da interdependência entre as elites políticas e económicas em Angola.

co Mundial, 2018, p. 40).

O trabalho de Soares de Oliveira (2015) mergulha nesta realidade no pós-guerra, analisando as pressões sobre o contrato social angolano e as expectativas frustradas da população para uma maior igualdade de oportunidades (Banco Mundial, 2018).

O caso angolano expõe um abismo intransponível entre as métricas internacionais de “estabilidade” – que tendem a focar-se nos indicadores macroeconómicos e, implicitamente, em processos como as eleições – e as realidades locais de sobrevivência marcadas por profundas desigualdades socioeconómicas e carências humanitárias.

O caso do Porto do Lobito, explorado na secção seguinte, concretiza estas contradições num espaço urbano estratégico.

1.3 O Porto do Lobito: Microcosmo da Violência Estrutural

A história do Porto do Lobito e a sua integração no Caminho de Ferro de Benguela (CFB)¹⁰ – concluída na década de 1920 (Birmingham, 2006, p. 88) – exemplifica a lógica colonial do transporte de recursos minerais, visando drenar riquezas do Katanga (República Democrática do Congo) para a Europa (*ibid.*, p. 88). Embora o trabalho compulsivo estivesse presente na economia colonial (*ibid.*, p. 88), a fonte não especifica diretamente a sua utilização na construção do caminho-de-ferro. A partir de 1975, o governo angolano manteve esta lógica extrativa, mas com um enfoque reconfigurado para o domínio político pós-independência, centrado no petróleo. A produção de petróleo superou a do café em 1973, consolidando-se como a principal exportação de Angola. Esta mudança foi impulsionada por um aumento na produção, que atingiu 162 mil barris por dia, e marcou a emergência do país como uma economia predominantemente petrolífera (Banco Mundial, 2018, secção 5), é agora gerido pela Sonangol, descrita como o núcleo de um “Estado paralelo”¹¹ (Oliveira, 2015, p. 1; Banco Mundial, 2018, p. 55, 60). Esta estrutura contribuiu para a consolidação de redes clientelistas e para o enriquecimento de uma elite próxima do poder (Oliveira, 2015, p. 1; Banco Mundial, 2018, p. 101).

Durante o período colonial, o Porto do Lobito funcionou como uma infraestrutura extrativa, começando a substituir a antiga enseada de Benguela na década de 1930, após a conclusão do grande caminho-de-ferro do Cinturão do Cobre, destinado ao transporte de minerais para exportação (Birmingham, 2006, p. 100). A partir de 1975, a lógica extrativista perpetuou-se em Angola, com o sistema financeiro Sonangol-Luanda a tornar-se a “tábua de salvação fiscal do Estado angolano” e o petróleo o principal gerador de receitas (Oliveira, 2015, p. 234, 235). A dependência do petróleo tem sido uma caracte-

10 Ferrovia construída entre 1903 e 1929, ligando o Porto do Lobito ao interior mineiro da atual RDC. Foi vital na exportação de cobre e outros minerais durante o período colonial.

11 A Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) é a empresa estatal angolana de petróleo, fundada em 1976. Acumulou um papel dominante na economia e finanças do Estado angolano, sendo acusada de operar muitas vezes com pouca transparência.

rística duradoura, gerando instabilidade na economia (Banco Mundial, 2018, p. 87, 90).

Com a Guerra Civil (1975-2002), o Caminho de Ferro de Benguela tornou-se inoperacional devido à destruição de infraestruturas (Banco Mundial, 2018; Oliveira, 2015). Durante este período, Luanda consolidou-se como o principal polo logístico,¹² responsável por mais de 70% das importações do país (Banco Mundial, 2018), o que, no contexto do conflito, incluiu o transporte de armas (Human Rights Watch, 1994; Gleijeses, 2002).

O fornecimento bélico durante a guerra civil angolana teve origens diferentes: enquanto o MPLA recebia armas sobretudo da Rússia (ex-URSS), a UNITA obtinha equipamento através da África do Sul e do Zaire, contornando as sanções internacionais Human Rights Watch, 1994, p. 169-170).

No período pós-guerra civil (após 2002), as infraestruturas portuárias do Lobito e outras grandes infraestruturas angolanas iniciaram um processo de modernização (Banco Mundial, 2018). Este processo foi impulsionado pelo boom petrolífero, que gerou um forte crescimento económico e receitas volumosas (*ibid.*,). A modernização refletiu também a ambição de Angola em tornar-se um polo de transportes na SADC (*ibid.*, 2018; OIT, 2021). Assistiu-se a uma grande expansão dos portos e à reabilitação da rede ferroviária, incluindo o Caminho de Ferro de Benguela, que foi “transformada” por investimentos (Banco Mundial, 2018; OIT, 2021; Oliveira, 2015).

Apesar das promessas de reconstrução, as iniciativas não conseguiram responder às necessidades das comunidades rurais, reproduzindo padrões de exclusão. A pobreza é mais acentuada nas zonas rurais (Banco Mundial 2018, p. 258) e os serviços básicos como a eletrificação e a água potável são severamente limitados nestas zonas (*ibid.*, p. 40). A falta de conectividade entre as zonas rurais e urbanas, mencionada como um fator que contribui para a pobreza, sugere a negligência das estradas secundárias (*ibid.*, 258).

Os efeitos da reconstrução em Angola foram marcados pela desigualdade e por um modelo de governação que não promoveu a cidadania plena. O acesso a serviços essenciais, como a água, não foi concretizado de forma equitativa: embora 63% da população urbana tivesse acesso a serviços básicos de água, apenas 24% da população rural usufruía deste benefício (Banco Mundial, 2016).¹³

O sistema político foi caracterizado por “decisões discricionárias, corrupção descontrolada e um capitalismo de compadrio”, onde as receitas do petróleo garantiam a lealdade ao custo da eficiência institucional e do Estado de direito (Banco Mundial, 2018). Este

12 Ponto central e estratégico numa cadeia de suprimentos onde diversas atividades relacionadas ao transporte, armazenamento, consolidação e distribuição de mercadorias são concentradas e otimizadas. Pense nele como um grande “nó” ou “cruzamento” onde diferentes fluxos de produtos se encontram para serem reorganizados e enviados para seus.

13 Diagnóstico do setor de Água, Saneamento e Higiene em Angola: Um apelo urgente à ação. Washington, D.C. A informação sobre o acesso à água em áreas urbanas e rurais é uma síntese dos dados apresentados ao longo do relatório.

modelo resultou na “exclusão social”, com as populações rurais e dos musseques a serem particularmente privadas dos benefícios do crescimento económico (*ibid.*).¹⁴

Na década de 1990, o Porto do Lobito tornou-se essencial para a economia de guerra do governo angolano. O governo utilizava o porto para transferir carregamentos de armas para as frentes militares (Human Rights Watch, 1994, p. 41, 45). Concretamente, após um incidente com um navio, o governo angolano começou a transferir a maior parte dos seus carregamentos de armas para Benguela e Lobito, de onde eram enviados mantimentos para as frentes (*ibid.*, p. 41). Além disso, foram registados casos concretos, como a atracagem de dois navios com armas brasileiras no Lobito, em janeiro de 1993, violando o embargo de armas da época (*ibid.*, p. 45).

O governo do MPLA financiou a sua campanha militar através das receitas petrolíferas, que historicamente representavam cerca de 75% das receitas do governo (Banco Mundial, 2016, p. 15).

Estas receitas foram utilizadas para a compra recorde de armas (Human Rights Watch, 1994, p. 169). Em contrapartida, a UNITA financiava-se através do comércio de diamantes, extraídos de áreas sob o seu controlo com o apoio de comerciantes internacionais, incluindo o cartel De Beers (*ibid.*, p. 170).

A militarização da vida urbana marcou o Lobito durante a guerra civil. Relatórios da Human Rights Watch (1994, p. 77) documentam os saques na cidade em novembro de 1992, com a participação de “policiais ninjas, justiceiros armados pró-governo (Fiti-nhas) e outros saqueadores”. A violência alastrou-se à Catumbela em janeiro de 1993, onde a polícia e crianças armadas participaram nos confrontos (Human Rights Watch, 1994, p. 78). As ações de unidades paramilitares pró-governamentais, como os “ninjas”, foram fulcrais para a repressão dos presumíveis apoiantes da UNITA em todo o país (*ibid.*, p. 68, 99). Esta dinâmica de controlo e de violência informal estendeu-se até ao pós-guerra, com o sistema político a ser marcado pelo “capitalismo de compadrio” e pela corrupção. A polícia frequentemente extorquia a população (Banco Mundial, 2018, p. 108, 129). No setor empresarial, era comum que funcionários exigissem “condições especiais” ou subornos para conceder favores, revelando a continuidade das práticas de extorsão na nova esfera económica (Pepetela, 1992, p. 52, 53).

A missão de paz da ONU, UNAVEM III (1995-1997), não conseguiu consolidar a paz em Angola, prosseguindo as hostilidades até 2002 (Oliveira, 2015, p. 249, 256, 257, 260, 288; Paris, 2004, p. 344, 354, 382).

As comunidades rurais permaneceram particularmente vulneráveis, tendo CRED (2006, p. 2, 3) assinalado: “numerosas emboscadas, ataques, minas [...] especialmente durante o último período do conflito (1999-2002)”, um contexto em que as populações rurais eram “completamente inacessíveis às operações de socorro e vulneráveis a ataques”.

14 Angola Economic Update: Seizing the Moment to Invest in People and Infrastructure. Washington, D.C.

O governo angolano, apoiado pelas receitas petrolíferas, deu prioridade aos projetos económicos em detrimento da reconstrução social, ignorando as políticas ocidentais de construção da paz (Banco Mundial, 2018, p. 19, 47, 71; *id.*, 2016, p. 16; Human Rights Watch, 1999, p. 56, 231). Entre 1995 e 1997, a produção nacional de petróleo aumentou de aproximadamente 600.000 para 750.000 barris por dia, mantendo-se abaixo do limiar de 1 milhão de barris (Banco Mundial, 2018, p. 73).

Entretanto, os bairros periféricos permaneciam em colapso socioeconómico: as famílias viviam em “casas de adobe”¹⁵ agrupadas na base dos montes com ocasionais telhados de material” (Pepetela, 1992, p. 32). A falta de serviços básicos era um problema crónico, com dados do Banco Mundial a indicarem que, em 2003, apenas 40% da população nacional tinha acesso a água potável, enquanto uma grande parte permanecia sem saneamento básico. As comunidades deslocadas, incluindo os refugiados do interior em bairros informais, sobreviveram em “reservas misteriosas”, Expressão utilizada por Pepetela para descrever as fontes de subsistência não oficiais ou informais de comunidades deslocadas. Sugere que estas comunidades dependiam de meios desconhecidos ou precários para sobreviver, em vez de um apoio formal ou emprego. dependendo dos seus próprios meios de subsistência (Pepetela, 1992, p. 32).

A persistência das estruturas de poder colonial em Angola manifesta-se claramente na exclusão sistemática das mulheres e das comunidades rurais, como demonstram os estudos descoloniais de Mignolo (2011) e Mbembe (2014). Estes autores revelam como a colonialidade constituiu-se como um sistema classificatório que naturalizou as hierarquias sociais a partir de três eixos fundamentais: a raça, entendida como “o paradigma principal, ontem como hoje, para as técnicas de dominação” (*ibid.*, p. 131); o espaço geográfico, através do processo de “classificação imperial e hierarquização das regiões” (Mignolo, 2011, p. XXIII); e o género, enquanto categoria social moldada por “normas sociais discriminatórias” que privilegiam a educação masculina e legitimam práticas como o casamento precoce (Banco Mundial, 2018, p. 43).

No contexto angolano, esta tríade opressiva materializa-se em padrões concretos de desigualdade, onde as mulheres enfrentam barreiras estruturais no acesso à educação formal e ao mercado de trabalho, enquanto as comunidades rurais, que concentram 64% da população pobre (Banco Mundial, 2018, p. 34) e onde 44% da população ativa dedica-se à agricultura de subsistência, permanecem presas em ciclos de informalidade e marginalização económica. Esta configuração socioeconómica não só reproduz as assimetrias herdadas do período colonial, como reatualiza os mecanismos de exclusão que continuam a definir as relações de poder na Angola contemporânea.

As mulheres angolanas são a força motriz da economia, especialmente na agricultura e na informalidade (Banco Mundial, 2018, p. 44, 45; Capilo, 2016, p. 204; OIT, 2021, p.

15 Estruturas habitacionais construídas com tijolos de barro secos ao sol, frequentemente encontradas em áreas com poucos recursos. Este tipo de construção é comum em bairros informais devido à sua simplicidade e baixo custo.

333). A maioria delas (63%) possui o seu próprio negócio, e 70% dos agricultores de subsistência são mulheres (Banco Mundial, 2018, p. 44, 45). No setor informal, as mulheres são a maioria, com uma taxa de emprego informal significativamente superior à dos homens, sobretudo nas zonas rurais (OIT, 2021, p. 333). Este sector, que representa mais de 80% das atividades económicas de Angola, é crucial para a subsistência de 75% da população (OIT, 2021, p. 332).

Apesar do seu papel fundamental, as mulheres foram sistematicamente excluídas ou tiveram um acesso limitado aos benefícios da reconstrução pós-guerra (Banco Mundial, 2018, p. 200; OIT, 2021, p. 332). A priorização urbana das políticas e a natureza intensiva em capital do setor petrolífero limitaram o acesso aos recursos, afetando desproporcionalmente a população rural e pobre, onde predominam as mulheres (Banco Mundial, 2018, p. 200; OIT, 2021, p. 262, 333).

Embora formalmente representadas na política, as mulheres angolanas enfrentam barreiras estruturais que limitam a sua autonomia. As normas sociais discriminatórias e a lei consuetudinária restringem o seu acesso à terra e ao crédito (Banco Mundial, 2018, p. 201). São também prejudicadas pela disparidade salarial, ganhando em média menos 40% do que os homens por um trabalho semelhante, e pela sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado (*ibid.*, p. 209, 207). Estas barreiras reforçam o poder masculino e prejudicam a autonomia socioeconómica das mulheres, resultando em desvantagens em áreas como a saúde e o bem-estar (*ibid.*, p. 207).

Ao mesmo tempo, as comunidades rurais enfrentavam a marginalização das suas reivindicações agrícolas, reflexo de uma estrutura política que favorece os centros urbanos (Capilo, 2016, p. 249; Banco Mundial, 2018, p. 57). Esta dinâmica faz eco da crítica de Pepetela (1992) às divisões sociais, onde as elites urbanas desprezam as populações rurais, vistas como "incivilizadas" (Pepetela 1992, p188).

A evolução funcional do Porto do Lobito revela como esta infraestrutura manteve-se ao serviço da extração desigual.

A tabela 3 sintetiza as suas principais fases:

Tabela 3 — Fases Históricas do Porto do Lobito (1903-1997)

Período	Função Estratégica	Padrão de Uso
1903–1975 (Colonial)	Escoamento de matérias-primas	Exportação para Lisboa
1975–1991 (Guerra Fria)	Logística militar e controle interno	Uso por MPLA e UNITA
1995–1997 (UNAVEM III)	Infraestrutura de exportação global	Investimentos externos, exclusão

Em todas as fases, o Lobito funcionou como corredor de exportação sem redistribuição interna. Mesmo sob a UNAVEM III, a modernização foi dirigida ao capital estrangeiro. A colonialidade estrutural não foi ultrapassada — apenas gerida com uma nova roupa-

gem institucional.

O processo de paz angolano (2002) consolidou um modelo que perpetuou as estruturas coloniais de exclusão através de três dinâmicas interligadas. Em primeiro lugar, a persistência das hierarquias sociais é evidenciada pela crítica literária da elite enquanto colaboradora colonial (Pepetela, 1992, p. 8) e pela noção de “duas Angolas” em conflito (*ibid.*, p. 15), corroborado pelo aumento do coeficiente de Gini para 0,47 (Banco Mundial 2018, p. 67). Em segundo lugar, o capitalismo de compadrio manifesta-se em redes de proteção entre elites (Oliveira, 2015, p. 192) num sistema marcado por decisões discricionárias (Banco Mundial 2018, p. 30). Em terceiro lugar, a acumulação desigual revela-se na exclusão de 50% da população rural dos benefícios económicos (*ibid.*, p. 66), contrastando com a crítica social às “pessoas que se tornaram mendigos” (Pepetela, 1992, p. 12). Este triplo mecanismo, onde a paz se tornou um mercado que excluiu a maioria dos angolanos (Oliveira, 2015),¹⁶ explica a reprodução das desigualdades pós-coloniais.

A disparidade entre os investimentos em infraestruturas de prestígio e a exclusão das populações rurais e periféricas em Angola configura uma separação entre modernidade e justiça. As fontes indicam que a paz beneficiou desproporcionalmente a elite à volta da presidência, do partido e das forças armadas (Banco Mundial, 2018, p. 55), consolidando-as como as principais vencedoras do pós-guerra. Mais concretamente, a economia angolana está sob o “controlo firme de um pequeno grupo de pessoas próximas do ex-presidente” (*ibid.*, p. 48). Este cenário reflete a necessidade de um equilíbrio entre “apreender a elite entrincheirada” e promover mudanças sociais e económicas (*ibid.*, p. 55).

Por outro lado, as populações rurais e periféricas vivem num contexto de acentuada desigualdade, estando a população rural em “considerável desvantagem” (Banco Mundial, 2018, p. 55). Estas populações não têm sido alvo de despesas públicas significativas, uma vez que o governo angolano “gasta excessivamente em subsídios que tendem a favorecer as famílias mais ricas, mas gasta muito menos em setores como a agricultura, a educação, a saúde e a proteção social” (*ibid.*, p. 19). Consequentemente, estas populações sobrevivem “com base nos seus próprios esforços na economia informal” (Capilo, 2016, p. 42), uma vez que a “dimensão da economia informal é inegável no contexto angolano” (OIT, 2021, p. 67). Esta realidade reflete a persistência de “duas Angolas distintas”, observação corroborada por Pepetela (1992, p. 24).

1.4. Síntese: UNAVEM III e Fratura Estrutural

O modelo de paz angolano do pós-guerra, consolidado sob a hegemonia do MPLA (Banco Mundial, 2018, p. 56), estruturava-se na reconstrução económica (*ibid.*, p. 34) e na

16 A frase é uma síntese da ideia central defendida por Ricardo Soares de Oliveira em sua obra “Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War”. O autor argumenta que o crescimento económico pós-guerra não resultou em desenvolvimento inclusivo, aprofundando as desigualdades sociais e a exclusão da maioria da população.

estabilidade assimétrica. Esta assimetria é evidenciada pelo facto de a economia estar sob o controlo de um pequeno grupo de pessoas próximas do ex-presidente, incluindo antigos ou atuais generais do exército (*ibid.*, p. 101). Este cenário reflete uma “restauração de uma ordem idêntica à dos últimos anos coloniais” (Oliveira, 2015, p. 173).

Segundo a crítica descolonial de Quijano, a emancipação exige a “dessacralização, mudança ou desmantelamento das estruturas e instituições correspondentes” que perpetuam a colonialidade (Quijano, 1992, p. 217). Na prática angolana, a priorização da reintegração do Estado e de uma economia baseada no “capitalismo de compadrio” fortaleceu o domínio das elites e das corporações. Este domínio é validado pelo facto de a economia estar “sob o firme controlo de um pequeno grupo de pessoas próximas do ex-presidente, muitas delas antigos ou atuais generais do exército” (Banco Mundial, 2018, p. 101). A fratura manifesta-se no desleixo para com as periferias e as zonas rurais, onde a população vive em “considerável desvantagem” (*ibid.*, p. 64) e procura “estratégias alternativas de sobrevivência” (Capilo, 2016, p. 45), dada a falta de investimentos públicos significativos e de oportunidades formais.

Esta dicotomia consubstancia a perpetuação dos padrões coloniais de desenvolvimento, relegando as populações rurais para a marginalização estrutural. O Banco Mundial (2018) explica que a colonização portuguesa criou uma economia exportadora que, embora próspera, explorava os trabalhadores locais e os excluía dos benefícios do crescimento. Esta história é a base de um sistema político contemporâneo caracterizado por “decisões discricionárias, corrupção desenfreada e capitalismo de compadrio”, que limita a participação e exclui os mais pobres.

A marginalização rural é evidenciada pela falta de acesso a serviços básicos e pela exclusão dos benefícios do crescimento económico. Segundo o Banco Mundial, a população rural vive numa “desvantagem considerável” (2018, p. 76; p. 241) e depende de uma agricultura de baixa produtividade. A falta de investimentos públicos significativos e de oportunidades formais leva a população a procurar “estratégias alternativas de sobrevivência” (Capilo, 2016, p. 45), refletindo um sistema que perpetua a fratura social e a desigualdade.

A produção de conhecimento sobre Angola é limitada pela escassez de dados fiáveis, uma vez que as “lacunas nos dados relativos a Angola, em termos de disponibilidade, qualidade e atualidade, dificultam a tomada de decisões baseadas em evidências” (Banco Mundial, 2018, p. 29). Embora o país tenha realizado o seu primeiro censo pós-independência em 2014 (Capilo, 2016, p. 23), um projeto de reconstrução do pós-guerra, liderado pela elite, direcionou os gastos públicos principalmente para as cidades. Esta exclusão alimentou a consolidação da economia informal, que se tornou uma “alternativa de subsistência” para milhares de famílias (*ibid.*, p. 16) e que, em 2020, já empregava 80,8% dos angolanos (OIT, 2021, p. 8). Esta realidade confirma, como defende Mbembe (2014, p. 190), a proliferação de “novas formas de violência e desigualdades” engendra-

das por um sistema económico mundial “cada vez mais brutal”.

A cultura de impunidade que foi instalada no pós-guerra “corroeu a confiança no processo de paz” (Human Rights Watch, 1999, p. 188). Esta impunidade foi agravada pelo facto de a “função judiciária em Angola estar enfraquecida pela falta de adequados recursos humanos e infraestruturas” (Banco Mundial, 2018, p. 108). Após o conflito, a assistência social aos veteranos e às vítimas de guerra foi diminuindo, sugerindo que as reparações eram insuficientes (*ibid.*, p. 33, 67). Além disso, os benefícios da reconstrução foram escassos e distribuídos de forma desigual, favorecendo as áreas urbanas em detrimento das rurais (*ibid.*, p. 45, 244).

Persiste a marginalização das comunidades rurais, evidenciada pela fragilidade dos direitos fundiários, que “impede o desenvolvimento urbano e rural” (Banco Mundial, 2018, p. 52). As leis de posse da terra são “pesadas e complexas” (*ibid.*, p. 62), e o direito consuetudinário não protege suficientemente as famílias agrícolas de “decisões arbitrárias” (*ibid.*, p. 113), o que limita os investimentos. Neste contexto, a paz consolidou-se como um acordo social do pós-guerra baseado em “grandes investimentos públicos” e receitas petrolíferas, mas sem as “reformas estruturais necessárias para promover uma trajetória de desenvolvimento mais inclusiva e sustentável” (*ibid.*, p. 124).

Isto é evidenciado pela crescente insatisfação da população, com a diminuição do apoio ao partido no poder nas eleições (Banco Mundial, 2018, p. 125) e os jovens a “exigirem cada vez melhores oportunidades para escapar à pobreza” (*ibid.*, 124). O crescimento económico favoreceu os “não pobres”, enquanto os pobres, especialmente nas zonas rurais, foram “deixados para trás” (*ibid.*, p. 77), perpetuando as desigualdades.

O conflito angolano provocou cerca de 3,7 milhões de deslocados (Banco Mundial, 2016, p. 9). A mortalidade indireta agravou-se devido ao colapso económico, à subnutrição e à falência dos serviços de saúde (CRED, 2006, p. 1–2). Cerca de 80% da rede rodoviária estava em más condições no final da guerra (Banco Mundial, 2016, p. 8, 63).

A desigualdade urbano-rural agravou-se, estando associada à deslocação forçada durante o conflito (Banco Mundial, 2016, p. 9). A partir de 2002, o poder das elites foi reforçado (*ibid.*, p. 13). A pobreza aumentou de 4,9 para 6,7 milhões (*ibid.*, p. 33, 75), e os jovens passaram a exigir melhores oportunidades (*ibid.*, p. 71).

A corrupção continua a ser endémica (Banco Mundial, 2018, p. 61, 93, 101, 247, 279, 287). O sistema político tem sido historicamente caracterizado por decisões discricionárias, corrupção descontrolada e um “capitalismo de compadrio”, com práticas de nepotismo, compadrio e compadrio presentes nas aquisições (*ibid.*, p. 61, 101, 247, 287). Num contexto anterior, Angola ocupava o 164.º lugar entre 176 países no Índice de Corrupção da Transparência Internacional (*ibid.*, p. 93, 279), com referências a posições semelhantes em anos anteriores (Birmingham, 2006, p. 200).

Apesar da violência generalizada que marcou os conflitos armados em vários países

africanos no pós-Guerra Fria, as respostas institucionais à violência variaram significativamente. No Ruanda, os tribunais Gacaca têm sido uma solução inovadora, combinando práticas comunitárias tradicionais com princípios modernos de justiça penal. Esta abordagem visava não só punir os responsáveis pelo genocídio, mas também promover a reconciliação e restaurar os laços sociais, envolvendo os próprios cidadãos como juízes e testemunhas no processo judicial (Clark, 2010, p. 3-10).

Por outro lado, Angola optou por um caminho de esquecimento institucionalizado, sem criar comissões da verdade ou tribunais para apurar responsabilidades por violações dos direitos humanos ocorridas durante a guerra civil. Como observa Soares de Oliveira (2015, p. 18), o país “não criou nenhuma comissão de “paz e justiça”, nenhuma comissão de “verdade”, mas adotou uma política de amnistia generalizada que abrangeu os alegados crimes de guerra cometidos por todas as partes.

Relatórios internacionais, como os da Human Rights Watch (1994, pp. 76-189), já alertavam para a gravidade dos abusos cometidos em Angola, particularmente após as eleições de 1992, sublinhando a ausência de mecanismos de responsabilização e de justiça. A ausência de estruturas formais de justiça de transição acabou por favorecer a perpetuação da impunidade, contribuindo para a consolidação de um regime autoritário focado na estabilidade e na manutenção do poder. Após a independência, a Namíbia implementou uma reforma rural do abastecimento de água baseada na gestão comunitária e em estruturas locais, como as Associações de Utilizadores de Pontos de Água, que fortaleceu a participação da comunidade e ajudou a garantir a sustentabilidade dos recursos (Falk, Bock & Kirk, 2009, p. 115-123).

Embora tenham existido dificuldades na aplicação do princípio do utilizador-pagador, este modelo policêntrico foi mais eficaz do que as abordagens centralizadas.

A administração angolana continuou a ser altamente centralizada (Banco Mundial, 2018, p. 49, 103), com um processo de delegação de competências ao nível municipal que se manteve incompleto (*ibid.*, p. 49, 104). Esta falta de descentralização e capacidade limitada a nível local (*ibid.*, p. 49, 105) tem contribuído para a baixa transferência de responsabilidades para as comunidades, restringindo a participação local na gestão dos serviços essenciais. A necessidade de reforçar o governo local e melhorar a eficiência dos serviços públicos foi reconhecida como uma prioridade, com o estabelecimento de mecanismos que permitissem uma maior participação e responsabilização das autoridades (*ibid.*, p. 49, 106, 147, 148).

Estas fragilidades institucionais têm contribuído para a manutenção das desigualdades no acesso à água, sobretudo nas zonas rurais (Banco Mundial, 2018, p. 81, 82). Apenas 41% da população tinha acesso a serviços básicos de água, sendo o acesso nas zonas urbanas (63%) drasticamente superior ao das zonas rurais (24%) (*ibid.*, p. 81). Tais disparidades foram exacerbadas pelo conflito civil, que, ao longo de 27 anos, negligenciou e despovoou as zonas rurais através da deslocação forçada (*ibid.*, p. 29, 45, 46, 47).

Estas experiências demonstram que a paz sustentável não pode ser imposta de cima para baixo. É necessário articular mecanismos de redistribuição, inclusão e escuta, que reconheçam as especificidades históricas e culturais dos territórios.

A tabela 4 compara os modelos de reconstrução pós-conflito adotados por Angola e por três outros países africanos, destacando os seus enfoques e resultados:

Tabela 4 — Modelos Pós-Conflito: Angola, Ruanda e Namíbia

País	Modelo adotado	Elementos inovadores	Resultados principais
Angola	Paz liberal (externa)	Eleições + FMI/BM	Exclusão social, paz instável
Moçambique	Descentralização comunitária	Conselhos locais	Inclusão social, estabilidade
Ruanda	Justiça híbrida tradicional	Tribunais Gacaca	Reconciliação com responsabilização
Namíbia	Reforma agrária gradual	Redistribuição negociada	Redução de tensões étnicas

Ao contrário dos restantes, Angola recusou qualquer abordagem redistributiva ou participativa. Os outros modelos não são perfeitos, mas envolveram a sociedade civil e enfrentaram as causas da violência. Em Angola, o foco foi restaurar mercados — não reparar injustiças.

Para além do modelo liberal de paz, propõem-se alternativas contextualizadas para Angola, divididas em três pontos principais:

1. A criação de conselhos locais de reconstrução que contem com a participação significativa das mulheres e dos líderes comunitários. Esta abordagem visa ultrapassar as “capacidades limitadas a nível local” e os “mecanismos de coordenação ineficazes”, que “causam constrangimentos ao processo de descentralização” (Banco Mundial, 2018, p. 49). Esta iniciativa está alinhada com a prioridade de “promover a transparência e o envolvimento dos cidadãos” (*ibid.*, p. 49), através de mecanismos que “possam ajudar a equilibrar a influência no processo de formulação de políticas” (*ibid.*, p. 147). A abordagem reconhece ainda o papel fundamental das mulheres na inclusão social, considerando as “desigualdades de género” que o país enfrenta (*ibid.*, p. 53), e a necessidade de capacitar as mulheres, incentivando a sua participação na educação e no emprego (*ibid.*, p. 177).

2. Aplicação de mecanismos híbridos de justiça de transição. Para abordar o legado da guerra civil em Angola, propõe-se a implementação de mecanismos híbridos de justiça de transição, que integram sistemas formais com práticas de mediação comunitária. Esta proposta baseia-se na relevância dos mecanismos informais, uma vez que “os tribunais municipais só funcionam em 22 dos 163 municípios, nos restantes, os crimes e conflitos são tratados por tribunais informais ou pela polícia local” (Banco Mundial, 2018, p. 108). Esta abordagem está também em consonância com a crítica descolonial dos modelos importados (Mignolo, 2011), que rejeita os paradigmas ocidentais e defende a descolonização epistemológica.

3. Implementação de programas de microcrédito. Os programas de microcrédito para mulheres e trabalhadores informais respondem ao "acesso limitado ao crédito" identificado como uma "barreira ao desenvolvimento empresarial" (Banco Mundial, 2018, p. 152). Estão também alinhadas com a recomendação explícita de "melhorar os mecanismos de acesso ao crédito" (Capilo, 2016, p. 4), com iniciativas como o Kixicrédito¹⁷ que apoia "sobretudo, as mulheres" (*ibid.*, 2016, p. 35).

Estas propostas vão ao encontro da opção descolonial de Mignolo (2011), que critica os "paradigmas ocidentais dominantes do conhecimento" e defende a "desocidentalização". A reconstrução transformadora é urgente num contexto em que a reconstrução do pós-guerra gerou desigualdade, uma vez que os benefícios do boom petrolífero apenas beneficiaram uma pequena parte da população (Banco Mundial, 2018, p. 73).

A reabilitação pós-guerra em Angola tem sido marcada por contradições, com um modelo de desenvolvimento que assenta no esgotamento do capital natural e não em reinvestimentos para a sustentabilidade (Banco Mundial, 2018). Os benefícios deste modelo extrativo, fortemente dependente das voláteis receitas petrolíferas (*ibid.*), tiveram pouco impacto no desenvolvimento local. A maioria da população beneficiou pouco da prosperidade económica do pós-guerra, que aprofundou as desigualdades socioeconómicas e manteve a pobreza em níveis elevados (*ibid.*; OIT, 2021).

Este sistema beneficia uma elite oligárquica que opera sob um "capitalismo de compadrio", no qual as decisões são discricionárias e a corrupção é descontrolada (Banco Mundial, 2018). Esta estrutura perpetua uma "lógica de colonialidade" (Quijano, 1992, p. 201), mantendo as hierarquias de poder pós-coloniais.

Esta realidade reflete aquilo a que Mignolo (2011, p. 279) chamou de "modernidade do lado oculto" — uma forma de modernização que atualiza as desigualdades coloniais sob novas roupagens. A exclusão local e o paradoxo da participação marcaram todo o processo: embora os discursos falassem em "inclusão", os consultores estrangeiros e as elites do MPLA dominaram a reconstrução, silenciando as vozes periféricas.

Apesar dos Acordos de Lusaca em 1994, o processo de paz em Angola revelou-se precário e limitado no seu alcance, culminando com o ressurgimento do conflito (Human Rights Watch, 1994; Banco Mundial, 2018). Este regresso à violência expôs a persistência de um modelo de governação com uma forte concentração de poder, onde o Estado foi progressivamente capturado por uma elite estreitamente ligada ao partido no poder e à Sonangol. Esta elite apropriou-se das receitas do petróleo, marginalizando a grande maioria da população e perpetuando a exclusão social (Banco Mundial, 2018; Oliveira, 2015).

17 Kixicrédito: Trata-se de uma iniciativa desenvolvida por uma sociedade de crédito em Angola. O seu propósito principal é assistir as populações deslocadas e, de forma destacada, apoiar as mulheres no desenvolvimento de pequenas atividades geradoras de rendimentos para o sustento familiar. Esta iniciativa visa facilitar o acesso ao crédito com taxas reduzidas para os angolanos que não têm acesso ao sistema bancário tradicional.

Neste contexto, a transferência de somas significativas para círculos próximos do regime foi possibilitada pela opacidade na gestão de ativos e pelo “capitalismo de compadrio” (Banco Mundial, 2018, p. 66, 68, 83, 96-98). Ao mesmo tempo, a maioria da população, sobretudo os mais pobres e residentes em musseques sobrelotados, continuava a viver em condições precárias (*ibid.*, p. 88, 91-95), estando excluída dos benefícios do crescimento económico e da prosperidade (*ibid.*, p. 73, 76, 78, 90, 101-102).

A Resolução 1118 (1997) das Nações Unidas criou a missão MONUA a 1 de Julho de 1997, substituindo a UNAVEM III (*ibid.*). A fragilidade do processo de paz foi exposta quando o país regressou formalmente à guerra em 1998, com o governo e a UNITA a retomarem os combates (Human Rights Watch, 1999, p. 274, 278).

A colonialidade, exposta por Mignolo e Quijano, não desaparece com a independência política, mas adapta-se e persiste, mantendo a sua lógica fundamental mesmo em novos contextos (Mignolo, 2011, p. 11).

A colonialidade, exposta por Mignolo (2011) a partir dos estudos de Quijano (1992), não desaparece com a independência política, mas adapta-se e persiste, mantendo a sua lógica fundamental mesmo em novos contextos.

Quebrar o ciclo de violência e desigualdade em Angola exige uma visão de paz que vá para além da simples ausência de guerra. É necessário um projeto ético e redistributivo, que inclua a democratização do conhecimento e a descolonização das instituições. Esta perspetiva está em consonância com as ideias de pensadores como Johan Galtung,¹⁸ que nas suas obras de 1969 já enfatizava a necessidade de justiça social para superar a violência estrutural (Galtung, 1969, p. 189-190). Da mesma forma, Aníbal Quijano aborda a “colonialidade do poder” e a “colonização das perspetivas cognitivas” (Quijano, 1992, p. 207), enquanto Walter Mignolo discute as “opções descoloniais” e a legitimação do conhecimento marginalizado (Mignolo, 2011, p. XXIII).

A visão convencional da construção da paz, conhecida como a “tese liberal da paz”, é um conceito central para a compreensão dos desafios do pós-guerra. Tal como analisado por Roland Paris, esta teoria propõe que a promoção da democratização e do mercado livre nos países pós-conflito criará uma paz estável. No entanto, Paris critica esta abordagem, argumentando que a transição apressada para a liberalização poderia realmente gerar efeitos desestabilizadores e pôr em perigo a paz. Sugere que a fragilidade das missões de manutenção da paz pós-Guerra Fria reflete as falhas desta teoria.

18 Johan Galtung distingue entre “paz negativa” (ausência de violência direta) e “paz positiva” (presença de justiça social). A paz angolana pós-2002 é muitas vezes classificada como negativa.

2. Metodologias

2.1 Autoetnografia: Interações entre memória e história

A escolha da autoetnografia como metodologia principal nesta investigação decorre de um imperativo interno e académico: compreender, reelaborar e resignificar uma experiência decisiva da juventude do autor — a participação numa missão internacional de paz aos 28 anos, em Angola, num contexto marcado por quase duas décadas de guerra civil. Esta experiência não foi apenas um episódio profissional mas um acontecimento que formou a identidade e a consciência política do sujeito-investigador. Revisitar esta experiência, quase trinta anos depois, através da escrita académica, não é um mero exercício memorialístico. É, sobretudo, um processo de escuta interna, de reinterpretação crítica e de diálogo entre passado e presente, entre memória e história, entre experiência individual e estruturas coletivas.

Esta distância temporal é mais do que um facto cronológico, é um recurso epistemológico. A maturidade adquirida ao longo das décadas permite-nos olhar para os acontecimentos com uma distância crítica que reconfigura os significados atribuídos à época. A escrita autoetnográfica, ao retomar estes fragmentos de vida, assume simultaneamente uma função analítica e terapêutica: abre espaço para que as marcas deixadas pela missão sejam relidas à luz da experiência acumulada, da ampla consciência geopolítica e da problematização ética que o tempo permite amadurecer.

A autoetnografia oferece a possibilidade de revisitar os registos da memória e os documentos da missão da UNAVEM III. O objetivo não é encontrar uma verdade objetiva, mas reconhecer a memória como um campo fluido e politicamente carregado, uma vez que “é impossível recordar ou relatar eventos em linguagem que represente exatamente como esses eventos foram vividos e sentidos” (Ellis et al., 2011, p. 282). A narrativa é, na verdade, uma “história seletiva” escrita a partir de um ponto de vista particular (*ibid.* p. 276). A linguagem, as emoções e os contextos culturais e institucionais medeiam inevitavelmente o processo de recordação, pois a memória “não funciona de forma linear” (Shaw, 2012, p. 3, 11). O ato de narrar transforma o vivido e, neste gesto, permite a sua análise crítica, processo que a autoetnografia procura ao fundir a ciência social com a literatura (Ellis et al., 2011, p. 284).

A autoetnografia, enquanto metodologia, propõe-se “descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal para compreender a experiência cultural” (Ellis et al., 2011, p. 273). Longe de ser apenas uma reflexão individual, a narrativa pessoal assume uma função crucial, servindo como forma de acesso a estruturas simbólicas e políticas mais vastas. Ao relatar o quotidiano de um capacete azul português no Lobito, por exemplo, a autoetnografia revela como o poder, a linguagem institucional e os discursos de paz se manifestam nas práticas, nos sentimentos e nos dilemas morais de quem os viveu.

Durante o processo de reconstrução, o autor confrontou não só documentos oficiais e relatórios institucionais, mas também expectativas pessoais, frustrações silenciosas, dilemas éticos e um sentimento de impotência perante realidades fora do controlo operacional. Esta tensão entre juventude e maturidade, entre experiência e análise, entre presença e recordação, estrutura a narrativa e dá-lhe profundidade. Cada memória evocada é atravessada pela tentativa de compreender o que foi vivido à luz do que hoje se conhece – um exercício de constante reinterpretação.

Mais do que uma metodologia, a autoetnografia aqui praticada é uma posição epistemológica e ética. Permite problematizar não só o cenário geopolítico da missão da ONU em Angola, mas também as transformações subjetivas do sujeito que, envolvido no terreno, era simultaneamente ator e observador. A escrita do passado torna-se, assim, um ato de articulação entre memória, crítica e identidade, oferecendo ao leitor uma perspectiva corporizada e situada dos dilemas que atravessam as intervenções internacionais, sobretudo em contextos africanos historicamente marcados por lógicas coloniais.

Adotada como eixo metodológico, a autoetnografia assenta na convicção de que a experiência vivida pode gerar conhecimento crítico e socialmente relevante (Ellis et al., 2011, p. 275). Longe de ser um obstáculo, a subjetividade do investigador torna-se uma forma legítima de produzir conhecimento, desafiando a crença de que a experiência pessoal “contaminaria a investigação” (*ibid.* p. 275).

A autoetnografia permite ao investigador não só escrever sobre si próprio, mas através de si próprio, utilizando a experiência pessoal como porta de entrada para a compreensão da cultura e da sociedade (Ellis et al., 2011, p. 277). Para que tal seja possível, a análise é acompanhada de uma postura rigorosa e reflexiva que exige o “autoquestionamento” para dar sentido a si mesmo e às suas experiências (*ibid.* p. 280) e a “vulnerabilidade de revelar-se”, reconhecendo a subjetividade e a influência do investigador na pesquisa (*ibid.* p. 275). A prática permite, assim, comparar a experiência com outros registos para produzir uma análise socialmente relevante (Shaw, 2012, p. 11-12).

Neste contexto, a autoetnografia permite explorar o entrelaçamento entre o pessoal e o político, o biográfico e o estrutural, o sensível e o institucional. Em vez de esconder o seu lugar, a metodologia reconhece o investigador como parte integrante do processo de investigação. O autor torna-se simultaneamente sujeito e objeto de análise, e esta duplicidade não é um problema a resolver, mas uma oportunidade para alargar a com-

preensão. A vulnerabilidade do investigador - exposta nas suas emoções, contradições e dúvidas - é também uma forma de honestidade metodológica e de posicionamento político, uma vez que uma "exploração autoetnográfica honesta" gera medos e dúvidas (Ellis et al., 2011, p. 278) e exige que o investigador se torne um "observador" (*ibid.* p. 278) do seu próprio processo.

A autoetnografia, enquanto metodologia, oferece ferramentas para revisitar o passado com sensibilidade crítica, utilizando a experiência pessoal do autor para analisar fenómenos mais amplos. À distância, o autor revê a missão militar, abordando as tensões institucionais, as desigualdades estruturais e os resquícios coloniais que a marcaram.

Neste processo, a memória deixa de ser um mero arquivo e passa a ser uma ferramenta para escavar significados e desafiar narrativas hegemónicas. Como refere Carolyn Ellis, a autoetnografia requer o uso de "epifanias", momentos em que se percebe terem impactado significativamente a trajetória da vida de uma pessoa (Ellis et al., 2011, p. 276), e as memórias, mesmo que não sejam "necessariamente autênticas", podem ser "bastante úteis" (Shaw, 2012, p. 3). O método permite, assim, um "envolvimento mais consciente, reflexivo e crítico com o investigador" (*ibid.* p. 2) para reinterpretar o que foi vivido.

A evocação de memórias não é isenta: as imagens, os sons, os cheiros, as emoções emergem como fragmentos sensoriais que escapam à lógica da objetividade, mas que conferem à narrativa densidade humana e política. Estes fragmentos, por mais instáveis ou parciais que sejam, ajudam a revelar dimensões ocultas da experiência – aquilo que os documentos oficiais silenciam, aquilo que a linguagem institucional não nomeia, aquilo que só o corpo vivido pode testemunhar.

Ao articular estas memórias com fontes secundárias e documentação oficial, a narrativa ganha camadas de complexidade e afasta-se do risco de um autobiografismo fechado. Mais do que contar uma história pessoal, a autoetnografia propõe uma leitura crítica e situada de um episódio coletivo e historicamente marcado. A experiência de um capacete azul lusófono, com os seus conflitos morais, ambiguidades quotidianas e impasses operacionais, lança luz sobre as contradições das missões de paz e sobre o modo como os ideais universais da ONU e os interesses concretos das potências envolvidas se articulam na prática.

A escrita torna-se, assim, um gesto de resistência e de reorganização subjetiva. A autoetnografia recupera afetos como o medo, a frustração e a esperança – elementos muitas vezes ignorados pelas metodologias objetivistas. A inclusão do emocional não diminui o rigor científico, mas alarga a possibilidade de compreensão do humano.

O método procura, em vez da simplificação, uma "verosimilhança" que torne a experiência credível (Ellis et al., 2011, p. 282). Isto enriquece o projeto de investigação e permite uma "avaliação mais crítica" por parte do investigador (Shaw, 2012, p. 4). A autoetnografia, ao incluir emoções, desafia abordagens que "simplificam, categorizam, fatiam e cortam o processo da doença" (Ellis et al., 2011, p. 278), revelando uma compreensão

mais profunda e holística.

Esta secção, ao desenvolver o quadro metodológico da investigação, afirma que a autoetnografia não é apenas uma escolha técnica, mas um compromisso com modos de saber que valorizam a experiência situada, corpos marcados pela história e pela crítica social enraizada na experiência. Ao iluminar áreas obscuras da memória e desafiar discursos cristalizados, esta abordagem configura-se como um contributo legítimo para pensar as missões de paz não apenas como acontecimentos diplomáticos, mas como experiências humanas densas, contraditórias e carregadas de significado.

2.2. Entrevistas: confrontando memória e narrativa institucional

Embora a autoetnografia seja o eixo metodológico central deste trabalho, a sua eficácia interpretativa depende, em grande medida, da articulação com fontes secundárias. A experiência vivida, embora profundamente enraizada na memória individual, não se esgota em si mesma. Pelo contrário, ganha densidade e validade crítica quando confrontado com outras vozes, registos e interpretações. Assim sendo, esta pesquisa adota uma estratégia de triangulação metodológica, utilizando documentos institucionais, literatura académica e dados macroestruturais para ampliar e problematizar as categorias emergentes da narrativa autoetnográfica.

Esta opção metodológica está em consonância com o que propõem Ellis et al. (2011) e Shaw (2012). Defendem que o autoetnógrafo deve confrontar o seu testemunho com fontes externas, culturais e históricas, como forma de evitar o fechamento autorreferencial e enriquecer a análise (*ibid.* p. 277). Descreve-se a autoetnografia como um género que usa a experiência pessoal para ilustrar aspetos da cultura (p. 277), o que está alinhado com a necessidade de ir além do autorreferencial.

Da mesma forma, Shaw (2012) afirma que as memórias individuais funcionam como “pistas aleatórias” que apontam para a necessidade de explorar documentos, discursos e artefactos que contextualizam o vivido, transformando-o em conhecimento situado e socialmente relevante (*ibid.* p. 1-3). Por exemplo, as suas memórias da “cultura de armazém” em Sydney levaram-na a “procurar outras histórias” (*ibid.* p. 3), como artefactos, detalhes da “imprensa de rua” e relatos pessoais, que a ajudaram a descobrir uma “história de outra forma não documentada de uma das culturas urbanas altamente boémias, mas principalmente esquecidas de Sydney” (*ibid.* p. 3).

Neste estudo, a consulta de fontes secundárias não foi um procedimento acessório ou meramente ilustrativo, mas um passo fundamental na construção do quadro interpretativo. Foram analisados documentos das Nações Unidas, nomeadamente os relatórios da missão UNAVEM III, que permitiram observar os quadros institucionais, os objetivos declarados da missão, os relatórios de progresso e as justificações diplomáticas para a intervenção no terreno. Estes documentos foram comparados com os relatórios da

Human Rights Watch, que fornecem uma leitura mais crítica e independente sobre os impactos da guerra civil e as implicações da presença internacional.

Foram ainda consultados dados de organismos multilaterais como o Banco Mundial, cuja base estatística permitiu compreender a evolução socioeconómica da cidade do Lobito e de Angola no período em análise. Estes indicadores funcionaram como contraponto ao relato subjetivo, permitindo avaliar em que medida determinadas percepções pessoais correspondiam (ou não) à dinâmica estrutural em curso no país. Além disso, foram integrados trabalhos académicos relevantes, produzidos no domínio dos Estudos Africanos, da História Contemporânea e da Ciência Política, que forneceram o enquadramento teórico necessário para a análise crítica da intervenção da ONU em contextos pós-coloniais.

A escolha destas fontes foi orientada por três critérios principais:

- 1 - Relevância direta para a missão UNAVEM III;
- 2 - A pluralidade de perspetivas (institucional, crítica, local);
- 3 - A capacidade de dialogar com a experiência do autor, oferecendo elementos para a confirmar, contrariar ou ampliar. Esta abordagem reforça a consciência metodológica de que o testemunho pessoal não é suficiente para a construção de uma interpretação crítica – exige-se um diálogo constante entre o vivido e o documentado, entre memória e arquivo, entre subjetividade e estrutura.

Um exemplo ilustrativo deste processo foi o confronto entre impressões pessoais sobre a segurança, organização e eficácia da missão e os relatos institucionais da ONU, que, em muitos momentos, pareciam subestimar as fraquezas logísticas, as dificuldades de coordenação entre contingentes ou os ressentimentos locais em relação à presença de capacetes azuis. A leitura crítica destes documentos permitiu-nos reconhecer dissonâncias e omissões, funcionando como catalisador para uma compreensão mais matizada da realidade no terreno.

Ao mesmo tempo, a análise de fontes externas ajudou a identificar lacunas e silêncios na sua própria memória pessoal. Certas ocorrências, inicialmente esquecidas ou minimizadas, reapareceram com nova força quando foram encontradas em registos documentais — tanto nos relatórios da missão como em textos académicos. Este fenómeno revela a importância das fontes secundárias não só como suporte, mas como elemento ativo de reconfiguração da memória. Ao reler os acontecimentos à luz de dados e narrativas externas, o investigador foi obrigado a reavaliar os seus próprios registos internos, face às fragilidades do testemunho individual.

Além disso, a utilização de fontes secundárias teve um efeito importante na delimitação das categorias analíticas da dissertação. Questões como a ambivalência moral das intervenções humanitárias, a reprodução das lógicas coloniais em contextos pós-coloniais ou o papel da linguagem diplomática na neutralização do sofrimento social emergiram

com maior clareza ao longo da leitura crítica destes materiais. Assim, as fontes secundárias não eram apenas auxiliares; participou ativamente na construção do olhar analítico, oferecendo vocabulário, categorias e hipóteses interpretativas que enriqueceram a autoetnografia.

Para além das fontes documentais e bibliográficas, este estudo integrou dezasseis entrevistas semiestruturadas a ex-militares portugueses e brasileiros que participaram diretamente na missão UNAVEM III, entre 1995 e 1996. As entrevistas foram conduzidas durante o mês de abril de 2025, através de meios digitais (WhatsApp, email, telefone), e tiveram como objetivo recolher testemunhos complementares à narrativa do autor. Os participantes desempenharam funções variadas no terreno (desde a logística e operações até à saúde e comando), permitindo captar uma diversidade de perspetivas sobre a missão. Estas fontes orais foram fundamentais para confrontar, confirmar ou problematizar memórias individuais, introduzindo contrapontos discursivos, vozes divergentes e reforços narrativos. A codificação dos entrevistados (E:1 a E:16), bem como os dados resumidos das entrevistas, encontra-se apresentada no Anexo A.

A triangulação metodológica, que articula experiência, documentos e teoria, integra-se na tradição crítica da investigação qualitativa, rejeitando a dicotomia entre objetividade e subjetividade (Ellis et al., 2011, p. 275). A autoetnografia, por exemplo, procura produzir “descrições densas estéticas e evocativas da experiência pessoal e interpessoal” (*ibid.*p. 278), ultrapassando as fronteiras tradicionais da objetividade. Nesta abordagem, a validade de uma narrativa não reside na sua imparcialidade, mas na sua capacidade de evocar nos leitores o sentimento de que a experiência descrita é credível e de os ajudar a “melhorar as suas vidas” (*ibid.*p. 282). A integração de fontes secundárias, como artefactos ou relatos de outras pessoas, não dilui a especificidade da experiência do autor, mas, pelo contrário, alarga a sua legibilidade e enriquece a análise.

Esta prática rejeita o apagamento das emoções e tensões, pois a autoetnografia exige que o investigador se envolva no seu trabalho e seja introspetivo sobre os seus próprios sentimentos e motivos (Ellis et al., 2011, p. 280-281). Além disso, o conhecimento é assumido como um processo situado e parcial (*ibid.*p. 275), sendo cada história interpretada a partir de um “local situado” (Shaw, 2012, p. 16; Ellis et al., 2011, p. 279). Esta abordagem está muitas vezes comprometida com a justiça social (Ellis et al., 2011, p. 273), com o objetivo de “encorajar a compaixão e a empatia” e ajudar-nos a “viver e lidar” (*ibid.*p. 282). A integração de fontes secundárias, como artefactos ou relatos de outras pessoas, não dilui a especificidade da experiência do autor, mas, pelo contrário, alarga a sua legibilidade e enriquece a análise. Ao confrontar a sua experiência com o que foi “dito, escrito e omitido” por outros, o autor pode descobrir uma história que, de outra forma, permaneceria não documentada (Shaw, 2012, p. 11-12).

A metodologia adotada procurou, assim, integrar a dimensão experiencial com a estrutura analítica, através de um movimento constante entre o micro e o macro, entre o sin-

gular e o sistémico. A experiência do autor — marcada por episódios de desorientação, dúvida, resistência e tentativa de compreensão do contexto local — foi relida à luz de dados que revelaram, por exemplo, a presença de interesses económicos estratégicos na manutenção do conflito ou a existência de dinâmicas de exclusão na distribuição de apoios internacionais.

Esta intersecção entre camadas de leitura permitiu alargar o campo de análise, situando a experiência individual dentro de dinâmicas geopolíticas mais vastas. A presença portuguesa em Angola, mesmo sob a égide da ONU, não é realizada num vazio histórico — transporta consigo uma memória colonial, expectativas contraditórias e práticas de poder que por vezes colidem com o proclamado ideal de neutralidade humanitária. A leitura de fontes secundárias contribuiu decisivamente para evidenciar estas continuidades históricas e sublinhar a importância de uma abordagem descolonizadora da análise.

É também importante notar que, embora nem todas as fontes secundárias utilizadas sejam explicadas nesta secção, o seu impacto atravessa todo o capítulo metodológico e os capítulos seguintes, especialmente na definição de categorias interpretativas, na estruturação da análise empírica e na crítica das missões internacionais de manutenção da paz. A utilização destas fontes acabou por permitir conferir maior robustez metodológica e densidade reflexiva ao trabalho, consolidando o compromisso ético e epistemológico da investigação.

Em suma, a incorporação de fontes secundárias neste estudo não serve apenas para conferir validade externa ao testemunho autoetnográfico. Funciona como um dispositivo de deslocamento e reconfiguração, abrindo a narrativa pessoal ao contraditório, ao inesperado e ao invisível. Ao confrontar o vivido com o documentado, o autor compromete-se com uma prática de investigação crítica, que não procura o conforto da coerência, mas o rigor da complexidade.

2.3. Limitações: desafios da abordagem autoetnográfica

A adoção da autoetnografia como abordagem metodológica, apesar das suas virtudes analíticas e políticas, não está isenta de tensões. Assumir a própria experiência como matéria-prima para a investigação científica implica, desde o início, reconhecer as fragilidades e os desafios epistemológicos de tal escolha. Esta secção propõe-se precisamente explicitar estas limitações, não com a intenção de enfraquecer a validade da metodologia, mas de realçar o compromisso com uma postura reflexiva, ética e crítica, que reconheça o seu próprio lugar de enunciação e os riscos que a acompanham.

Uma das limitações centrais prende-se com a subjetividade radical da autoetnografia. Ao contrário das metodologias que procuram eliminar ou neutralizar o objeto de investigação, a autoetnografia assume que o investigador é parte indissociável do processo de produção de conhecimento. Tal reconhecimento, no entanto, impõe exigências

crescentes em termos de transparência narrativa, honestidade intelectual e vigilância epistemológica. A consciência de que se está a falar de si mesmo exige um esforço contínuo para confrontar as próprias certezas, reconhecer as zonas de silêncio e identificar possíveis idealizações.

A memória é, neste contexto, um território instável. A recordação não é um espelho do passado, mas uma reconstrução que incorpora elementos do presente, do desejo e do contexto narrativo. Isto é demonstrado na abordagem autoetnográfica, onde a narrativa é sempre uma “história sobre o passado” que é “parcial e situada” (Ellis et al., 2011, p. 276; Shaw, 2012, p. 16).

A passagem do tempo — quase trinta anos entre os acontecimentos relatados e a sua reinterpretação nesta dissertação — acentua ainda mais essa fluidez. O autor escreve hoje com outra linguagem, outro vocabulário e outra consciência, o que transforma inevitavelmente os significados atribuídos às vivências da juventude. Como afirma Ellis et al. (2011, p. 276), os acontecimentos no passado são sempre interpretados com o “benefício da retrospectiva” a partir da nossa posição atual.

A memória, portanto, é menos uma fonte factual do que um espaço de significação (Ellis et al., 2011, p. 276; Shaw, 2012, p. 3). O reconhecimento desta instabilidade é condição *sine qua non* para o rigor metodológico desta abordagem. Como defende Shaw (2012, p. 4), seria “pouco sincero ignorar as nossas memórias”, e a integridade da investigação exige uma “sensibilidade autoetnográfica” que inclui a consciência da própria “situação” do investigador em relação aos mundos que estuda (*ibid.*p. 3). A validade de uma narrativa não reside na sua imparcialidade, mas na sua capacidade de evocar verosimilhança e de ajudar os leitores (Ellis et al., 2011, p. 282).

Outro desafio é a tensão entre o particular e o geral. A autoetnografia baseia-se no princípio de que a experiência pessoal, se for situada criticamente, pode iluminar estruturas sociais e culturais mais amplas (Ellis et al., 2011, p. 277; Shaw, 2012, p. 1). No entanto, corre-se sempre o risco de extrapolar indevidamente uma experiência singular, convertendo-a, sem mediação teórica, numa representação colectiva. Shaw (2012, p. 4) alerta para a necessidade de os investigadores não se perderem na sua própria subjetividade. Para mitigar este risco, esta investigação adota uma estratégia de integração de diversas fontes de dados. O autor procura “outras histórias” em “artefactos, detalhes da ‘street press’, coisas estranhas em sites de internet, discos e etiquetas antigas, relatos pessoais” (*ibid.*p. 11), o que enriquece a pesquisa para além da experiência pessoal.

Ouvir o “outro” — seja nos textos, nos dados ou nas ausências — foi fundamental para evitar fechar a narrativa no “eu”. Esta pesquisa interage, portanto, com outras vozes e ajuda a reposicionar os leitores e os ‘sujeitos’ como coparticipantes do diálogo, encorajando a compaixão e a empatia (Ellis et al., 2011, p. 282). O confronto entre o vivido e o documentado, como exemplificado na reflexão de Shaw sobre a sua experiência de campo, constitui um elemento central para a autoetnografia crítica. Este processo de

comparação de diferentes registos de memória e documentos leva a uma reflexão crítica sobre a própria posição do investigador.

Ainda assim, subsiste uma limitação que não pode ser ignorada: a ausência de testemunhos diretos da população civil do Lobito. Embora a narrativa se concentre na experiência do autor enquanto militar português, a ausência de vozes locais — do povo angolano afetado pela guerra e pela presença internacional — reduz a desejável polifonia numa obra comprometida com a escuta crítica. Esta preocupação está em linha com a tradição autoetnográfica, que procura “reposicionar os leitores e os ‘sujeitos’ como co-participantes no diálogo” (Ellis et al., 2011, p. 282) e sugere a inclusão de outras vozes na construção da narrativa (*ibid.*p. 276).

As razões para esta ausência são múltiplas: a distância temporal, as limitações logísticas e éticas do campo e a impossibilidade de reconstruir fielmente determinadas interações passadas. Estas razões estão fundamentadas nos desafios da memória e da reconstrução do passado, temas abordados por Ellis et al. (2011) e Shaw (2012). A distância temporal é um fator crucial, como evidencia Ellis et al. (2011, p. 276) ao referir que os autores autoetnográficos escrevem “retrospectiva e seletivamente sobre experiências passadas”. A memória não é um registo autêntico e linear, mas uma reconstrução que pode fornecer “pistas aleatórias” (Shaw, 2012, p. 11) e ser “filtrada”, tornando-se “outra forma de ‘contar histórias’” (*ibid.*p. 10).

As limitações éticas são também uma preocupação central, uma vez que a autoetnografia envolve “escrever sobre familiares e entes queridos que fazem parte da sua história” (Ellis et al., 2011, p. 275), exigindo consideração pelo seu direito à privacidade e segurança (*ibid.*p. 275). Por fim, a impossibilidade de reconstruir fielmente é um desafio inerente à narrativa, uma vez que, como afirma Ellis et al. (*ibid.*p. 276), o autor não se recorda das “palavras exatas” e tem de “construir cenas e diálogos a partir de descrições parciais”. O autor reconhece que “nunca podemos captar a experiência” e que “cada história é parcial e situada” (Ellis et al., 2011, p. 276; Shaw, 2012, p. 3), sendo sempre interpretada a partir da “posição atual” do narrador (Ellis et al., 2011, p. 276).

O fosso de vozes locais, no entanto, não é interpretado como uma falha, mas como uma condição empírica que delimita o âmbito da análise. A própria ausência de determinadas vozes comunica e deve ser tematizada como tal, refletindo as complexidades e os silêncios inerentes à construção da memória e da narrativa histórica.

Esta limitação revela uma segunda fraqueza: a relação assimétrica entre o investigador e os sujeitos ausentes. Ao concentrar-se na sua própria experiência, o autoetnógrafo corre o risco de recentrar o discurso sobre o sujeito que já foi investido de poder durante a missão. Mesmo com um olhar crítico e reflexivo, é difícil escapar à lógica da representação que pode inadvertidamente obscurecer outras formas de viver, resistir ou compreender os acontecimentos. A autoetnografia exige, pois, um posicionamento ético atento, que não romantize a experiência pessoal nem a sobreponha às vivências

de outros sujeitos históricos silenciados ou marginalizados.

Neste sentido, a noção de “verdade narrativa” é particularmente relevante para a autoetnografia. A abordagem não aspira a reconstruir os factos com uma precisão objetiva, mas antes a ser fiel aos significados que os acontecimentos adquirem para aqueles que os viveram (Ellis et al., 2011, p. 276). O objetivo não é “captar a experiência”, mas sim “transmitir os significados que atribuiu à experiência” e “contar uma história na qual os leitores possam entrar e se sintam parte” (*ibid.*p. 278).

Trata-se, pois, de reconhecer que a verdade aqui mobilizada é relacional, afetiva e situada (Ellis et al., 2011, p. 275), e que o seu valor reside na sua capacidade de levantar questões, abrir diálogos e revelar camadas ocultas da experiência histórica (Ellis et al., 2011, p. 275; Shaw, 2012, p. 11). Esta verdade não elimina o rigor; apenas desloca o seu eixo (Ellis et al., 2011, p. 275). O rigor da autoetnografia exige clareza sobre os critérios interpretativos e os limites da generalização (Ellis et al., 2011, p. 276-277; Shaw, 2012, p. 17), com validade a ser julgada pela capacidade da obra em evocar a “verosimilhança” e ajudar os leitores (Ellis et al., 2011, p. 282).

Uma limitação adicional é o potencial carácter terapêutico da escrita autoetnográfica. Se, por um lado, esta dimensão constitui uma riqueza — integrando emoções, conflitos internos e processos de transformação pessoal —, por outro, levanta o problema do equilíbrio entre o interesse científico e a elaboração subjetiva. A fronteira entre o texto académico e a narrativa íntima pode, por vezes, tornar-se ténue. Foi, por isso, necessário, ao longo deste trabalho, manter um compromisso com a análise crítica, evitando que a emoção diluísse o enraizamento teórico e a inserção histórica da experiência.

Finalmente, é preciso reconhecer que a autoetnografia não substitui os métodos históricos tradicionais nem propõe-se esgotar o fenómeno em estudo. Pelo contrário, ela é vista como um “complemento metodológico” (Shaw, 2012, p. 1) que oferece uma perspetiva parcial, corporificada e crítica, capaz de aceder a áreas que outros métodos não alcançam — especialmente no que diz respeito à experiência vivida, aos afetos, às ambiguidades morais e aos dilemas do terreno.

A autoetnografia é por natureza parcial e situada (Ellis et al., 2011, p. 275), e a sua força reside na capacidade de perturbar certezas e desestabilizar discursos consolidados, uma vez que “viola tudo o que foi ensinado sobre investigação em ciências sociais” (*ibid.*p. 275) e foca-se em “restaurar a complexidade” a narrativas que são frequentemente simplificadas. O seu valor reside na capacidade de revelar camadas ocultas da experiência, desenterrando “histórias de outra forma indocumentadas” (Shaw, 2012, p. 3) e proporcionando uma “avaliação mais crítica do nosso envolvimento na própria investigação” (*ibid.*p. 4).

Assumindo os seus limites – subjetividade, falibilidade da memória, ausência de algumas vozes – esta abordagem permanece legítima e relevante, especialmente quando aplicada a contextos como as missões de paz da ONU, cujas representações institucio-

nais tendem a apagar conflitos, tensões e fracassos do campo. A autoetnografia, neste caso, funciona como uma contra-narrativa, desafiando o cânone e oferecendo um olhar a partir do interior, marcado por dúvidas, hesitações e tentativas de compreensão.

Este trabalho, recorrendo à autoetnografia, assume, pois, um compromisso com a produção de conhecimento que não separa o emocional do político, o vivido do analítico, o corpo da teoria. É a partir desta articulação que pretendemos pensar, de forma mais plural e sensível, os impactos e as contradições das intervenções internacionais em África — e, mais especificamente, da missão UNAVEM III na cidade do Lobito.

3. Interação entre os Capacetes Azuis e a população do Lobito

As operações de manutenção da paz das Nações Unidas, concebidas como “a invenção das Nações Unidas” (Boutros-Ghali, 1992, p. 94), assumem particular complexidade em contextos pós-coloniais marcados por prolongadas guerras civis, como a angolana, que viveu “30 anos de guerra devastadora” (Angola Peace Monitor, Vol. II, Issue 1, 1995, p. 13) e profundas “tensões no ar” entre fações (E:8 Q:4). A terceira missão de verificação das Nações Unidas (UNAVEM III), autorizada pelo Conselho de Segurança em Fevereiro de 1995 [Resolução 976 (1995), Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1995, p. 163/204], e implementada após o Acordo de Lusaca, destinava-se a acompanhar o cessar-fogo e a apoiar a transição para a paz após décadas de conflito interno (ONU, 1995 apud Angola Peace Monitor, Vol. II, Issue 7, p. 3; Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1995, p. 167/208).

Este capítulo centra-se na cidade do Lobito, na província de Benguela, considerada estratégica (Angola Peace Monitor, Vol. II, Issue 5, 1995, p. 26) devido ao seu porto e infraestruturas (E:12 Q:3), mas também frágil, descrita como “devastada, com muita pobreza” (E:6 Q:16). O objetivo é analisar as interações entre os capacetes azuis e a população local no auge da missão, quando o contingente da ONU “quase atingiu os 5.000” soldados (*ibid.*p. 10) e o destacamento logístico britânico no Lobito/Catumbela já se encontrava “plenamente operacional” (*ibid.*p. 25).

A análise baseia-se num conjunto empírico composto por 16 entrevistas orais realizadas a antigos militares portugueses e brasileiros destacados no terreno. Estes testemunhos foram sistematizados com base numa grelha temática permitindo a extração de categorias analíticas recorrentes através de um processo de triangulação e comparação de narrativas. A metodologia utilizada baseou-se na análise qualitativa de conteúdo, apoiada num referencial teórico baseado em estudos pós-coloniais e de paz, preservando o rigor e a rastreabilidade das fontes, cujo acesso está disponível mediante pedido formal. Antes de avançar para os eixos temáticos, importa clarificar o enquadramento metodológico da análise.

As entrevistas analisadas neste capítulo foram realizadas com base numa grelha temá-

tica semiestruturada, permitindo a livre expressão dos participantes dentro de eixos previamente definidos. A sistematização do *corpus* empírico seguiu uma abordagem qualitativa, centrada na análise de conteúdo temática, com a identificação de categorias recorrentes, discordâncias e convergências. A codificação manual foi realizada em múltiplas leituras cruzadas, privilegiando a fidelidade lexical e o contexto narrativo dos entrevistados. A triangulação entre os dados orais, os relatórios institucionais (nomeadamente o Angola Peace Monitor) e a literatura especializada em estudos da paz e do pós-colonialismo permitiu uma leitura situada e crítica dos testemunhos. A escolha metodológica pela centralidade dos ex-militares deve-se à natureza autoetnográfica do trabalho, em que o investigador – também participante na missão – procura construir conhecimento a partir da escuta atenta dos seus pares. As limitações decorrentes da ausência de entrevistas a civis angolanos locais são reconhecidas e enquadradas na realidade do terreno, marcada por dificuldades de acesso, desconfiança mútua e constrangimentos éticos. Ainda assim, as vozes recolhidas fornecem uma lente privilegiada sobre a perceção dos atores diretos e os mecanismos de mediação cultural, afetiva e institucional no terreno.

Os dados estão organizados em sete eixos estruturais que emergiram da análise das entrevistas, revelando as principais dimensões da interação entre os capacetes azuis e a população do Lobito:

1. Degradação socioeconómica: aborda o impacto da guerra civil na vida quotidiana da população e nas precárias condições de subsistência.
2. Perceção da Missão: detalha a forma como a UNAVEM III foi vista pelas forças de manutenção da paz e pela população, incluindo expectativas e deceções.
3. Comportamento Militar: examina a conduta das forças de manutenção da paz, tanto positivas (ajuda humanitária) como negativas (incidentes, abusos).
4. Barreira culturais e linguísticas: explora os desafios da comunicação e da compreensão mútua entre diferentes grupos.
5. Relações de Poder e Hierarquias: analisa como as dinâmicas de poder (pós-colonial, militar, económica) influenciaram as interações.
6. Impacto nas Infraestruturas e na Economia Local: avalia os efeitos da presença da missão no desenvolvimento e nos recursos locais.
7. Legado e Memória da Missão: discute as impressões duradouras da UNAVEM III sobre a comunidade e sobre os próprios pacificadores.

Os subcapítulos seguintes detalham cada um destes eixos, ilustrando-os com excertos significativos das entrevistas e analisando a sua inter-relação com as teorias da crítica da paz liberal e da colonialidade do poder.

Estes temas permitem reconstruir, de forma densa e crítica, o quotidiano da presença

internacional no Lobito, revelando tanto os efeitos imediatos da missão como os seus paradoxos estruturais, entre a retórica da paz e as práticas de sobrevivência.

Importa, no entanto, assinalar uma limitação metodológica significativa: a ausência de entrevistas a cidadãos angolanos residentes no Lobito durante o período em análise, em resultado de recusas ou constrangimentos na recolha. Esta lacuna restringe a leitura aos testemunhos de agentes externos, embora revelem perceções indiretas de receção local, afetos, tensões simbólicas e dinâmicas de poder vivenciadas no terreno.

Este capítulo propõe, assim, uma leitura crítica e contextualizada da atuação da UNAVEM III no Lobito, contribuindo para o debate sobre a eficácia das missões de paz em contextos marcados pela fragilidade institucional, desconfiança civil e extrema desigualdade socioeconómica. Ao questionar a experiência dos capacetes azuis no terreno, procuramos também perceber como se constrói a memória da missão a partir de quem a realizou – e que vestígios deixou na cidade onde a paz era, mais do que um desígnio político, uma luta diária.

As referências às edições do “Angola Peace Monitor” neste capítulo baseiam-se no documento consolidado, com indicação direta das páginas deste texto.

3.1. Perceções iniciais: a cidade devastada

A chegada dos capacetes azuis ao Lobito, em 1995, confrontou os militares da UNAVEM III com um cenário de “devastação” material, humana e institucional. Os relatos dos ex-soldados, organizados em quatro eixos analíticos — ruína material, economia de sobrevivência, paradoxo simbólico e vácuo institucional — revelam a profundidade do impacto causado pelo contacto inicial com a cidade (tabela 5).

Tabela 5 — Tipos de violência testemunhada

Entrevistado	Tipo de violência	Exemplo ou Situação Relatada	Fonte (Q)
E: 7	Físico/Estado	Espancamento de um menor pelas forças locais	Q:12
E: 4	Institucional / Corrupção	Desvio de recursos da ONU para frentes de batalha	Q:3
E: 3	Sexual / Silenciamento	Casos de abuso sexual abafados	Q:16-17
E: 16	Psicológico / Humano	Profunda tristeza por ver miséria extrema	Q:2

As imagens que emergem descrevem uma “cidade devastada, com muita pobreza” (E:6, Q:16), marcada por “muita destruição” e “marcas de guerra” (E:5, Q:1), definida por vários como “uma cidade em ruínas” (E:11, Q:2). A precariedade das infraestruturas era total, com falta de iluminação pública (E:12, Q:2), estradas destruídas (E:3, Q:19) e um colapso dos serviços básicos, incluindo a saúde e a higiene (E:6, Q:16; E:12, Q:2). A des-

truição assumia também uma dimensão sensorial e simbólica, marcada pelos “cheiros tristes” da falta de higiene (E:12, Q:2) e pelo “pânico nos olhos dos idosos”, que revelava o cansaço e a incerteza face aos anos de guerra civil (E:2, Q:1). Esta “anatomia fragmentada” (E:8, Q:2) da outrora “pérola de África” (E:4, Q:1) estendia-se ao abandono institucional, com os hospitais “sem recuperação significativa” (E:3, Q:9) e a maioria das escolas inoperacionais (E:1, Q:43).

No plano económico, os soldados depararam-se com uma economia de sobrevivência. Crianças descalças reviravam montes de lixo à procura de comida (E:3, Q:2; E:12, Q:8) e a moeda local estava hiper-desvalorizada, havendo relatos de que “uma cerveja custava 200 milhões de kwanzas” (E:5, Q:7). A escassez de bens essenciais levou a uma forte dependência do mercado informal e da moeda forte (E:12, Q:7), onde até os medicamentos eram vendidos ao ar livre, sem controlo (E:3, Q:3). Esta realidade gerou nos militares uma perceção de impotência estratégica, conscientes de que a missão priorizava os interesses económicos em detrimento dos humanos (E:2, Q:6) e de que as melhorias seriam “provisórias” (E:6, Q:18), dissipando-se com a retirada das tropas (E:8, Q:8).

Para os militares lusófonos ou de origem africana, o regresso a uma Angola arruinada desencadeou um profundo paradoxo simbólico e identitário. O confronto entre a memória de uma “pérola de África” (E:4, Q:1) e a realidade da guerra gerou uma desilusão sintetizada no lamento de um soldado: “É isto que é a minha terra?” (E:16, Q:1). Este paradoxo materializava-se na geografia urbana: a beleza natural da restinga (E:14, Q:1) contrastava brutalmente com a “putrefação urbana” dos bairros periféricos, marcados pela segregação espacial (E:7, Q:9). Gerou-se, assim, um duplo fosso: entre a “Angola sonhada” e a vivida, e entre a prometida missão de paz e uma realidade onde a segurança era “falsa” (E:6, Q:18).

Apesar de algum envolvimento do Estado, com a retirada de tropas para quartéis e conferências internacionais de reconstrução (Angola Peace Monitor, Vol. II, Issue 4, 1995, p. 2, 19; Issue 1, 1995, p. 12), o desempenho foi prejudicado por um apoio logístico “inadequado” (*id.*, Issue 6, 1995, p. 34) e por uma corrupção sistémica descrita como “extremamente” grave (E:8, Q:16). A sobrevivência quotidiana era mantida em mercados paralelos, com desvios de ajuda humanitária, incluindo a “venda ilegal de sacos de arroz/feijão” (E:6, Q:20), atenuada apenas pelo trabalho “inestimável” das ONG (Angola Peace Monitor, Vol. II, Issue 8, 1995, p. 32; E:10, Q:6). Neste vazio institucional, a população via os capacetes azuis como “salvadores” (E:15, Q:4) e a “última hipótese de paz” (E:13, Q:6), depositando neles uma esperança que exigia não só operações militares, mas uma reordenação ética do olhar estrangeiro.

3.2. Influência cultural e barreiras linguísticas

As relações entre os capacetes azuis da UNAVEM III e a população do Lobito foram profundamente condicionadas por fatores linguísticos e culturais, que funcionaram como facilitadores ou obstáculos decisivos à convivência diária e à eficácia da missão.

Os contingentes lusófonos (portugueses e brasileiros) estabeleceram laços significativamente mais fluidos e positivos com a população civil. A partilha da língua portuguesa foi o principal catalisador, gerando “boas relações” (E:2, Q:2) e um sentimento de “acolhimento” (E:2, Q:1). Esta vantagem permitia uma comunicação direta, dispensando intérpretes e fortalecendo a confiança mútua – “A confiança era através de nós populares. A linguagem facilitou isso” (E:3, Q:7). Os “brasileiros”, em particular, foram destacados pela sua “facilidade de interação sem conflitos” (E:8, Q:11) e uma postura “flexível” e “amigável” (E:8, Q:9; E:8, Q:11) que lhes granjeou uma percepção muito positiva – “vistos com bons olhos” (E:9, Q:3).

Em nítido contraste, os contingentes asiáticos (do Bangladesh, Índia e Coreia do Sul) enfrentaram barreiras intransponíveis. A combinação da barreira linguística – “o inglês nem sequer era falado com o Bangladesh” (E:8, Q:13) – e de diferenças culturais profundas resultou no isolamento operacional e social. Foram descritos como “não integrados” (E:6, Q:21), “presos no quartel” (E:7, Q:8) e percecionados como “mais fechados” (E:15, Q:5) e “mais desconfiados” (E:16, Q:4). Este isolamento minou a cooperação e gerou desconfiança, limitando as suas interações a contextos formais ou “obrigatórios” (E:6, Q:17). As diferenças culturais chegaram a ter um impacto operacional concreto, havendo relatos de que “Rituais religiosos atrasaram missões” (E:7, Q:8).

A dimensão racial e histórica surgiu também como um mediador crucial das percepções. Um entrevistado observou que “os zimbabueanos eram respeitados pela UNITA porque eram negros... o conflito foi étnico” (E:2, Q:2), enquanto os militares europeus brancos, sobretudo portugueses, por vezes enfrentavam a desconfiança de quem os olhava como “colonizadores” (E:5, Q:4), uma percepção mais comum entre a geração mais velha que viveu o período colonial. Curiosamente, a resistência não era uniforme; as elites locais e os mais instruídos mostravam-se mais críticos – “quanto maior a intelectualidade ou condição financeira, pior nos viam” (E:8, Q:9) –, enquanto os segmentos mais vulneráveis tendiam a uma receção mais aberta.

Esta complexa teia de fatores expôs uma falha preparatória crucial da missão. Os militares concordaram que “Uma semana de formação não era suficiente [...] devia haver sessões de informação sobre o contexto local” (E:7, Q:14). A ausência de uma estratégia intercultural robusta resultou em “conflitos interpessoais, mal-entendidos com civis e tensão entre contingentes” (E:6, Q:21; E:3, Q:5; E:14, Q:10), revelando que a UNAVEM III subestimou completamente o peso destas variáveis no sucesso da sua operação de paz. A missão operava num campo social minado por histórias de colonialismo e identidade,

onde a língua e a cor da pele não eram detalhes, mas antes determinantes fundamentais do fracasso ou do sucesso da construção da confiança.

3.3. Relações Interpessoais e Percepções da População

A coexistência entre os capacetes azuis e a população civil do Lobito estruturou-se numa complexa rede de percepções, marcada por uma reação dicotômica que oscilava entre a aceitação e a desconfiança, fortemente influenciada por memórias históricas e dinâmicas sociopolíticas.

Por um lado, registou-se uma significativa receção positiva por parte de segmentos vulneráveis da população, que viam os militares da ONU como uma “ajuda” (E:5, Q:4) e “salvadores” (E:15, Q:4). Esta percepção traduzia-se em gestos de gratidão, como “bateram palmas quando nos viram” (E:7, Q:3) e oferecer “abraços” (E:9, Q:3), e era facilitada pelo vínculo lusófono, que funcionava como um poderoso elo de empatia e comunicação direta (E:2, Q:2). A confiança foi sendo construída através da presença constante, que gerava uma percepção de segurança (E:7, Q:10), e de gestos informais de solidariedade, como a partilha de “chocolates e cigarros” ou a manutenção de “boas conversas, piadas” (E:8, Q:12), que converteram o mandato abstrato da paz em legitimidade comunitária.

Por outro lado, uma profunda desconfiança e resistência, marcaram as interações, sobretudo entre as gerações mais velhas que viveram o período colonial, para quem os soldados eram vistos como “colonizadores” (E:5, Q:4). As elites locais e os mais instruídos mantinham igualmente uma postura crítica e distante, como atesta a observação de que “quanto maior a intelectualidade ou condição financeira, pior nos viam” (E:8, Q:9). Esta ambivalência era agravada pela fragilidade da paz, caracterizada por uma segurança percebida como “falsa” e por melhorias vistas como “temporárias” (E:6, Q:18), sem alterações estruturais duradouras (E:7, Q:10; E:8, Q:8).

A clivagem geracional foi um fator decisivo. Enquanto os jovens tendiam a ser “mais colaborantes” (E:2, Q:1) e a ver os militares “mais como amigos” (E:11, Q:3), os idosos exibiam predominantemente “cansaço, pânico, incerteza” (E:2, Q:1) e uma atitude cautelosa. Contudo, esta divisão não era absoluta, havendo relatos de que alguns jovens também associaram a presença à colonização (E:4, Q:4), e alguns idosos mostraram alívio (E:4, Q:4), revelando a complexidade e a não linearidade das percepções.

Para além das dinâmicas de grupo, os testemunhos revelam momentos de profunda ligação humana que transcendiam o protocolo militar. Episódios de proteção espontânea, como um militar que “ameaçou um polícia local” para proteger uma criança famineta de ser roubada (E:4, Q:11), ou a adaptação cultural dos soldados que aprenderam a “respeitar as cerimónias locais” (E:6, Q:21), ilustram como, no meio do caos, emergiram gestos de solidariedade que escaparam à lógica burocrática da missão e criaram laços afetivos duradouros.

Em suma, as relações interpessoais no Lobito foram um microcosmo das contradições da missão: um equilíbrio precário entre a esperança e o ceticismo, entre a herança colonial e a promessa de um futuro melhor, mediado não por grandes estratégias, mas pela capacidade de, no dia-a-dia, construírem-se pontes humanas através da linguagem, da empatia e de pequenos gestos de reconhecimento mútuo.

3.4. Infraestrutura, Economia e Desigualdades

A intervenção da UNAVEM III no Lobito revelou um modelo de reconstrução marcado por três pilares interligados: "urgência operacional, seletividade estratégica e precariedade estrutural". O foco da missão centrou-se na recuperação de infraestruturas críticas para a sua própria logística e mobilidade, em detrimento de um desenvolvimento social mais abrangente e duradouro (tabela 6).

Tabela 6 — Contradições entre narrativas administrativas e experiências de campo

Tema	Relatório Oficial (ONU)	Realidade no terreno	Fonte (Q)
Distribuição Alimentar	"Entrega prevista de 7.000 toneladas"	"Desvio para o mercado negro"	E:6 Q:20
Segurança Local	"Estabilização parcial em áreas de risco"	"Sentimento de medo constante nas periferias"	E:2 Q:9
Reconstrução	"Obras de infraestrutura em curso"	"Nas periferias nada mudou"	E:7 Q:13
Exploração Sexual	Silêncio institucional	"Casos abafados sem responsabilização"	E:3 Q:16-17

A "urgência operacional" ditou a priorização de estradas e pontes. Foram construídos "200 km de estrada e 7 pontes" (E:2, Q:5) e instaladas "pontes desmontáveis" (E:4, Q:5) para garantir a "circulação de mercadorias" (E:13, Q:5) e a livre movimentação das tropas, numa resposta direta ao grave "problema das minas" (E:10, Q:5) que tornava as viagens exaustivas e perigosas. Embora a população tenha usufruído indiretamente deste fluxo para o transporte de alimentos e medicamentos (E:8, Q:5), a natureza destes melhoramentos era efémera, dissipando-se com a retirada das tropas: "assim que as tropas partiram, a guerra voltou" (E:8, Q:8).

Esta abordagem pautou-se por uma clara "seletividade estratégica". Os investimentos concentraram-se em zonas de elevado valor económico e visibilidade, como a Marina do Lobito, onde "havia muito trabalho. Lá fora, nada" (E:7, Q:9). Em contrapartida, as infraestruturas sociais básicas foram negligenciadas. Os hospitais locais permaneciam "sem recuperação significativa" (E:3, Q:9), dependendo de unidades estrangeiras como o hospital romeno ("Angola Peace Monitor", Vol. II, Issue 2, p. 10) e de ONG para cuidados de saúde (E:1, Q:46). No sector educativo, a ação foi residual e simbólica, limitando-se à distribuição de material escolar (E:16, Q:5) ou a cursos pontuais (E:8, Q:10), sem

um programa de reconstrução escolar sistemático – “Não participámos na construção de escolas” (E:14, Q:11).

Da conjugação destes fatores resultou uma “precariedade estrutural”. A assimetria dos investimentos, que beneficiava as zonas estratégicas e abandonava as periferias onde “nada mudou” (E:7, Q:13), aprofundou as desigualdades socio espaciais pré-existentes. Economicamente, a missão gerou um “aspeto inflacionário” (E:8) distorcido, com o poder de compra estrangeiro a provocar uma hiperinflação galopante – o dólar disparou de 150 para 150.000 kwanzas (E:6, Q:24) – que beneficiou uma minoria e reduziu drasticamente o poder de compra da população local. O emprego criado foi “mínimo” (E:16, Q:7) e temporário, concentrado em sectores logísticos, não gerando benefícios coletivos duradouros (E:14, Q:5).

Consequentemente, o legado infraestrutural e económico da UNAVEM III foi percebido como meramente “simbólico” (E:4, Q:10). A missão não reestruturou a economia local, limitando-se a “conter, e não reconstruir” (E:15, Q:9), numa confirmação trágica de que, após a sua partida, “tudo voltou ao normal da guerra” (E:15, Q:9). O modelo revelou-se, assim, incapaz de ultrapassar as dinâmicas de exclusão e de lançar as bases para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

3.5. Economia e Corrupção

As dinâmicas económicas durante a UNAVEM III foram profundamente distorcidas por práticas de corrupção endémica, desvio de recursos e uma economia de mercado paralelo que beneficiou uma minoria e exacerbou a vulnerabilidade da maioria da população. Apesar da injeção de capitais estrangeiros, a missão falhou em estabelecer um modelo económico sustentável, reproduzindo padrões de acumulação violenta e desigualdade.

O desvio de ajuda humanitária foi o problema mais flagrante e recorrente. Relatos consistentes indicam que aproximadamente “10% dos alimentos foram desviados para o mercado negro” (E:6, Q:20). Os bens essenciais, como os sacos de arroz e feijão marcados como “distribuição gratuita”, eram sistematicamente apropriados por redes organizadas que incluíam as autoridades locais e depois “vendidos ilegalmente” (E:10, Q:5; E:16, Q:6). A corrupção era tão sistémica que um militar resumiu: “a corrupção estava em todo o lado” (E:1, Q:46), com os mecanismos de controlo a revelarem-se totalmente ineficazes – “A UNAVEM III não tinha capacidade para controlar isso” (E:3, Q:17).

Paralelamente, a entrada maciça de dólares na economia local, sem mecanismos de regulação, provocou uma “hiperinflação” devastadora. A taxa de câmbio disparou de 150 para 150.000 kwanzas por dólar num curto período (E:6, Q:24; E:14, Q:13), criando uma disparidade absurda no poder de compra que beneficiava quem tinha acesso a moeda forte e condenava a população local a uma espiral de empobrecimento. Este cenário foi agravado pela “seletividade na alocação de recursos”, que priorizou as infraestruturas de

impacto visual em detrimento dos serviços essenciais para as periferias (E:7, Q:9; E:2, Q:6), reforçando assim as clivagens socioeconómicas.

A própria lógica de algumas intervenções gerou "incentivos perversos". Práticas como o pagamento a ONGs por minas desativadas – "4.000 dólares por mina... era um negócio" (E:2, Q:7) – criavam um paradoxo em que a resolução do problema podia ser menos lucrativa do que a sua manutenção. A economia local tornou-se artificialmente dependente da presença internacional, e os poucos empregos criados desapareceram com a retirada das tropas, sem um plano de transição para um desenvolvimento autóctone (E:8, Q:7).

Em suma, a economia durante a UNAVEM III não funcionou como um motor de reconstrução, mas como um espelho das relações de poder vigentes. Os mecanismos de corrupção, a inflação galopante e a apropriação seletiva de recursos subordinaram os objetivos humanitários a interesses políticos e económicos de elites locais e internacionais, perpetuando um ciclo de exclusão e violência que a missão se propunha quebrar.

3.6. Género e diversidade

A abordagem da UNAVEM III às questões de género e diversidade revelou omissões estruturais profundas, caracterizadas pela invisibilidade das mulheres em funções estratégicas, pela tolerância tácita face à exploração sexual e pela falta de reconhecimento oficial do impacto das dinâmicas étnico-raciais nas operações.

A participação feminina na missão foi numericamente reduzida e confinada a funções tradicionalmente associadas ao cuidado ou apoio. Os testemunhos são unânimes: "No nosso batalhão não havia mulheres. Só homens" (E:9 Q:6); "zero mulheres no contingente português" (E:16 Q:10); "Não tínhamos mulheres militares" (E:4 Q:9). Quando presentes, as mulheres apareciam como médicas, enfermeiras no hospital romeno ou como "lavadeiras angolanas de excelência" (E:7 Q:6), papéis que, embora cruciais, as mantinham à margem das esferas de comando, patrulha e decisão estratégica.

Paralelamente, a exploração sexual de mulheres e raparigas angolanas em situação de extrema vulnerabilidade era uma realidade sombria e amplamente silenciada. Um militar descreveu-a cruamente: "as mulheres angolanas eram exploradas: o sexo era moeda de troca" (E:6 Q:22), chegando a testemunhar cenários onde "pais vendiam filhas" como estratégia de sobrevivência. Estes abusos eram maioritariamente "abafados" (E:3 Q:16) e "não denunciados formalmente" (E:15 Q:8). A missão demonstrava uma clara incapacidade ou falta de vontade institucional para combater o problema, com a justificação de que "não tinha capacidade (...) para pôr medidas em ação" (E:3 Q:17). Um caso isolado de repatriamento de militares (E:13 Q:10) apenas veio confirmar a regra da impunidade.

A dimensão da diversidade étnico-racial influenciou decisivamente a eficácia operacio-

nal, embora nunca tenha sido formalmente integrada na estratégia da missão. Contingentes de países africanos, como os do Zimbabué, gozavam de maior legitimidade e aceitação, sobretudo junto da UNITA, por partilharem a mesma identidade racial – “o conflito foi étnico” (E:2 Q:2). Em contraste, os militares brancos europeus, sobretudo portugueses, carregavam o fardo da herança colonial, sendo por vezes “vistos como herdeiros da colonização” (E:5 Q:4). A barreira linguística e cultural isolou por completo os contingentes asiáticos (Bangladesh, Coreia), que “não saíram do quartel” (E:7 Q:8) e enfrentaram grandes dificuldades de comunicação (E:8 Q:9).

Em suma, a UNAVEM III operou com uma lógica militar tradicional, profundamente androcêntrica e cega às complexidades do terreno que pretendia pacificar. Ao falhar em integrar de forma significativa as mulheres, em proteger os vulneráveis e em reconhecer e capitalizar sobre a diversidade cultural e racial, a missão perpetuou as mesmas hierarquias e dinâmicas de exclusão que supostamente visava superar, revelando o profundo fosso entre a sua retórica universalista de paz e a realidade das suas operações no terreno.

3.7. Segurança, Desmobilização e Reintegração

O desempenho da UNAVEM III nos eixos da segurança, desmobilização e reintegração (DDR) revelou um fracasso estrutural, caracterizado por uma paz frágil, um desarmamento ineficaz e a absoluta falta de perspectivas para os ex-combatentes, o que condenou o processo à perpetuação do ciclo de violência (tabela 7).

Tabela 7 — Perceções ambivalentes da população sobre a Unavem III

Entrevistado	Sentimento da população	Situação ou expressão relatada	Fonte (Q)
E:5	Confiança parcial	"Foi uma ajuda, apesar das falhas"	Q:4
E:14	Ambivalência / Desconfiança	"Sentiram-se observados, mas não protegidos"	Q:7
E:7	Frustração após retirada da ONU	"Tudo voltou ao caos depois"	Q:13
E:8	Descrença na sustentabilidade	"Nada mudou depois das obras"	Q:8

A presença dos capacetes azuis conseguiu impor uma paz temporária e essencialmente simbólica. As tropas funcionaram como um elemento dissuasor, contendo conflitos diretos e criando uma relativa calma na maioria das regiões (E:3; E:5; E:7). No entanto, esta estabilidade era superficial e dependente da sua presença física. Como resumiu um militar, o seu papel era “conter, não reconstruir” (E:15, Q:9), uma analogia reforçada por outro que comparava a missão a “guardar a casa de alguém, mas não elimina a ameaça” (E:8). A retirada das tropas expôs imediatamente esta fragilidade, com o regresso inevitável do conflito: “assim que as tropas saíram, a guerra voltou” (E:8, Q:8); “Tudo voltou

ao normal da guerra" (E:15, Q:9).

O processo de "desmobilização foi deliberadamente sabotado". A UNITA violou sistematicamente os acordos, enviando para os quartéis "apenas jovens ou velhos" (E:14, Q:4) – recrutas inexperientes – em vez dos seus combatentes efetivos, enquanto escondia as suas melhores tropas e armas. Esta má-fé foi documentada nos relatórios oficiais, que referiam um "acantonamento lento e fraca participação" (ONU, 1995 apud "Angola Peace Monitor", vol. II, n.º 4, p. 1).

O programa de reintegração foi uma falácia tragicómica, desenhado para o colapso desde o início. Os ex-combatentes foram deslocados para zonas sem qualquer infraestrutura de acolhimento, enfrentando um "défice agudo de 7.000 toneladas de alimentos" (UCAH/ONU, 1995 apud "Angola Peace Monitor", vol. II, n.º 1, p. 3) e a completa ausência de serviços de saúde. Sem emprego, habitação ou meios de subsistência, a promessa de reintegração revelou-se vazia. Esta ausência de apoio socioeconómico catalisou novos ciclos de violência, com a própria ONU a denunciar "atos de banditismo e falta de disciplina" (ONU, 1995 apud "Angola Peace Monitor", n.7, 1995, p. 2), onde as próprias vítimas do processo tornaram-se, por necessidade, uma nova fonte de instabilidade.

O subfinanciamento crónico da "desminagem" – que recebeu apenas 1,28 milhões de dólares dos 12,4 milhões necessários (ONU, 1995 apud "Angola Peace Monitor", n.7, p. 3) – e os incentivos perversos criados por um sistema que pagava às ONG "4 mil dólares por mina" (E:2, Q:7), transformando-a num "negócio", completam o retrato de um processo disfuncional.

Em conclusão, a UNAVEM III não conseguiu dismantelar as estruturas bélicas nem oferecer uma alternativa viável à guerra. A missão providenciou um mero intervalo, uma trégua logística que, na ausência de justiça social e de oportunidades económicas, apenas adiou o inevitável regresso ao conflito, deixando como legado uma população ainda mais descrente e vulnerável.

4. Reflexões auto-etnográficas

4.1. Introdução: Escrever a Partir das Ruínas

Este capítulo é um exercício de escrita perigosa. Utilizo a autoetnografia não como um método neutro, mas como uma “ferramenta de desobediência epistémica” (Ellis et al, 2011), que recusa a separação artificial entre o sujeito e o objeto, entre a análise e a dor, entre a missão idealizada e a sua realização perversa no terreno.

A minha voz é situada: a de um militar português, formado numa lógica colonial implícita, lançado no inferno angolano do pós-Acordo de Lusaka. Mas não estou sozinho. Esta narrativa é construída a muitas mãos: confronto sistematicamente as minhas memórias com os testemunhos de dezasseis outros militares e com documentos oficiais, como o “Angola Peace Monitor” e os relatórios da ONU. O objetivo não é a objetividade impossível, mas a “verosimilhança crítica” – uma verdade honesta, consciente dos seus filtros e, por isso, mais humana e mais responsável (Shaw, 2012; Ellis et al., 2011).

Assumo-me, por isso, não como um observador neutro, mas como uma testemunha e um acusador. Este capítulo é um ato político.

4.2. A Chegada: A Arquitetura do Desespero Partilhado

Aterrei no Lobito em Agosto de 1995. O calor era uma agressão física. O cheiro – uma mistura indelével de gasolina, suor e decomposição – era o primeiro sinal de que tinha entrado num espaço de rutura existencial. A paisagem era um cadáver arquitetónico: edifícios coloniais esventrados, estradas esburacadas e um povo de olhos vazios que caminhava como se o chão fosse de vidro.

A minha perceção não era singular. O entrevistado E:4 descreveu a cidade com a mesma expressão: um “cadáver arquitetónico”. Outros reforçaram a imagem de uma “cidade devastada, com muita pobreza... pessoas com medo, falta de recursos básicos” (E:6 Q:15). O “Angola Peace Monitor” (Vol. II, Issue 7, 1995) confirmava este cenário, documentando violações sistemáticas do cessar-fogo e a lentidão dos progressos políticos.

Como condutor de géneros da Companhia de Logística (CLOG 6), a minha função era transportar material e suprimentos para a Companhia. Rapidamente percebi que aque-

les contentores não traziam esperança; materializavam uma economia moral distorcida. Num mercado informal, reconheci sacos de arroz da UNICEF à venda. Perguntei a um homem de ar cansado quanto custava. Sorriu com ironia: “Para si, soldado, é gratuito. Para nós, custa uma vida.” Nesse momento, compreendi que a fome não era uma carên-

Tabela 8 — Impactos Subjetivos Relatados pelos Entrevistados

Entrevistado	Tipo de Impacto	Citação / Expressão	Fonte (Q)
E:1	Emocional / Trauma	Perturbação emocional	Q:44
E:16	Existencial / Ético	Sentimento de impotência	Q:2
E:2	Epistemológico	Mudou minha percepção da missão	Q:10
E:14	Cultural / Frustração	Barreiras culturais profundas	Q:7
E:1	Emocional / Trauma	Perturbação emocional após contacto com a miséria extrema	Qn:4
E:16	Existencial / Ético	Sentimento de impotência perante a violência banalizada	Q:2
E:2	Epistemológico	Mudança profunda na percepção sobre o conceito de missão de paz	Q:10
E:14	Cultural / Frustração	Dificuldade na interação com contingentes asiáticos	Q:7
E:7	Moral / Culpabilidade	Impossibilidade de intervir em espancamentos de menores	Q:12
E:8	Psicológico / Ambivalência	Tensão entre esperança e desencanto	Q:4 e Q:9
E:5	Económico / Alienação	Percepção de desigualdade na distribuição da ajuda	Q:6
E:15	Emocional / Angústia	Descrença na continuidade da paz após a retirada da missão	Q:2 e Q:9

cia; era um sistema. Esta percepção é ecoada (tabela 8) por múltiplos colegas: “Vi pais a venderem filhas, corpos mortos no chão” (E:6 Q:15); “crianças que nos largavam porque tinham imensa fome” (E:5 Q:3).

4.3. A Economia do Desvio: A Corrupção como Regra

O desvio de recursos não era a exceção; era a regra do jogo. Vi camiões da ONU serem intercetados por milícias que cobravam “taxas de passagem”. Vi soldados internacionais trocarem rações por bens ou favores. Um entrevistado foi direto: “Os recursos da ONU foram desviados para frentes de batalha” (E:4 Q:3). Outro estimou que “10% dos alimentos eram desviados para o mercado negro” (E:6 Q:19).

A inflação era outra forma de violência. Lembro-me de uma cerveja custar 200 milhões de kwanzas. Uma nota de um dólar valia mais do que um salário mensal. Nós, soldados, éramos os clientes privilegiados de uma economia de guerra que ajudávamos a sustentar. Esta distorção é unânime nos testemunhos: “com 100 dólares em Portugal compravam-se 6 garrafas de gin; em Angola, só 1” (E:7 Q:5); “uma cerveja a 200 milhões de kwanzas” (E:5 Q:7); “duas tabelas de preços” (E:12 Q:7).

A missão, longe de ser um farol de esperança, revelava-se um agente de distorção económica, tal como documentado pelo “Angola Peace Monitor” (ACTSA, 1995), que relatava a contratação de empresas comerciais para tarefas de reconstrução, muitas vezes em detrimento das necessidades humanas mais básicas.

4.4. A Violência que a ONU não Viu (ou não quis ver)

A violência mais brutal não vinha dos campos de batalha; vinha do Estado. Vi as forças angolanas – os “ninjas” – espancaram, torturaram e executaram civis à frente de todos. Nós, os capacetes azuis, ficámos parados. O nosso mandato era “observar e reportar”. Mas os relatórios eram alterados, as palavras suavizadas, as mortes justificadas.

Houve um dia em que vi um adolescente ser espancado até à inconsciência por ter roubado uma lata de atum. Dois soldados portugueses estavam próximos. Um deles olhou para mim e disse: “Não é problema nosso.” Nesse momento, senti que algo dentro de mim partiu para sempre. Hannah Arendt chamou a isto a “banalidade do mal”. Eu chamo-lhe cumplicidade.

Este episódio não foi isolado. Outro militar testemunhou a “impossibilidade de intervir em espancamentos de menores” (E:7 Q:12). E:16 falou do “sentimento de impotência perante a violência banalizada” (Q:2). A UNAVEM III, focada no macro conflito, revelou-se cega à violência difusa perpetrada por atores estatais. Ao não intervir, tornou-se cúmplice funcional na normalização deste terror.

4.5. Exploração Sexual: O Silêncio Institucionalizado

A violência sexual era uma realidade quotidiana, mas meticulosamente invisibilizada nos relatórios oficiais. Houve casos de militares que pagaram a jovens e mulheres com comida ou dinheiro. Havia quem lhe chamasse “troca justa”. Eu chamava-lhe violação

institucionalizada.

Um episódio marca-me até hoje. Um homem ofereceu-me a sua filha, que não teria mais de 12 anos, em troca de alguns dólares. Recusei. Olhou para mim com desdém e disse: “Os outros aceitam. Porque é que tu não?” Esta questão tornou-se um eco permanente na minha consciência.

Os testemunhos confirmam esta realidade negra. “Houve rumores de abusos” (E:2 Q:3); “Houve alguns casos... foram denunciados e militares repatriados” (E:13 Q:10); “Ouvi dizer de outros contingentes que sim... levavam mulheres para dentro dos acampamentos” (E:16 Q:9). A missão não tinha, ou não aplicava, políticas eficazes para prevenir estes abusos (E:13 Q:17), e a cultura de silêncio e impunidade era a norma.

4.6. O Abismo Epistémico: A Nossa Voz Contra o Arquivo Oficial

A minha perceção da missão evoluiu de um vago mal-estar para uma crítica estrutural. Inicialmente, as decisões de priorizar as estradas e as pontes em detrimento das escolas e dos hospitais (E:6 Q:13; E:3 Q:11; E:7 Q:9) pareceram-me meramente técnicas. Hoje, entendo que a UNAVEM III operava sob um “paradigma de reconstrução funcional”: uma reabilitação seletiva que favorecia a logística militar e o fluxo de recursos minerais (E:2 Q:6), em detrimento das necessidades da população civil.

Esta perceção é validada por documentos que destacam o papel da Endiama como entidade central na gestão e exploração de diamantes. As fontes referem a necessidade de liberalizar a venda de diamantes e de explorar a sua comercialização no mercado livre, o que sublinha a existência de outros intervenientes no setor. Além disso, um relatório do Banco Mundial de 2003 e a menção ao Processo Kimberley indicam um foco na melhoria da governação e na transparência do setor de diamantes em Angola.

A triangulação entre a minha memória, os relatos dos pares e as fontes documentais permite construir uma contra narrativa à história oficial. Revela que a paz não é um estado, mas uma negociação permanente entre intenções e limitações, frequentemente corrompida por interesses económicos e violência institucional.

4.7. Conclusão:

Este capítulo não é um relato académico. É um grito. Um grito contra o silêncio, a cumplicidade e a hipocrisia de uma missão que devia proteger e, em vez disso, destruiu – comunidades e a própria ideia de humanidade.

A autoetnografia, enquanto prática crítica, permite-me fazer aquilo que a ONU não fez: assumir a responsabilidade. Não perante um tribunal internacional, mas perante a minha própria história e a dos meus camaradas, cujas vozes aqui ecoam.

A UNAVEM III não falhou por falta de meios. Falhou por falta de coragem moral. Falhou

porque preferiu a ordem à justiça, a burocracia à compaixão, a neutralidade à integridade.

Escrevo, por isso, não para fechar feridas, mas para as manter abertas. Para que mais ninguém chegue a uma “missão de paz” sem saber que a paz não se faz com blindados ou relatórios. Faz-se com dignidade. E a dignidade, essa, não se negoceia.

Este capítulo foi escrito a partir da memória – essa testemunha traiçoeira, mas necessária. Não pretendo ser imparcial. Pretendo ser humano. E isto, num contexto como o da UNAVEM III, é já um acto de resistência.

Conclusão

Síntese dos Principais Achados

A presente dissertação procurou compreender, a partir de uma abordagem qualitativa e autoetnográfica, o impacto social da Missão das Nações Unidas UNAVEM III na cidade do Lobito, em 1995. Partindo da vivência direta do autor enquanto integrante do contingente português destacado para essa missão, cruzada com testemunhos de outros ex-militares e fontes institucionais, procurou-se analisar até que ponto essa intervenção internacional contribuiu efetivamente para a construção de uma paz duradoura e até que ponto reforçou lógicas de exclusão herdadas do passado colonial.

Foram identificados três grandes eixos analíticos ao longo da investigação. O primeiro diz respeito ao um notável desfasamento entre o crescimento económico de Angola e os seus resultados sociais. Apesar da redução dos confrontos armados e do fim da guerra civil terem sido alcançados, a atuação do Estado mostrou-se distante das reais necessidades da população civil. A reabilitação de infraestruturas, como a rede ferroviária e portuária, beneficiou os interesses de sectores do capital nacional e internacional. Contudo, negligenciou as zonas residenciais degradadas, onde persistiam carências básicas de acesso a água, saneamento e serviços de saúde (Banco Mundial, 2018). Esta lógica de governação, aliada à persistência de uma economia informal, reforçou a exclusão social e a percepção de que o crescimento económico não servia as necessidades do povo (OIT Angola, 2021, p. 296).

O segundo eixo analítico prende-se com a reprodução de lógicas coloniais sob novas formas institucionais. O contexto angolano do pós-guerra, embora sem menção direta à UNAVEM III nas fontes, caracteriza-se por uma governação centralizada e vertical, onde as decisões são tomadas por elites políticas, muitas vezes sem contacto com a realidade quotidiana das populações.

Esta lógica de governação, que opera contra a maioria da população, esvaziou os processos participativos, reforçando a sensação de dependência e de exclusão (Quijano, 2000, p. 236). Desta forma, o Estado não conseguiu romper com as estruturas de dominação herdadas do colonialismo, reconfigurando-as sob a forma de uma intervenção tecnocrática com pouca ancoragem social. A persistência destas lógicas de poder colo-

nial sob novas roupagens institucionais é um tema central na obra de Aníbal Quijano.

O terceiro eixo de análise, de natureza mais simbólica, diz respeito à percepção ambivalente da paz por parte da população local. A paz, por vezes vista como artificial e imposta, gerou sentimentos de frustração e desilusão, pois a população sentia que “tudo se adulterou, tudo apodreceu” (Pepetela, 1992, p. 53). Esta percepção é reforçada pela existência de uma governação altamente centralizada e marcada por um “capitalismo de compadrio” (Banco Mundial, 2018, p. 87), que contribui para a exclusão dos mais pobres.

As conclusões demonstram que uma paz baseada apenas na estabilidade política e na reconstrução material é insuficiente. Para ser robusta e duradoura, a paz deve enfrentar as desigualdades estruturais (Banco Mundial, 2018, p. 106, 115, 117), as feridas do passado (Mbembe, 2014, p. 134, 138, 168, 213, 215, 217, 219, 253, 256, 258) e as vozes silenciadas da população, que anseia por uma sociedade mais justa e inclusiva (Pepetela, 1992, p. 37, 53, 56).

Relevância para o Estudo das Missões da ONU e Contextos Pós-Conflito

Os resultados desta dissertação são relevantes não só para a compreensão da missão UNAVEM III, mas também para o debate mais alargado sobre o papel das missões das Nações Unidas em contextos pós-conflito, sobretudo em países africanos marcados por legados coloniais ainda não resolvidos. A relevância deste debate é evidenciada por fontes que analisam intervenções como a de Angola, onde a missão enfrentou atrasos operacionais, limitações logísticas e dificuldades no cumprimento do mandato, como descrito no Angola Peace Monitor (1995, vol. II, n.º 4, 18 dezembro). A escassez de recursos e a fragilidade estrutural da missão são também destacadas em relatórios como Arms Trade and Violations of Angola (p. 56), que apontam para constrangimentos que limitaram a eficácia da intervenção internacional.

A análise de contextos de intervenção pós-conflito, como o caso do Lobito, revela que os critérios operacionais com que as missões de paz avaliam o seu sucesso podem ser insuficientes. Estes critérios, que se centram em indicadores como a desmobilização dos combatentes, ignoram frequentemente a existência de tensões sociais acumuladas e de desigualdades históricas. A paz, para ser eficaz, não pode ser reduzida a uma “ausência de violência”, mas deve antes abordar as causas subjacentes da injustiça e da desigualdade estrutural, que condicionam o modo como a paz é percebida e vivida (Galtung, 1969, p. 166, 172, 184, 189).

A perspetiva crítica e situada, que valoriza a memória vivida, permite aceder a uma leitura que vai para além dos relatórios oficiais e das estatísticas convencionais. A insuficiência destas análises é reconhecida pelas próprias fontes devido a lacunas nos dados, que dificultam a tomada de decisões abrangentes (Banco Mundial, 2013; OIT, 2021).

Através desta abordagem, é possível identificar aspetos do quotidiano da missão — como a tensão entre militares e civis, as dificuldades de comunicação intercultural, ou a manipulação política dos recursos — que frequentemente passam despercebidos nas análises convencionais (Pepetela, 1992; Human Rights Watch, 1995; Mbembe, 2014).

Neste sentido, esta dissertação questiona a eficácia do modelo de “paz liberal”, centrado em soluções tecnocráticas, uniformes e economicistas, que tendem a reproduzir instabilidade quando aplicadas sem instituições robustas (Paris, 2004, p. 7). A paz, entendida numa perspetiva crítica, ultrapassa a mera ausência de conflito armado: exige justiça social e a superação das formas de violência estrutural que persistem mesmo após o fim formal dos confrontos (Galtung, 1969, p. 183). Para além disso, autores como Mbembe identificam a proliferação de novas formas de violência e desigualdades resultantes da atual ordem económica global, que agrava as vulnerabilidades sociais existentes (Mbembe, 2014, p. 129).

Por fim, o contributo desta dissertação reside na valorização de metodologias ancoradas na experiência concreta dos sujeitos históricos. Ao colocar no centro quem viveu e testemunhou a missão, a análise desafia a hierarquia entre o saber “objetivo” dos peritos e o saber “situado” dos atores locais, reforçando a necessidade de epistemologias descoloniais (Mignolo, 2011, pp. XXIII, 50, 52). Esta abordagem reconhece as vozes encarnadas como instrumentos fundamentais para descolonizar o conhecimento sobre a paz.

Possíveis Direções para Futuras Investigações sobre o Tema

Com base nos limites identificados nesta investigação, apresentam-se algumas direções possíveis para futuros estudos que desejem aprofundar o tema da presença das missões de paz da ONU em África e os seus impactos sociais:

a) Análise comparada entre missões da ONU: O cruzamento entre o caso da UNAVEM III e outras missões contemporâneas, como as que ocorreram no Ruanda e na Namíbia, pode oferecer elementos de comparação importantes. Clark (2010, p. 91) discute detalhadamente o modelo dos tribunais Gacaca no Ruanda, que envolveram diretamente as comunidades locais em processos de justiça e reconciliação. Para além deste caso, outros estudos e relatórios, nomeadamente de organismos internacionais, analisam abordagens comunitárias em países como Moçambique e Namíbia, destacando padrões variados de exclusão, tecnocratização e insensibilidade cultural.

No presente estudo, a análise da missão UNAVEM III em Angola recorreu a um confronto crítico com estas experiências, explorando se tais características se manifestam de forma semelhante ou particular no contexto angolano. Esta abordagem interna, desenvolvida ao longo dos capítulos 4 e 5, evidencia as especificidades da missão no Lobito, nomeadamente no que respeita à exclusão e à tecnocratização.

Por outro lado, as referências a Timor-Leste e ao Sudão do Sul não se encontram suportadas

nas fontes consultadas para esta análise.

b) Investigação interseccional: É recomendável o desenvolvimento de estudos que explorem a intersecção entre género, classe, etnia e poder no interior das missões. A ausência de políticas sensíveis ao género é um aspeto que merece atenção, dado que as mulheres representam a maioria nas atividades económicas informais em Angola — fenómeno associado à feminização da pobreza, à discriminação estrutural e à sobrecarga de responsabilidades familiares (Capilo, 2016, p. 24–25, 27, 30) —, torna-se particularmente significativo que tenham sido largamente excluídas dos programas de reintegração pós-conflito. Zuckerman e Greenberg (2004, p. 6) sublinham que, embora as mulheres constituam a maioria dos agentes económicos informais, foram em grande parte ignoradas nos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), que tendem a centrar-se nos ex-combatentes masculinos. As autoras defendem que a igualdade de género não é apenas uma exigência de justiça social, mas um elemento estratégico essencial para garantir uma paz duradoura e uma reconstrução eficaz. Uma abordagem feminista crítica poderia revelar novas dimensões de desigualdade e de resistência (Mbembe, 2013; Mignolo, 2011).

c) Cartografia crítica das exclusões: O recurso a métodos visuais e geográficos, como a cartografia participativa e os sistemas de informação geográfica (SIG), poderá ser útil para mapear as zonas de investimento e as áreas negligenciadas pela missão. O Banco Mundial (2013, p. 34), por exemplo, mostra a relevância da representação espacial para a compreensão das desigualdades, e também defende (*id.*, 2016, p. 237, p. 238) a utilização de mapas de pobreza para definir políticas sociais. Esta visualização espacial permitirá demonstrar, de forma objetiva, como determinadas zonas da cidade foram prioritárias em detrimento de outras, refletindo padrões históricos de marginalização.

d) Descolonização das metodologias: Futuros trabalhos devem questionar criticamente as metodologias utilizadas para analisar o impacto das missões da ONU, adotando uma perspectiva descolonial que problematize as dicotomias entre segurança e justiça, assim como entre discursos globais e realidades locais. Como refere Mignolo (2011, p. 254), a descolonização implica “imaginar e construir sociedades democráticas, justas e não imperiais/coloniais”, o que orienta a necessidade de repensar os paradigmas dominantes do conhecimento. Embora Mignolo não apresente metodologias específicas, o presente estudo, por inferência, defende a incorporação de epistemologias africanas, a adoção de métodos participativos e de abordagens baseadas na oralidade e na memória como formas legítimas e transformadoras de produção de conhecimento crítico. A metodologia central deste trabalho assenta na autoetnografia e em entrevistas orais com ex-militares, valorizando o conhecimento situado, a experiência vivida e a memória enquanto fontes legítimas para produzir um conhecimento comprometido com a transformação social e a justiça histórica. Por outro lado, a utilização explícita da investigação-ação e do conceito de ancestralidade enquanto metodologias não encontra suporte direto nas fontes analisadas, recomendando-se que futuras investigações clarifiquem e fundamentem rigorosamente a adoção de tais abordagens. Esta orientação metodológica está presente nas recomendações que privilegiam a criação de concelhos locais

com participação significativa de mulheres e líderes comunitários (Banco Mundial, 2018), bem como na implementação de mecanismos híbridos de justiça de transição que integrem práticas comunitárias e formais, como é o exemplo dos tribunais Gacaca (Clark, 2010).

Considerações Finais

A missão UNAVEM III, que marcou a década de 90 em Angola, constituiu um momento de esperança para muitos, mas também de desilusão para tantos outros. No caso do Lobito, a intervenção internacional trouxe consigo promessas de paz e reconstrução, mas também silenciamentos, descontinuidades e exclusões. Esta dissertação procurou analisar estas tensões a partir de dentro, valorizando a escuta, a memória e a crítica.

O caminho da paz, como aqui se procurou demonstrar, não se faz apenas com capacetes azuis, relatórios e estatísticas. Faz-se com justiça, escuta, dignidade e participação (Galtung, 1969, p. 184; Oliveira, 2015, p. 304). Enquanto ex- militar da UNAVEM III e hoje investigador, assinalo que o mais importante não foi apenas o que foi feito, mas sobretudo o que ficou por fazer — as vozes que não foram ouvidas, os bairros que não foram reabilitados, os laços que não foram reparados.

Esta dissertação é, pois, um testemunho, uma memória e um apelo: que se olhe para o passado com rigor, para que o futuro da paz em África não repita os erros de ontem.

Mais do que um estudo sobre uma missão da ONU, este trabalho pretende ser uma convocatória ética e epistémica para repensar as formas como concebemos, implementamos e avaliamos a paz. Através da abordagem autoetnográfica, tornou-se possível recuperar não só os eventos visíveis da missão, mas sobretudo as suas camadas invisíveis: os afetos contraditórios, os gestos de solidariedade e de frustração, os silêncios institucionais e as microviolências normalizadas (Mbembe, 2014).

A experiência vivida revelou que a paz não pode ser imposta nem gerida a partir do exterior, como se fosse um pacote técnico pronto a ser aplicado. Deve emergir do reconhecimento das histórias locais, do respeito pelas culturas políticas endógenas, e do corajoso enfrentamento das desigualdades herdadas do colonialismo e da guerra (Quijano, 2000; Mignolo, 2011).

Por fim, esta dissertação deixa também como legado a importância da escuta ativa das subjetividades que vivem os processos de intervenção internacional. A memória encarnada de quem esteve no terreno — como militar, como civil, como vítima ou como resistente — constitui um património analítico de valor inestimável. Ao romper com o monopólio do saber pericial e ao acolher o saber situado, abre-se espaço para uma verdadeira descolonização do saber e da prática da paz.

O desafio que fica é claro: construir missões que saibam ouvir, dialogar e co-construir com os povos, e não sobre eles. Missões que reconheçam que a dignidade humana não pode ser negociada por conveniência diplomática. Missões que, mais do que estabilizar

territórios, sejam capazes de regenerar laços, repor a justiça e devolver a esperança a sociedades que já pagaram demasiado pela violência da História.

“Esta dissertação não é apenas o resultado de uma investigação, mas o eco de uma experiência vivida. Ao visitar os caminhos percorridos no Lobito, compreendi que a paz não é construída com planos distantes, mas com uma escuta atenta, justiça concreta e memórias partilhadas. É essa paz — enraizada e com rosto — que continua por fazer.”

(Armando Ernesto Silva Olaio, 2025)

Referências bibliográficas

- Action for Southern Africa (ACTSA). (1995). *Angola Peace Monitor*: Compilação de edições (Volume I, Issue 1 - Volume II, Issue 4). ACTSA. https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/1995_angola_peace_monitor.pdf
- Angola Peace Monitor. Vd., nesta lista bibliográfica: 'Action for Southern Africa'.
- Arendt, H. (2001). *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Banco Mundial — World Bank. (1995). *Relatório de Desenvolvimento Humano: Angola*. Washington, DC: World Bank. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/365821468168543533/pdf/148660REPLACEMENT0WDR01995.pdf>
- Banco Mundial — World Bank. (2007). *Oil, broad-based growth, and equity: A World Bank country study*. Washington, DC: The World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/8e1401ab-9556-59ec-b9fa-7ec961a115e3/content>
- Banco Mundial — World Bank. (2013). *Diagnóstico sistemático nacional para Angola: relatório n. 135196-AO*. Washington, DC: World Bank. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/438231553065261474/pdf/135196-Portuguese-SCD-final-pt.pdf>
- Banco Mundial — World Bank. (2015). *Relatório económico: Angola*. Washington, DC: World Bank. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/363491468191359152/pdf/105727-AR-MIGA-PUBLIC-Portuguese-Final.pdf>
- Banco Mundial — World Bank. (2016, 22 de junho). *PAIS para o Subsídio e Reforma da Proteção Social: Pobreza e Análise de Impacto Social (Relatório nº ACS19693)*. Washington, DC: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / World Bank. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/404841474951132789/pdf/ACS19693-PORTUGUESE-PUBLIC-Report-v13-pt.pdf>
- Birmingham, D. (2006). *Empire in Africa: Angola and its neighbors*. Athens: Ohio University Press.
- Boutros-Ghali, B. (1995). *An agenda for peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. United Nations. <https://digitallibrary.un.org/record/145749?v=pdf>
- Capilo, E. (2016). *A economia informal em Angola: Desafios e perspectivas*. Luanda: OSISA. https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/ernesto_a._capilo_g._2016_economia_informal_em_angola_-_osisa.pdf
- Centro de Investigação em Epidemiologia das Catástrofes (2006). *Human impact of war in Angola*. Bruxelas: CRED. https://www.cred.be/sites/default/files/angola_human_impact_of_war.pdf
- Clark, P. (2010). *The Gacaca Courts, post-genocide justice and reconciliation in Rwanda: Justice*

- without lawyers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CRED. Vd., nesta lista bibliográfica: 'Centro de Investigação em Epidemiologia das Catástrofes.
- Ellis, C., Adams, T. E., & Bochner, A. P. (2011). Autoethnography: An overview. *Historical Social Research*, 36(4), 273–290. <https://doi.org/10.12759/hsr.36.2011.4.273-290>. https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/36323/ssoar-hsr-2011-4-ellis_et_al-Autoethnography_an_overview.pdf
- Falk, T., Bock, B., & Kirk, M. (2009). Polycentrism and poverty: Experiences of rural water supply reform in Namibia. *Water Alternatives*, 2(1), 115–137. <https://www.water-alternatives.org/index.php/allabs/39-a2-1-8/file>
- Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167–191. https://www2.kobeu.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_7/Galtung_Violence,%20Peace,%20and%20Peace%20Research.pdf
- Gleijeses, P. (2002). *Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Human Rights Watch. (1995). *Angola: Arms Trade and Violations of the Laws of War since the 1992 elections*. Nova Iorque: Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/reports/ANGOLA94N.PDF>.
- Human Rights Watch. (1999). *Angola Unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace Process*. Nova Iorque: Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/reports/pdfs/a/angola/angl998.pdf>
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra* (M. Lança, trad.). Lisboa: Antígona.
- Mignolo, W. D. (2011). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press.
- Nações Unidas. Vd., nesta lista bibliográfica: 'United Nations'.
- OIT. Vd., nesta lista bibliográfica: 'Organização Internacional do Trabalho'.
- Oliveira, R. S. de. (2015). *Magnificent and beggar land: Angola since the civil war*. Londres: Hurst Publishers.
- ONU. Vd., nesta lista bibliográfica: 'United Nations'.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2021). *Angola: Estudo sobre migração da economia informal para a economia formal* (1.ª ed.). Genebra: OIT. https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_dialogue/%40act_emp/documents/publication/wcms_823534.pdf
- Paris, R. (2004). *At war's end: Building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pepetela. (1992). *A geração da utopia*. Lisboa: Dom Quixote.
- PNUD. Vd., nesta lista bibliográfica: 'Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento'.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2013). *Relatório do desenvolvimento humano 2013: A ascensão do Sul – Progresso humano num mundo diversificado*. Nova Iorque: PNUD. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2013portuguese.pdf>
- Quijano, A. (1992). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*. <https://www.descolonialtranslation.com/espanol/Quijano-colonialidad-del-poder.pdf>

- Shaw, W. S. (2013). Auto-ethnography and autobiography in geographical research. *Geoforum*, 46, 1–4. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.11.004>. https://www.academia.edu/90440731/Auto_ethnography_and_autobiography_in_geographical_research
- United Nations (ONU). Security Council. (1995). *Resolution 976* (1995), adopted by the Security Council at its 3499th meeting, on 8 February 1995. Nova Iorque: United Nations. <https://digitallibrary.un.org/record/198181>.
- United Nations (ONU). Secretary-General. (1995). *Report of the Secretary-General on the United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM III)*. Nova Iorque: United Nations. <https://digital-library.un.org/record/198181>
- United Nations (ONU). Secretary-General. (1996, 30 de abril). *Report of the Secretary-General on the United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM III) (S/1996/328)*. Nova Iorque: United Nations. <https://digitallibrary.un.org/record/212190>
- United Nations (ONU). (1997). *Security Council resolution 1118 (1997) on establishment of the UN Observer Mission in Angola (MONUA)*. Nova Iorque: United Nations. <https://digitallibrary.un.org/record/284804>
- World Bank. Vd., nesta lista bibliográfica: 'Banco Mundial'
- Zuckerman, E., & Greenberg, M. E. (2004, 29 de setembro). *The gender dimensions of post-conflict reconstruction: With World Bank examples*. Comunicação apresentada na Brookings Institution, Washington, DC: Gender Action. https://genderaction.org/images/2004-9_GenderDimensionsofPCReconstruction.pdf

Fontes orais

- ENTREVISTADO 1. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.
- ENTREVISTADO 2. Ex-militar do contingente brasileiro da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.
- ENTREVISTADO 3. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.
- ENTREVISTADO 4. Ex-militar do contingente brasileiro da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.
- ENTREVISTADO 5. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.
- ENTREVISTADO 6. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.
- ENTREVISTADO 7. Ex-militar do contingente brasileiro da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.
- ENTREVISTADO 8. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.
- ENTREVISTADO 9. Ex-militar do contingente angolano da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.

ENTREVISTADO 10. Ex-militar do contingente brasileiro da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.

ENTREVISTADO 11. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.

ENTREVISTADO 12. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.

ENTREVISTADO 13. Ex-militar do contingente brasileiro da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.

ENTREVISTADO 14. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.

ENTREVISTADO 15. Ex-militar do contingente português da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.

ENTREVISTADO 16. Ex-militar do contingente brasileiro da missão UNAVEM III. Entrevista a Armando Olaio via WhatsApp, abril de 2025.

Fontes documentais

Ministério da Defesa Nacional. (1995, 18 de outubro). Nomeação para a Missão UNAVEM III. Diário da República, II Série, n.º 241.¹⁹

Nações Unidas. (1995). Diploma da Missão de Verificação em Angola III (UNAVEM III). Documento oficial da ONU.²⁰

Autor (Armando Olaio). (1995). Convocação para integrar a Companhia de Logística (CLog. 6), contingente português da UNAVEM III. Documento interno militar.

19 Este documento foi obtido através de um grupo privado de antigos militares da Companhia de Logística no Facebook. Apesar de não estar disponível em repositório público online, trata-se de uma publicação oficial do Estado português, com valor jurídico e administrativo, cuja autenticidade foi confirmada.

20 Documento oficial emitido pelas Nações Unidas, relativo à participação do autor na missão UNAVEM III. Fonte primária não publicada, conservada em arquivo pessoal.

Anexo 1 – Nomeação para a Missão UNAVEM III

Este anexo apresenta a nomeação do autor para a Missão UNAVEM III, publicada no Diário da República, II Série, n.º 241, de 18 de outubro de 1995, pelo Ministério da Defesa Nacional. O documento constitui prova direta do envolvimento do autor na referida missão, fornecendo contexto adicional à análise desenvolvida na dissertação. O autor foi convocado para integrar a Companhia de Logística (CLog. 6), destacada como parte do contingente português na UNAVEM III.

N.º 241 — 18-10-1995

DIÁRIO DA REPÚBLICA — II SÉRIE

12 383

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Por meu despacho de 12-9-95 e com a concordância do brigadeiro da Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal de 21-9-95:

Nicolau João Monteiro, motorista de pesados do quadro do pessoal civil do Exército — autorizada a prorrogação da requisição por mais um ano, ao abrigo do art. 27.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

4-10-95. — O Secretário-Geral, *José Vicente de Bragança*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

Despacho. — Por meu despacho de 27-9-95, aprovei o programa de provas de conhecimentos gerais e específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de técnico superior de biblioteca e documentação (BD) do quadro de pessoal desta Instituição.

Porque, tratando-se de início de carreira ou até de ingresso na Administração Pública, se afigura de todo o interesse a inclusão de outras matérias, designadamente as que se prendem com a Administração Pública em geral e o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, em particular, aprovo, ao abrigo das competências que me são conferidas por subdelegação, nos termos da al. u) do Desp. 13/95, publicado no DR, 2.ª, de 10-2-95, para fazer parte do respectivo programa a inclusão dos temas seguintes:

8 — Noções gerais do sistema de organização e funcionamento da Administração Pública.

9 — Secretaria de Estado da Cultura — estrutura, orgânica e competências.

4-10-95. — Pela Presidente, *Fernanda Maria Campos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 348/95 (2.ª série). — Considerando que em 1-6-93 cessou a comissão de serviço a licenciada Maria Guiomar Coelho da Cruz, à data directora de serviços do quadro da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;

Considerando o disposto no artigo 3.º do Dec.-Lei 34/93, de 13-2, e nos n.ºs 6 e 8 do art. 18.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, na redacção que lhes foi conferida, respectivamente, pelo art. 1.º daquele diploma e pelo Dec.-Lei 239/94, de 22-9:

Manda o Governo, pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Finanças, o seguinte:

1.º É criado no quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, aprovado pela Port. 1283/93, de 21-12, um lugar de assessor principal da carreira técnica superior, a extinguir quando vagar.

2.º A criação do lugar referido no número anterior produz efeitos desde 1-6-93.

27-9-95. — Pelo Primeiro-Ministro, *Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto*, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. — Pelo Ministro das Finanças, *Norberto Emílio Sequeira da Rosa*, Secretário de Estado do Orçamento.

GABINETE DO MINISTRO DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Despacho. — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art. 2.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, nomeio, com efeitos a partir de 1-9-95, o engenheiro civil Manuel Augusto Baptista da Conceição para proceder à fiscalização das obras de conservação e reparação em instalações dos serviços centrais do Estado na Região, dando parecer técnico sobre os respectivos projectos e concursos.

A presente nomeação terá a duração de quatro meses e é-lhe atribuída uma remuneração equivalente à de técnico superior principal, com o índice 580, de acordo com o Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

15-9-95. — O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado*,

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

GABINETE DO MINISTRO

Desp. 216/MON/95. — 1 — Para integrarem a Companhia de Logística — Clog 6 (PO), que fará parte das forças da UNAVEM III, nomeio os militares abaixo indicados:

Capitão de infantaria Nuno Manuel M. Farinha.
Capitão SAM Manuel Gonçalves da Silva.
Capitão MED Nuno Manuel L. S. R. Sequeira.
Tenente SAM Rui Manuel Silva Pina.
Tenente SGE Orlando Augusto Soares Gomes.
Tenente SGE José Ferrinho Fonseca.
Tenente SMAT Marcelino Gago Belchior.
Alferes SAM António José N. Galambas.
Alferes SGE Manuel Carlos C. da Silva.
Sargento-chefe de infantaria António Henriques de C. Saraiva.
Sargento-ajudante SMAT António de Almeida Pedreiro.
Sargento-ajudante SAM Manuel Claudino P. Machado.
Primeiro-sargento TM David Gonçalves Rodrigues.
Primeiro-sargento de infantaria Carlos João Pinto da Silva.
Primeiro-sargento de infantaria Jorge Manuel F. Santos.
Primeiro-sargento SMAT José Manuel R. G. Costa.
Primeiro-sargento TM José Manuel da Silva Pinto.
Primeiro-sargento ART João Carlos P. L. Franco.
Primeiro-sargento SMAT Manuel Gervásio Poejo Churra.
Primeiro-sargento SS Luís Fernando A. Brito.
Primeiro-sargento de infantaria José António Ferreira Lopes.
Primeiro-sargento INFG José Carlos Rafael Lopes.
Primeiro-sargento SGE Carlos Salvador F. Escalreira.
Primeiro-sargento SAM José Augusto Alves David.
Primeiro-sargento SAM Ricardo Amaral Correia.
Primeiro-sargento SAM João Carlos Chaves Fernandes.
Segundo-sargento SAM António Janeiro Fialho.
Segundo-sargento RC Rui Jorge M. P. de Sousa.
Segundo-sargento RC António Pires Fonseca.
Segundo-sargento RC João Manuel Afonso Rosa.
CADJ Alberto Tavares de Oliveira.
CADJ Amândio Alberto Martins Neves.
CADJ Luís Filipe A. da Gama.
CADJ Alfredo Maio de Azevedo.
CADJ José Carlos M. Vinagre.
CADJ Armindo Manuel Pinto da Costa.
CADJ Francisco Tomaz Ricardo.
CADJ Francisco Manuel B. Caixeiro.
CADJ João de Andrade Gonçalves.
CADJ Guilhermino Teixeira Vilaça.
CADJ Manuel Pinto.
CADJ António Augusto Eugénio.
CADJ Manuel Caneiras Pereira.
CADJ Domingos Eduardo L. P. Neves.
CADJ Hirminio Lima da Silva.
CADJ Manuel Humberto Marques Pais.
CADJ Gualter dos Santos Azevedo.
CADJ Fernando Salvador Abreu.
CADJ RC José Manuel R. Fernandes.
CADJ RC Victor Manuel Silva Alves.
CADJ RC Herlander dos Santos Silva Lucas.
Primeiro-cabo Carlos Alberto Rodrigues de Almeida.
Primeiro-cabo Paulo Jorge F. P. S. Bicho.
Primeiro-cabo Manuel Francisco de Gouveia e Silva.
Primeiro-cabo Paulo Alexandre R. Venâncio.
Primeiro-cabo Manuel Alexandre R. Almeida.
Primeiro-cabo Luís Manuel C. Ramos.
Primeiro-cabo Paulo Alexandre G. Jesus.
Primeiro-cabo Carlos Alberto F. Monteiro.
Primeiro-cabo Fernando José Dias Pereira.
Primeiro-cabo Paulo Jorge Venda da Silva.
Primeiro-cabo Nuno Joel Pacheco da Costa.
Primeiro-cabo António Filipe D. S. Ramires.
Primeiro-cabo Paulo Manuel C. Ferreira.
Primeiro-cabo Lucas Alves Marques.
Primeiro-cabo Manuel Luís M. D. Sacramento.
Primeiro-cabo João Paulo D. S. Gregório.
Primeiro-cabo Jorge Manuel F. da Silva.
Primeiro-cabo Rolando José Brito Mateus.
Primeiro-cabo Luís Jorge R. Sequeira.
Primeiro-cabo José Manuel S. Violante.
Primeiro-cabo Adelino J. P. Loureiro.
Primeiro-cabo António José Simões Martins.
Primeiro-cabo Diamantino Ferreira Braz.

Primeiro-cabo José António A. S. Areias.
 Primeiro-cabo Paulo José Gomes Vicente.
 Segundo-cabo José António Mocha.
 Segundo-cabo Sérgio Alexandre G. Carvalho.
 Segundo-cabo Paulo Jorge A. Madureira.
 Segundo-cabo Carlos A. A. Coelho.
 Segundo-cabo Pedro Leonel Vieira Seixas.
 Segundo-cabo José Paulo Silva D. Rocha.
 Segundo-cabo Fernando António R. Couceiro.
 Segundo-cabo Paulo Jorge Vilela Cruz.
 Segundo-cabo Olímpio Laranjeiro G. Silva.
 Segundo-cabo Paulo João Pereira Silva.
 Segundo-cabo Luís Miguel D. C. M. Oliveira.
 Segundo-cabo Nelson da Silva Vale.
 Soldado RC Armando Ernesto D. S. Olaio.
 Soldado RC Carlos José F. F. Rocha.
 Soldado RC Helderico da Conceição Fernandes.
 Soldado RC Dinarte Costa Simas.
 Soldado RC Sérgio de Deus C. Pereira.
 Soldado RC Rui Jorge Rodrigues Mexedo.
 Soldado RC Alfredo de Magalhães Teixeira.
 Soldado RC João Paulo Antunes Fernandes.
 Soldado RC Paulo Jorge M. Magalhães.
 Soldado RC José Manuel L. dos Santos.
 Soldado RC Mário Eugénio D. L. Silva.
 Soldado RC António Manuel R. Ruiz.
 Soldado RC João Filipe da Silva.
 Soldado RC Nuno Guedes Cardoso.
 Soldado RV Inácio Alexandre D. S. Silva.
 Soldado RV António José da C. Esteves.
 Soldado RV Pedro Miguel Serras Tavares.
 Soldado RV Filipe Miguel M. Guerreiro.
 Soldado RV Victor Manuel D. Marques.

2 — As presentes nomeações são feitas nos termos seguintes:

- Dado que a alimentação será abonada pela ONU, a ajuda de custo diária é fixada em 70 % do seu valor, nos termos legais;
- A cada um dos referidos militares será distribuída, pelo ramo, uma dotação de fardamento adequada ao tipo da missão;
- A ajuda de custo referida na al. a) e outras despesas resultantes da missão serão processadas pelo ramo, sendo posteriormente ressarcidas pela Direcção-Geral do Tesouro, após prestação de contas pela Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

3 — Remeta-se, para os devidos efeitos, à Secretaria de Estado do Orçamento, ao Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Estado-Maior do Exército.

4 — Conhecimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Secretaria-Geral.

29-9-95. — O Ministro da Defesa Nacional, *António Jorge de Figueiredo Lopes*.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Despacho. — Nos termos do art. 6.º, n.º 5, al. f), da Lei 111/91, de 29-8, e ouvido o Chefe do Estado-Maior do Exército, nomeio o general José Manuel dos Santos Faria Leal para o cargo de adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para as Operações, em substituição do general Ernesto Rodrigues Gaspar da Rosa, que pelo presente despacho é exonerado do mencionado cargo por ter sido designado para o exercício de outras funções, cargo esse em que fora investido por despacho de 24-5-94, publicado no *DR*, 2.ª, 142, de 22-6-94.

O presente despacho produz efeitos em 2-10-95. (Não carece de visto do TC.)

27-9-95. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Carlos Fuzeta da Ponte*, almirante.

Despacho. — Nos termos do art. 3.º, n.º 3, do Dec.-Lei 48/93, de 26-2, delego no adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para as Operações, general José Manuel dos Santos Faria Leal, a competência para decidir todos os assuntos sob a sua direcção, superintendendo e coordenando a actuação das divisões que integram o COFAR e o COC.

Autorizo a subdelegação da competência acima referida nos oficiais exercendo funções de chefia na sua directa dependência hierárquica.

Este despacho produz efeitos em 2-10-95.

27-9-95. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Carlos Fuzeta da Ponte*, almirante.

Despacho. — Nos termos do n.º 3 do Desp. 44/MDN/95, de 16-3, publicado no *DR*, 2.ª, 78, de 1-4-95, alterado pelo Desp. 144/MDN/95, de 29-5, publicado no *DR*, 2.ª, 138, de 17-6-95, subdelego no general José Manuel dos Santos Faria Leal, adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para as Operações, as competências referidas nas als. b) e c) do n.º 1 daquele primeiro despacho e nas als. a), b) e c) do segundo.

O presente despacho produz efeitos desde 2-10-95.

27-9-95. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Carlos Fuzeta da Ponte*, almirante.

EXÉRCITO

1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa

Anúncio. — Por despacho de 25-9-95 do juiz auditor deste Tribunal, proferido no processo n.º 45/94, também deste 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, que o promotor de justiça move ao arguido Vítor Manuel Figueiredo da Silva, soldado NIM-03439190, do Batalhão de Adidos, filho de Carlos Alberto da Silva e de Maria da Conceição Figueiredo da Silva, nascido em 26-4-69, solteiro, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, com última residência conhecida na Praça do Dr. Fernando Amado, lote 570, 8.º, A, Zona J de Chelas, Lisboa, e actualmente em parte incerta, titular do bilhete de identidade n.º 10663676, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, imputando-lhe a prática de um crime de deserção, previsto e punido nos arts. 142.º, n.º 1, al. a), e 149.º, n.º 1, al. a), segunda parte, ambos normativos do Código de Justiça Militar, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal.

Tal declaração de contumácia, que caducará logo que o réu se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, certidões, e de efectuar qualquer registo junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmara municipais e juntas de freguesia.

O Juiz Auditor, *Cândido Amílcar Madeira Bonifácio Gouveia*. — O Secretário, *José da Costa Cabral*, capitão do SGE.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 349/95 (2.ª série). — *Reconhecimento da Fundação Escola Americana de Lisboa.* — Dado o disposto no n.º 2 do art. 158.º do Código Civil e no art. 17.º do Dec.-Lei 215/87, de 29-5; Manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Administração Interna, reconhecer, nos termos do n.º 2 do art. 185.º do Código Civil e para os efeitos do n.º 2 do art. 185.º do mesmo diploma legal, a Fundação Escola Americana de Lisboa.

28-9-95. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro*.

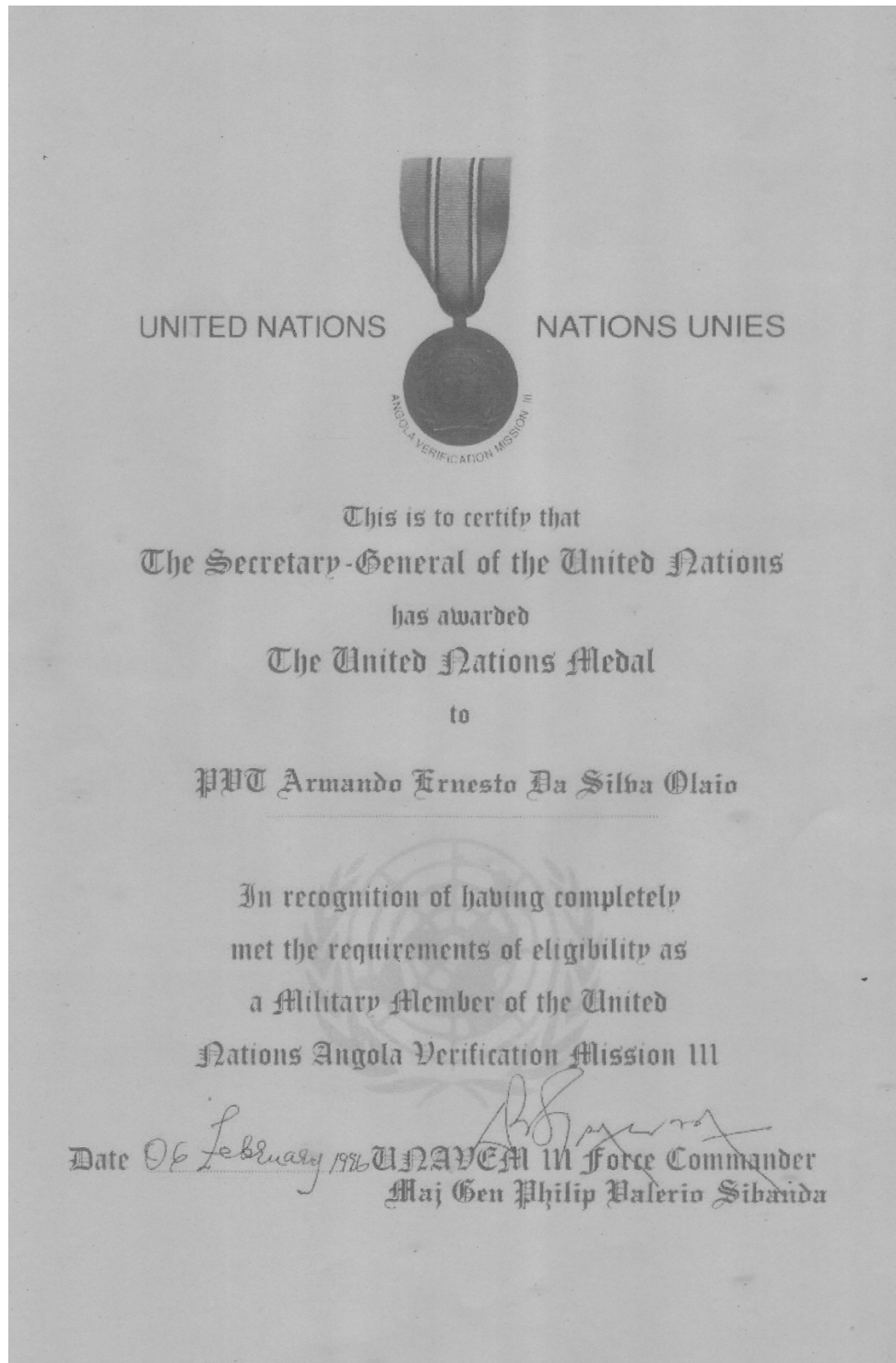
Governo Civil do Distrito de Faro

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão o despacho de 2-8-95, publicado no *DR*, 2.ª, 190, de 18-8-95, a p. 9788, de novo se publica:

Louvor. — Ao cessar as minhas funções de Governador Civil neste distrito, por imperativo legal, de modo a poder candidatar-me à Assembleia da República, louvo o meu gabi-

Anexo 2 - Diploma das Nações Unidas – Missão de Verificação em Angola III

Este anexo inclui uma cópia do Diploma das Nações Unidas, emitido em reconhecimento de ter cumprido completamente os requisitos de elegibilidade como membro militar da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III. Este documento oficial serve como uma prova de reconhecimento e validação das competências e habilidades adquiridas durante a missão.



Anexo 3 - Mapa de Implantação da UNAVEM III 90



